

O “TERRAMOTO” POMBALINO E A CAMPANHA DE “DESJESUITIZAÇÃO” DE PORTUGAL *

JOSÉ EDUARDO FRANCO **

1. Do amordaçamento dos críticos à criminalização da Companhia de Jesus

1.1. Silenciamento da oposição às reformas económicas

A criação, a 7 de Junho de 1755, da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão por Alvará Régio sob proposta do Secretário de Estado Carvalho de Melo, pelo qual concedia a esta empresa comercial privilégios monopolistas relativos ao comércio com o Brasil, acarretaria consequências ruinosas para o comércio privado que se efectuava fora do âmbito desta nova organização comercial ¹. O Estado chama a si o controlo do comércio, ao abrigo do seu ideário centralista, deixando pouco espaço para que os privados pudessem prosperar ². Rapidamente se levantou uma onda de protestos, quer da parte dos colonos, quer da parte dos jesuítas que também estavam interessados na manutenção do comércio livre, donde extraíam dividendos para o financiamento das suas obras missionárias.

* Artigo composto a partir da tese de doutoramento defendida em 21 de Junho de 2004 na EHESS de Paris com o título: *Mythe Jesuite au Portugal (XVI^e-XX^e siècles)*, elaborada sob a orientação de Bernard Vincent.

** Membro da Direcção do Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa.

¹ Cf. *Instituição da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão*, Lisboa, 1755. Para uma história da evolução do comércio nesta região brasileira ver Jerónimo de Viveiros, *História do comércio do Maranhão (1612-1878)*, 2 Vols., São Luís, 1964.

² J. T. Montalvão Machado, *Quem livrou Pombal da Pena de Morte?*, Lisboa, 1979, pp. 325-344; e cf. *Processos Célebres do Marquez de Pombal*, Lisboa, 1882, p. 87.

A expressão mais visível deste descontentamento, que provocou incómodos ao poder vigente e uma reacção de defesa severa da sua política mercantilista, foi o sermão do padre jesuíta Manuel Ballester ³. O já afamado pregador jesuíta teceu um veemente comentário crítico à recém-fundada companhia de comércio. Baseando-se sugestivamente nas palavras de Cristo da passagem do Evangelho da liturgia do dia – «Facite vobis amicos de mammona iniquitatis» (Arranjai amigos com o vil dinheiro) –, declara que ia propor aos ouvintes a criação de uma nova companhia de comércio. Esta, porém, não seria de feição terrena, mas celeste. Pretendia apresentar, no fundo, aqui o reverso crítico da companhia terrena fundada pelo governo pombalino. O pregador empenha-se em recomendar a figurada companhia celestial, em que o lucro seria muito mais vantajoso, o qual seria, como prometia a Sagrada Escritura, cem por um, o juro garantido por Deus aos que repartirem os seus bens pelos pobres. Muito diferente seria o destino e o lucro do investimento dos que empenhavam as suas acções em companhias terrenas, querendo indirectamente desvalorizar a importância da nova companhia para o projecto salvífico de Deus. E vai mais longe, ameaçando que «não seriam da Companhia de Cristo aqueles que entrassem na Companhia do Comércio; antes réprobos e condenados ao fogo eterno» ⁴. A figurada Companhia celestial que o pregador defendia, certamente pensava na já fundada Companhia de Jesus e nas suas empresas evangélicas que a nova companhia comercial vinha prejudicar.

³ Sermão pregado a 15 de Julho de 1755 na Igreja de Santa Maria Maior, Sé Patriarcal. Cf. José Caeiro, s.j., *História da expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal (séc. XVIII)*, Vol. 1, Lisboa, 1990, p. 43. Esta história foi traduzida do Latim e publicada em Portugal na década passada, foi escrita por um jesuíta que viveu os acontecimentos com o título *De exilio Provinciae Lusitanae Societatis Iesu* que permaneceu inédita até à actualidade nos ANTT, *Manuscritos da livraria*, códcs. 2600-2601. Este autor coevo de Pombal, atribui ao ministro de D. José I a principal responsabilidade no processo de culpabilização em vários domínios dos Jesuítas que conduziria à sua extradição do território nacional. O rei é apresentado como uma espécie de marionete nas mãos do seu valido, assinando as decisões persecutórias com base nas informações que lhe eram dadas por Sebastião José. Esta versão dos acontecimentos, se descontarmos e despiremos a sua roupagem apologética, contém dados e narra factos muito interessantes, porque hauridos quase jornalisticamente no decorrer dos acontecimentos, que podem ser muito úteis, devidamente comparados com outros testemunhos menos comprometidos institucionalmente, para o estudo do processo expulsório da Companhia de Jesus.

⁴ Citado por João Lúcio d'Azevedo, *Estudos de História Paraense*, Pará, 1893, p. 60. Veja-se também a obra de Inácio José Veríssimo, *Pombal, os Jesuítas e o Brasil*, Rio de Janeiro, 1961.

Este sermão caiu mal junto da Coroa, sendo considerado um abuso do ofício religioso de pregador, utilizado impropriamente para interferir em assuntos políticos ⁵.

Entretanto, a câmara de comércio denominada Mesa do Bem Comum ⁶, que representava os comerciantes lesados que tinham por orago o Espírito Santo, elaborou uma petição em que manifestava o seu protesto perante o rei contra a criação desta nova companhia monopolista. Referiam os representantes dos interesses do comércio livre, em que se incluíam os Jesuítas como parte interessada, que esta iniciativa governamental arruinaria os seus negócios particulares, fazendo ver ao rei que tal como tinha acontecido com iniciativas semelhantes implementadas pela Coroa no século anterior, esta também poderia suscitar convulsões sociais por parte dos colonos brasileiros ⁷.

O texto da representação da Mesa do Bem Comum tinha sido redigido pelo jesuíta Bento da Fonseca, Procurador das Missões do Maranhão. O empenhamento dos membros da Companhia de Jesus em hipotecar a fundação da nova empresa monopolista régia, quer no plano da formação de uma opinião pública desfavorável através do púlpito, quer no plano político-diplomático, deu pretexto ao governo pombalino no sentido de tomar medidas drásticas para reprimir estes focos de descontentamento. Estes desacordos e protestos eram avaliados na linha da filosofia política do despotismo iluminado, como um atrevimento intolerável contra a autoridade sagrada do Estado ⁸ e contra a sua política económica considerada crucial

⁵ O Marquês de Pombal relata esta ofensiva crítica por parte dos jesuítas ao seu irmão governador do Pará e Maranhão numa carta de 4 de Agosto de 1755. BNL, *Colecção pombalina*, cód. 626, fls. 94-97.

⁶ Esta instituição era uma corporação comercial criada por D. João V no ano de 1720 a fim de substituir a antiga organização de comércio que D. João IV tinha criado em 1649 com o nome de Junta. A Mesa do Bem Comum era composta por um conselho de delegados que representavam a Irmandade do Espírito Santo da Pedreira. A nova Companhia do Grão-Pará e Maranhão ganhava privilégios exclusivistas que ponham em causa as regalias daquela antiga associação comercial. A nova empresa era dado o exclusivo do comércio externo com aquela colónia brasileira, o exclusivo do tráfico de escravos capturados em África, ao mesmo tempo que era provida com navios de guerra para garantir a protecção das viagens marítimas, assim como os seus empregados eram elevados ao estatuto de oficiais de justiça. Cf. Luz Soriano, *História do reinado de El-Rei D. José e da administração do Marquês de Pombal*, Tomo I, Lisboa, 1867, p. 225 e ss.

⁷ Cf. “Parecer do jesuíta Bento da Fonseca”, in *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Vol. 68, pp. 407-431.

⁸ Na erecção de companhias monopolistas, Pombal segue à risca uma das recomendações patentes no Testamento político de D. Luís da Cunha que advogava que a

para a afirmação do comércio nacional frente à concorrência estrangeira, nomeadamente britânica ⁹.

O Provincial dos Jesuítas portugueses, que então era o Pe. António Torres, foi admoestado pela Coroa para que repreendesse os seus religiosos e os advertisse no sentido de se restringirem ao estrito cumprimento das suas obrigações pastorais e educativas junto do povo no plano espiritual. Os Jesuítas são severamente proibidos de usarem as tribunas das igrejas e outros meios de influência social para fins políticos ou que ultrapassassem as suas obrigações de pastores de almas. Ao lado desta advertência verbal, os jesuítas implicados na contestação à fundação real receberam ordem de desterro para fora da capital. Os representantes da Mesa do Bem Comum também sofreram a severa punição do exílio. Três deles, considerados os mentores mais comprometidos na iniciativa de protesto, foram encarcerados e enviados para o presídio de Mazagão ¹⁰. Na sequência deste processo, a Mesa do Bem Comum foi extinta em Setembro de 1755 e, em substituição, o governo refundou-a com o nome de Junta do Comércio, que passava a ter por incumbência regulamentar as questões concernentes à actividade comercial do Estado, mas agora sob total controlo governamental ¹¹.

Ao governador do Pará e Maranhão, Carvalho e Melo mandou que as leis régias fossem executadas rigorosamente e que a sua violação fosse considerada crime de lesa-majestade. Assim, ordena que os missionários que no púlpito insinuassem qualquer crítica à política real fossem imediatamente destituídos das suas funções e expulsos. O governo pombalino receoso que explodisse, entretanto, alguma sublevação na colónia brasileira preveniu o seu irmão para que ameaçasse os potenciais revoltosos com castigos duríssimos como o degredo e encarceramentos em lugares inóspitos, executando, ao mínimo sinal de revolta, punições exemplares para inibir conspirações que depois poderiam assumir dimensões incontroláveis ¹².

riqueza deveria ser concentrada nas mãos de um grupo reduzido de homens ricos. Sobre o assunto ver António Carreira, *As companhias pombalinas*, Lisboa, 1983, pp. 35-38; e 303-329.

⁹ Kenneth Maxwell, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, 2001, p. 94 e ss.

¹⁰ Na sequência da oposição que os pequenos mercadores vinham fazendo desde 1754 aos projectos governamentais de criação de companhias monopolistas de comércio, Pombal vai aproveitar o clima montado de caça aos conspiradores contra a política real para implicar também esta classe e abolir as suas irmandades, organismos pelos quais os mercadores se faziam representar junto da Coroa.

¹¹ Cf. *Estatutos da Junta do Comércio (30 de Setembro de 1755)*, Lisboa, 1755.

¹² Cf. Marcos Carneiro de Mendonça (ed.), *A Amazónia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão general do Estado do Grão Pará e Maranhão*

Pombal juntamente com o seu irmão concertou uma acção política luso-brasileira no sentido de prevenir uma eventual vaga de contestação protagonizada pela Companhia de Jesus agora em sintonia com interesses de alguns sectores coloniais descontentes com a nova política económica do governo central. Não poderia haver cedência em nenhuma frente. O próprio Carvalho e Melo procurou obstruir o acesso directo dos jesuítas à fala com o Rei a fim de evitar que este recuasse nas suas decisões. Qualquer cedência poderia abrir brechas para corroer o ideário fundamental de reforço da autoridade do Estado e do monarca, que, no fundo, era uma forma de garantir a autoridade e a posição do seu Ministro. Combater por todos os meios os focos de crítica e de resistência à nova política era também uma forma de proteger os cargos conquistados pela família do pequeno-fidalgo de Soure, que a tradição de influência dos jesuítas, agora descontentes, poderia por em causa ¹³.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759, Rio de Janeiro, 1963, p. 784 e ss.; João Lúcio d’Azevedo, *O Marquês de Pombal e a sua época*, Rio de Janeiro-Porto, 1922, pp. 138-140; e António Ferrão, *O Marquês de Pombal e a expulsão dos Jesuítas (1759)*, Coimbra, 1932, p. 60 e ss.

¹³ Cf. Kenneth Maxwell, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, 2001, p. 91 e ss. Após o falecimento da Rainha-Mãe, muito ligada aos Jesuítas, ocorrido a 14 de Agosto de 1754, a qual detinha uma significativa influência sobre o D. José I, a governação pombalina ganha progressivamente maior eficácia e afirmação. Pombal consegue obter do Rei um poderoso instrumento legal para reprimir de forma impiedosa todos aqueles que criticassem, desrespeitassem ou murmurassem contra as determinações da monarquia absoluta. Passam a ser considerado crime de lesa-majestade também as críticas dirigidas contra os ministros de Sua Majestade (decreto de 17 de Agosto de 1756). Esta medida conferia aos ministros uma larga margem de manobra, uma segurança e força maior na consecução da política reformista em curso. Foi também ordenado ao Desembargador Pedro Gonçalves Cordeiro que fosse aberta uma inquirição vigilante e permanente em relação aos críticos da política real. Os súbditos eram intimados a denunciar qualquer caso de contestação, caso tivessem conhecimento. Assim estimulou-se o espírito de denúncia e de medo. As testemunhas de acusação eram constituídas em beleguins ou polícias informais. No edital que anunciava esta obrigação de denúncia prometia-se uma avultada quantia de 20.000 cruzados aos denunciadores. Estas medidas de repressão da opinião pública serão reforçadas após o atentado regicida de 1758. Cf. José Pedro Ferrás Gramoza, *Sucessos de Portugal. Memórias históricas, políticas e civis, em que se descrevem os mais importantes sucessos ocorridos em Portugal desde 1742 até ao anno de 1804*, Vol. I, [Lisboa], 1882, p. 101 e ss.; e José Caeiro, s.j., *op. cit.*, pp. 33-34. Tal foi o impacto desta medida, que correu entre o povo a opinião de que tinham chegado a Portugal os tempos de Sejano, isto é, os tempos do terror. Sejano tinha sido um ministro do imperador Tibério, que ficou conhecido pela sua prepotência, mas acabando por morrer tragicamente trucidado pelo povo romano que contra ele se enfureceu. Entretanto, o próprio Ministro Carvalho e Melo conseguiu o privilégio de ter

O primeiro grande sinal claro desta política intransigente e concertada para abater, de forma implacável, o capital crítico e de influência mormente dos Jesuítas foi dado no ano de 1755 pelo governador do Pará e Maranhão, seguindo à risca as orientações de seu irmão, Carvalho e Melo. Quatro jesuítas são expulsos liminarmente daquela colónia alegadamente por terem promovido desavenças com as autoridades públicas, por terem atentado contra a autoridade real e por outros delitos que nunca foram provados de forma conclusiva. Os primeiros jesuítas expulsos do Brasil chegaram assim a Lisboa no dia que se seguiu ao terramoto de 1 de Novembro: os padres António José, responsável pela aldeia de Troceno, o Pe. Roque Hunderfundt, de origem alemã, pregador sem residência fixa e o Pe. Teodoro Cruz, administrador da aldeia de Caeté ¹⁴.

O governo pombalino começa pouco a pouco a eleger o seu bode expiatório. Neste irá concentrar paulatinamente toda a responsabilidade das dificuldades que se estavam a verificar no Brasil tanto na aplicação do Tratado dos Limites, como na implementação da nova política régia para as colónias do Brasil atravessadas por problemas seculares de solução pouco simpática. Pois, como escreve Lúcio d'Azevedo,

«em toda a parte medravam os abusos; as leis eram abertamente desprezadas; e, no assunto da protecção aos indígenas, a resistência se antolhava de tal ordem, que seria de temer um sedicioso levante da população. Lembrava-lhe o sucedido em 1652 com Inácio do Rego Barreto, obrigado a suspender a lei recente; agravando agora a situação o facto de possuírem as ordens religiosas numerosos escravos, o que lhes identificava os interesses com os dos outros habitantes» ¹⁵.

Os Jesuítas, sendo os mais temidos pela sua ascendência político-religiosa e pela sua capacidade de influir na opinião social, tornaram-se o alvo estratégico preferencial de um governo que fez deles a causa do mal, de

ao serviço da sua defesa pessoal um corpo de segurança especial à semelhança do que dispunha o próprio Rei; e a partir de 1761 Carvalho e Melo acumulou o título de Primeiro-Ministro, aquando da reforma do Erário Régio. Esta instituição do Erário Régio passou a centralizar o controlo de todo o sistema fiscal do Estado. Para chefiar das finanças públicas foi nomeado o Conde de Oeiras com o título de Inspector-Geral do Erário Régio. Cf. Fernando Thomaz, “As finanças do Estado Pombalino (1762-1776)”, in *Estudos e Ensaios*, Lisboa, 1990, pp. 355 e ss. Sobre a centralização pombalina do poder ver José Subtil, “O poderes do Centro”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, 1995, pp. 174 e ss.

¹⁴ Cf. José Caeiro, s.j., *op. cit.*, p. 56.

¹⁵ João Lúcio d'Azevedo, *Os jesuítas no Grão-Pará, suas missões e a colonização. Bosquejo histórico com vários documentos inéditos*, Lisboa, 1901, p. 239.

um mal que era, no fundo, estrutural, mas julgou-se mais fácil concentrá-lo propagandisticamente num só grupo muito poderoso para efeitos de mobilização e de exorcização.

1.2. O Terramoto de 1755 e o advento do sismo jesuítico

O terramoto que devastou Lisboa ¹⁶ no dia 1 de Novembro de 1755 veio a tornar-se um dos marcos importantes de afirmação do ministério pombalino em virtude da sua política enérgica de restauração da capital portuguesa. O sismo não deixou de ser aproveitado como um sugestivo pretexto para os pregadores jesuítas (e outros formadores da opinião pública) criticarem os caminhos políticos que vinham sendo trilhados pela corte nos últimos 5 anos. Ao lado das versões oficiais das causas do terramoto (que o governo se preocupou em divulgar), as quais perfilavam uma explicação mais de acordo com o racionalismo iluminista que entendia o sismo como fenómeno natural que ocorria periodicamente, atenuando a explicação providencialista do fenómeno ¹⁷, circulavam também as muitas interpretações religiosas e moralistas que descortinavam causas de índole sobrenatural de sabor por vezes apocalípticas e de prospectivação milenarista ¹⁸. Estas ilações, muito propaladas por via dos púlpitos e das exortações

¹⁶ O terramoto de Lisboa foi alvo de imensas especulações não só no plano da determinação das causas, mas também no plano da avaliação dos estragos. Por exemplo, quanto ao número de vítimas propalou-se tanto em Portugal como no estrangeiro que os mortos teriam atingido cifras mais elevadas do que na realidade aconteceu. Publicitou-se que teriam morrido entre 30 a 50 mil pessoas. Todavia os estudiosos mais credíveis calcularam uma cifra que não ultrapassa os 10 mil mortos. O exagero dos números calculados no momento ampliou a catástrofe e empolgou o drama e os medos escatológicos que *os profetas da desgraça* quiseram associar à proximidade do fim do mundo. Cf. Isabel Maria Barreira de Campos, *O grande terramoto (1755)*, s.l., 1998, pp. 621-625.

¹⁷ Para uma análise filosófica dos textos que vieram a lume sobre este terramoto ver Pedro Calafate, “A polémica em torno das causas do terramoto de 1755”, in Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Vol. III, Lisboa, 2002, pp. 369-381.

¹⁸ Diversos textos explicativos do fenómeno sísmico de 1755 vieram a lume para satisfazer inquietações, serenar pânicos, outros para excitar ainda mais os temores e incomodar as consciências. Uns aproveitaram o terramoto para fazer propaganda religiosa e apelar à conversão, outros para produzir análises científicas, outros ainda para fazerem elucubrações escatológicas e astrológicas, fornecendo explicações com base na análise de conjunções astrais. E, nesta variedade de produção de sentido, houve tanto quem aproveitasse para criticar o Estado, como para atacar a Igreja, ou para fustigar os costumes sociais. Entre essas publicações feitas em Portugal e pela Europa fora podemos lembrar aqui algumas a

homiléticas dos pregadores apelavam à penitência e à conversão, faziam do terramoto a manifestação palpável do *dies irae*, isto é, da cólera do Senhor contra os pecados do reino.

Um dos opúsculos mais significativos desta corrente interpretativa, e que mais impressão deixou na opinião pública, foi o *Juízo da verdadeira causa do terramoto*. Neste texto, o seu autor, o prestigiado jesuíta Manuel Malagrida, que tinha trabalhado no Brasil como missionário durante 30 anos e que agora se dedicava em Lisboa a ministrar exercícios espirituais especialmente a membros da nobreza ¹⁹, aproveitou para retirar ilações de carácter político-moral do fenómeno sísmico. Publicado no ano a seguir à catástrofe que destruiu a capital portuguesa, Malagrida sintetiza o conteúdo de diversos pronunciamentos públicos de diversos pregadores, nomeadamente jesuítas, sobre o sentido cristão do terramoto ²⁰.

título de exemplo: Joseph Alvarez da Silva, *Investigação das causas proximas do Terramoto, sucedido em Lisboa no ano de 1755*, Lisboa, 1756; e Frei Francisco António de São Joseph, *Discurso moral sobre os tremores que causou o terramoto na gente de Lisboa*, Lisboa, 1756. Importa aqui destacar o caso de Cavaleiro de Oliveira que aparece como uma voz peculiar e dissonante no quadro das interpretações católicas do terramoto de Lisboa. Este estrangeirado português, residente em Inglaterra e convertido ao protestantismo, à luz de um anticatolicismo e de um antijesuítismo típicos de um protestante nesta época, vê na origem do despoletar desta catástrofe o transbordar da ira divina. Disserta que foi o «Deus das vinganças» que operou o castigo sísmico para punir o irrefreável ultraje das reincidentes perversidades dos homens. A influência iconoclasta protestante assumida pelo autor levava-o a identificar a perversidade que alastrava em Portugal na adoração considerada idolátrica das imagens dos santos e da Virgem, no espírito mesquinho dos eclesiásticos que interditavam a leitura da Bíblia, as práticas desumanas do Tribunal da Inquisição que perseguia injustamente os Judeus. Para o autor, esta atmosfera religiosa idolátrica e corrompida é que enfraquecia a verdadeira devoção religiosa que garantia aos povos a protecção contra o aparecimento de fenómenos devastadores como era o caso dos terramotos. Cf. Cavaleiro Oliveyra, *Discours pathétique au sujet des calamités presentes arrivées au Portugal (...)*, Londres, 1756; e ver também Idem, *Tratado do princípio, progresso, duração e reino do reynado do Anti-Cristo, oferecido à nação portuguesa (...)*, Londres, 1768. Este intelectual português chegou mesmo a aconselhar o governo português a criar uma Igreja nacional cismática à semelhança da Igreja Anglicana. Sobre esta figura ver o estudo de António Gonçalves Rodrigues, *O protestante lusitano. Estudo biográfico e crítico sobre Cavaleiro de Oliveira (1702-1783)*, Lisboa, 1950.

¹⁹ Gabriel Malagrida tinha um projecto de edificação de uma casa em Lisboa vocacionada especificamente para o ministério dos exercícios espirituais, que nunca conseguiu concretizar. Sobre a história deste jesuíta ver Marcus Odilon, *A vida e a obra do Padre Malagrida no Brasil*, João Pessoa, 1990.

²⁰ Cf. Maria Luísa Braga, “Polémica dos terramotos em Portugal”, in *Cultura-História e Filosofia*, Vol. V, 1986, p. 561 e ss.

Mas o seu texto tem para nós especial interesse, na medida em que deixa passar uma crítica indirecta ao novo estilo de governação que se vinha afirmando sob a égide de Pombal. O jesuíta italiano desmente as explicações racionalistas dadas pelos intelectuais da elite cultural iluminista coniventes com o ideário do governo vigente ²¹, propondo, ao invés, uma explicação de carácter teológico. Nesta esteira, advoga que aquele terrível acontecimento que transformou Lisboa num inferno de ruínas e de fogo teve uma causalidade sobrenatural: um castigo de Deus para punir o modo de proceder dos agentes da política seguida pela corte portuguesa. A ruína material da capital do reino era a expressão mais profunda de uma ruína moral que caracterizava as acções malevolentes de alguns dos seus mais responsáveis membros. A averiguação das causas deste mal é dada como um alto serviço à nação:

«Se maior serviço se pode fazer a um cidadão fiel à sua Pátria é descobrir-lhe os inimigos mais perversos e perniciosos, que lhe maquinaram ruínas e tragédias mais funestas e deploráveis à sua monarquia; e esta palma certamente nos obriga anelar com todo o empenho a compaixão

²¹ É curioso notar que apesar do governo ter patrocinado a difusão de uma versão oficial do fenómeno sísmico com base em explicações científicas, a corte não deixou de patrocinar paralelamente os cultos religiosos que se intensificaram para atenuar a ira divina, sintonizando com o entendimento da mentalidade ainda dominante acerca do fenómeno que o via como um castigo de Deus para os pecados dos homens, como relata o *Diário dos Sucessos de Lisboa*: «Determinaram-se preces por todo o reino para aplacar a Deus justamente irado contra os pecados dos homens. O rei nosso senhor e o Senado fazem votos solenes». Matias Pereira de Azevedo Pinto (trad.), *Diário dos sucessos de Lisboa, desde o Terramoto até ao extermínio dos Jesuítas*, Traduzido do idioma latino, Lisboa, 1766, p. 17. Elegeu-se também São Francisco de Borja para patrono de Portugal contra os terramotos. Esta escolha de um santo jesuíta para protector celeste anti-sismos é significativo, pois revela que, nesta altura, os Jesuítas ainda detinham grande influência espiritual junto das elites dirigentes, quer políticas, quer religiosas. Cf. “Decreto de D. José, Patriarca de Lisboa, que confirma a eleição de São Francisco de Borja feita pelo Rei D. José I como protector de Portugal contra os terramotos”, ANTT, *Impressos – série preta*, n.º 3575⁵⁶; e Amador Patrício de Lisboa, *Memorias das principais providencias, que se derão no Terramoto, que padeceu a corte de Lisboa no anno de 1755, ordenadas, e oferecidas à Magestade Fidelissima de ElRey D. Joseph I, Nosso Senhor*, Lisboa, 1758. E dois anos a seguir ao terramoto foi editada uma tradução portuguesa de uma obra hagiográfica sobre este santo anti-sísmico pelo Colégio das Artes da Companhia de Jesus: D. Alvaro Cien-Fuegos, *A heroica vida, virtudes, e milagres do grande S. Francisco de Borja, antes Duque IV de Gandia, e depois III Geral da Companhia de Jesus: patrono principal contra terramotos neste reino de Portugal, nas conquistas, e dominios*, Traduzida por José Ribeiro Neves, Coimbra, 1757.

e dor inexplicável, que me aflige de ver (por causa destes abomináveis contrários) em decadência uma corte tão rica, tão bela, tão florescente, debaixo do suave e pacífico império de um rei pio e fidelíssimo, que podia causar inveja e achar mais com que torne o resplendor e felicidade primeira, todas as vezes que estes fatais opostos da felicidade pública forem abatidos»²².

A figura do Rei propriamente dita nunca é censurada nas críticas dos Jesuítas que Malagrida aqui representa. Na verdade, no plano do discurso, os Padres da Companhia sempre ilibaram o monarca da responsabilidade das políticas menos agradáveis do seu governo. É visado aqui o estado do reino, a atitude dos executores da sua política e os contrastes sociais que grassavam no país. Feito este diagnóstico crítico, em que desmascara a pobreza do reino por aposição ao luxo da corte e de um punhado de privilegiados, lança uma invectiva que muito irá desgostar o rei e o seu valido:

«Sabe, pois, oh Lisboa que os únicos destruidores de tantas casas e palácios, os assoladores de tantos templos e conventos, homicidas de tantos habitantes, os incêndios devoradores de tantos tesouros, os que a trazem ainda tão inquieta e fora da sua natural firmeza não são cometas, não são estrelas, não são vapores ou exalações, não são fenómenos, não são contingências e causas naturais, mas são unicamente os nossos intoleráveis pecados»²³.

Este fortíssimo brado profético que é desenvolvido e fundamentado à luz da teologia moral, tendo por base os textos proféticos mais incisivos do Antigo Testamento, desfere críticas em várias frentes e deixa passar, ainda que subtilmente, uma censura à actuação, já então de algum modo persecutória, do governo pombalino contra os missionários do Brasil que tinham resistido à aplicação das cláusulas de demarcação das fronteiras e à política regalista começada a manifestar-se com o processo de secularização dos aldeamentos dos índios. Esta alusão torna-se evidente quando Malagrida deplora os impudentes atentados contra a Igreja e a sua missão em Portugal. O tom polémico ganha, assim, sentido antigovernamental e crítico da política regalista em curso, tanto mais que contramina a versão

²² Padre Gabriel Malagrida, *Juizo da verdadeira causa do terramoto que padeceu a corte de Lisboa no primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, 1756, p. 1.

²³ Padre Gabriel Malagrida, *op. cit.*, p. 3.

oficial do terramoto, dando como motor da catástrofe a ira divina para vingar a rebeldia dos homens, nomeadamente os ataques contra a sua Igreja ²⁴.

A versão de Malagrida ²⁵ sobre o significado do terramoto representava, mais que uma explicação, o encabeçamento de uma clara oposição crítica à política antijesuítica predadora do poder da Igreja, política que começava a ser prosseguida visivelmente pelo governo josefino. Este respeitado missionário brasileiro fez questão de oferecer exemplares do seu opúsculo ao Rei, à Rainha, às Princesas, aos Infantes e aos Secretários de Estado, incluindo o próprio Carvalho e Melo. O prestígio social de que Gabriel Malagrida gozava em Lisboa, dava-lhe um estatuto de formador de opinião que muito preocupava o governo. A ousadia de Malagrida acabará por ser-lhe fatal, fortalecendo ainda mais a convicção crescente de Sebastião José de que os Jesuítas constituíam uma séria ameaça, uma força de bloqueio ao seu ideário político, que não bastaria simplesmente calar, mas que seria preciso eliminar.

O Secretário de Estado ficou perturbado com este tipo de pregações e com o seu conteúdo incómodo para a posição da Coroa. Por isso, fez sentir

²⁴ *Ibidem*, p. 3 e ss. O opúsculo de Malagrida foi reimpresso por Camilo Castelo Branco no prefácio que este escritor fez ao livro de Paulo Mury que também traduziu para português: *História de Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1875. Ao tempo, corriam entre povo vaticínios escatológicos atribuídos a Malagrida e ao chamado profeta de Leiria, que teriam alegadamente previsto o terramoto. Estas profecias foram refutadas num opúsculo de L.S. de F.S., *Refutaçam de alguns erros que o falso, e fantastico nome de profecias, ou vaticinios, se divulgaram e espalharam ao presente, aonde com toda a brevidade, e clareza se mostra sua insubsistência e falsidade*, Lisboa, 1756.

²⁵ Mas este jesuíta não foi a única voz que aproveitou este desastre para acusar os ‘excessos’ da Corte à luz de uma proposta de interpretação moralista do terramoto. Também o fizeram outros incisivamente como foi o caso de Mendo Nicolau nas suas oitavas sobre este acontecimento:

«Estava Lisboa em vícios submergida,
Sem se lembrar, que exemplo dar devia
De virtudes cristãs, de santa vida
A todo o Portugal, já que o regia.
A desordem da corte era seguida
Do desmancho de toda a Monarquia;
Pois sempre foram os povos de tal sorte,

Que não buscam o bem, mas o da corte». Coloca ainda em contraste a santidade e as leis justas que fizeram a glória de Portugal no passado, especialmente na época áurea dos Descobrimentos com o que no presente se verificava. Nicolao Mendo, *Oitavas ao terramoto, e mais calamidades que padeceo a cidade de Lisboa, no primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, 1756, estrofes III e IX.

ao rei que pregadores como Malagrida só contribuiriam para conturbar a população e infundir terrores e sedições prejudiciais para a boa harmonia que se tentava restabelecer depois da grande perturbação social que o terramoto tinha causado. Receoso de tumultos e de conspirações, o Rei ordenou o desterro do Pe. Gabriel Malagrida, que Pombal apelidava de tresloucado, da capital lisboeta para a cidade de Setúbal ²⁶. O que não deixou de constituir um sério aviso aos Jesuítas e uma tentativa de calar as vozes incômodas, isto é, as forças oponentes da política em curso, vozes de oposição que eram figuradas como prejudiciais aos interesses do reino e atentadoras contra a autoridade real ²⁷.

²⁶ Cf. “Denúncias do Padre Malagrida”, in APPCJ, *História antiga*, pastas 614, nº 10. Veja-se também as *Anedoctas do Ministério do Marquez de Pombal e Conde de Oeiras Sebastião José de Carvalho, sobre o reinado de D. José I Rei de Portugal. Traduzidas da nova edição franceza, revista e verificada pelas ordens emanadas do throno, por outras peças justificativas e pelo testemunho d’auctores imparciaes*, Tomo I, Porto, 1852, pp. 27-28. O pretexto da expulsão deste famoso jesuíta da capital portuguesa foi a divulgação do folheto sobre o terramoto, mas a figura e actuação de Malagrida já vinha representando um estorvo que causava preocupação a Sebastião José não só pela sua influência entre os estratos sociais mais elevados, através dos Exercícios Espirituais, mas, mais do que isso, a sua intenção e grande empenho em tentar convencer o Rei e a família real a fazerem também os ditos exercícios de Santo Inácio sob a sua direcção. O conteúdo crítico do opúsculo constituiu uma boa oportunidade que o Secretário de Estado não deixou de aproveitar para afastá-lo para longe da corte e para assim livrar-se da ascendência de um jesuíta (muito comprometido com os interesses dos jesuítas brasileiros) que pelo seu prestígio poderia emperar o curso da sua política regalista e estatizante. Ainda para mais receios, após o sismo, o Rei tinha também recuado em relação à sua decisão que ordenava o desterro dos jesuítas Pe. Bento da Fonseca e Pe. Ballester. Cf. D. Miguel Sotto-Maior, *O Marquês de Pombal: Exame e história crítica da sua administração*, Porto, 1906, p. 39 e ss.

²⁷ Teria sido na sequência do Terramoto de 1755 que Pombal teria começado a ganhar de forma decisiva a confiança extraordinária da parte do Rei e a preponderância na equipa governativa. O nobre italiano Giuseppe Gorani (1740-1819), que viveu em Portugal entre 1765 e 1767 e conviveu intimamente com Pombal, narra assim a forma como o terramoto foi o mal que trouxe o bem a Carvalho e Melo, isto é, a sua ascensão plena na cena política portuguesa: «Esta presença de espírito, que em tudo lhe assistia, revelou-se retumbantemente por ocasião do primeiro de Novembro de 1755. Sebastião José de Carvalho e Melo foi, neste dia, o único que se lembrou que existia um Rei, uma Família Real, uma corte, um Reino a salvar e uma capital a defender dos mais horribéis flagelos. Foi o único a apresentar-se ao rei quando este monarca, de joelhos aos pés de seu irmão, o Infante D. Pedro, lhe pedia para aceitar a Coroa, cujo peso era excessivo para si, ao que o Infante, prostrando-se igualmente aos pés do Monarca lhe respondia, suplicando-lhe também que continuasse a cingir uma coroa que muito menos fora feita para ele. Foi neste entremomentes, quando os príncipes estavam abandonados de todos os cortesãos, que Carvalho lhes apareceu como um

A experiência do passado e a fama da imagiologia mítica internacional dos Jesuítas que Pombal conhecia bem aconselhavam-no a precaver-se de tão acutilantes e influentes críticos. Para cortar cerce a sua influência, ele não teve meias medidas, e optou pelo processo propagandístico da mitificação e pela tomada de medidas radicais de eliminação do obstáculo poderoso que se estava a levantar à sua política. A Companhia de Jesus, na sua crítica à política pombalina, convergia no sentido dos interesses da alta nobreza descontente com a concentração do poder do Estado nas mãos de um pequeno fidalgo. Certamente, se Carvalho e Melo não domesticasse a nobreza e não calasse os Jesuítas, a deriva do absolutismo pombalino não teria sido a mesma, e talvez este poderoso Ministro não teria resistido tanto tempo à frente do governo do país.

1.3. Inauguração da propaganda antijesuítica governamental e o afastamento dos confessores

O que Pombal mais temia era que os jesuítas mais influentes acessem à fala com o rei e fizessem inflectir a política em curso, como tinha acontecido a 25 de Novembro de 1755 na sequência da inquietação provocada nos

anjo tutelar, deparando com eles em semelhante atitude. Este ministro possuía indubitavelmente o dom da palavra, porque sem este dom como aspirar às grandezas que aspirou? As circunstâncias redobram-lhe a eloquência. Serenou o Monarca, consolou-o, persuadiu-o que o desastre não era tão grande como Sua Majestade Fidelíssima parecia crer (...). Ao mesmo tempo foi-lhe indicando os múltiplos meios de subtrair a capital a novas desgraças e restaurar o Reino; pormenorizou os recursos da sua Monarquia, dissipou-lhe o terror e restituiu-lhe ao espírito a calma que havia perdido. O Monarca abraçou Carvalho, prodigalizou-lhe expressões de reconhecimento e disse-lhe que se continuava no trono era em atenção à amizade que lhe tinha. Entregou-lhe o selo real, com o poder mais absoluto e a mais ilimitada faculdades de dispor tudo como melhor julgasse convir ao bem da sua pessoa, do seu Reino, da família e dos seus povos. Foi assim que Sebastião José de Carvalho ficou investido do supremo poder (...)» Giuseppe Gorani, *Portugal. A corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, Lisboa, 1992, pp. 118-119. Independentemente dos pormenores deste curioso relato serem fidedignos ou não, o certo é que o espírito de iniciativa revelado pelo ministro em resolver os problemas dramáticos advindos com o terramoto, fez dele o líder do governo josefino. Logo no ano a seguir, a 6 de Maio de 1756 acumula o cargo de Ministro dos Negócios do Reino, o que significa a ampliação da importância e de espaço de manobra no âmbito do governo, nomeadamente para intervir plenamente nos assuntos internos. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *O Marquês de Pombal. O homem, o diplomata e o estadista*, 2ª edição, Lisboa, 1987, p. 69 e ss.; Freire de Oliveira, *Elementos para a história do Município de Lisboa*, Tomo XVI, Lisboa, 1909, pp. 139 e ss.; e Luís Augusto França, *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura Pombalina*, Lisboa, 1981.

espíritos pelo terramoto, em que um grupo de jesuítas tinha conseguido convencer D. José I, então muito temeroso, a fazer a retractação pública dos seus erros, como narrou o embaixador francês, Bacchi ²⁸. O Ministro Carvalho e Melo começava a imaginar nas já sucedidas tentativas de impugnação da política económica e regalista do Estado uma conspiração orquestrada pela Companhia de Jesus para mudar os protagonistas do poder que sabia serem os responsáveis por essa mesma política. Convencido do perigo que corria, Sebastião José tudo vai fazer para refrear esta conspiração e sustentar a sua eficácia.

Agora que já tinham começado a vir a público algumas medidas anti-jesuíticas da responsabilidade do governo, havia que paralelamente urdir a sua legitimação, no plano da visibilidade propagandística, para dar satisfação à opinião pública perplexa.

O primeiro sinal desta política concertada de acção e de legitimação foi a reunião de documentação antijesuítica em 1756 com o título bem sugestivo de *Terribilidades* ²⁹. O Ministro Carvalho teria mandado fazer um elenco desenvolvido dos abusos, das violências e dos desrespeitos, das sedições e de outros actos reprováveis que os Jesuítas teriam praticado no norte brasileiro. Mas este documento é ainda apenas a compilação, para efeitos de divulgação dos memoriais antijesuíticos apresentados à Coroa no reinado anterior pelo antijesuíta Paulo da Silva Nunes. Estes relatórios críticos, que estavam guardados nos arquivos do Conselho Ultramarino, teriam chegado ao conhecimento de Pombal, o qual aproveitou o seu conteúdo requisitório como utensilagem argumentativa para dar início a um processo de propaganda complementar que se destinava a justificar perante o reino a justeza e a necessidade da execução das medidas em curso. Assim, com o nome de *Terribilidades* ³⁰ inaugura um dos combates propagandísticos mais terríveis alguma vez organizados contra a Companhia de Jesus, começando por recorrer à tradição antijesuítica pré-pombalina ³¹.

²⁸ Cf. Visconde de Santarém (Compil.), *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Tomo VI, Lisboa, 1842-1860, p. 73.

²⁹ João Lúcio d'Azevedo, *O Marquês de Pombal*, op. cit., 131.

³⁰ Depois, já no final da década de 60, sob este título *Terribilidades* Carvalho e Melo condensa documentação e argumentação muito mais vasta para provar as más acções jesuíticas na *Collecção dos Negócios de Roma do Reinado de el-Rey Dom José I. Ministério do Marquez de Pombal*, Parte II, Lisboa, 1875, pp. I-329.

³¹ João Lúcio d'Azevedo, *O Marquês de Pombal*, op. cit., pp. 131-132.

Mas estes documentos do antigo funcionário de Estado da colônia brasileira usados como recurso propagandístico de emergência é apenas o prelúdio de um conjunto de outras obras antijesuíticas que acompanharão a política de Carvalho e Melo ao longo do seu ministério, e que marcarão decisivamente a cultura antijesuítica portuguesa.

Na sequência dos problemas graves que se foram acumulando em torno da concretização do articulado do Tratado de Madrid na América do Sul e da execução da política regalista de restrição do poder temporal dos missionários do Brasil veio a lume no ano de 1757 o primeiro documento emblemático da literatura pombalina antijesuítica: a célebre *Relação Abreviada*.

Este documento, apresentado em forma de relatório, visava imputar aos missionários da Companhia de Jesus as responsabilidades pelos graves entraves levantados à prossecução da política régia no Brasil, em especial naquilo que concernia à efectivação do Tratado dos Limites. Este opúsculo que é propriamente o primeiro documento antijesuítico elaborado sob supervisão e inspiração de Carvalho e Melo é um dos mais importantes que contribuíram para a construção do mito jesuíta em Portugal. A *Relação abreviada* apresenta os Padres da Companhia como desprezadores das leis do Estado, espoliadores dos colonos brancos, ardilosos e sediciosos que chegaram a iludir as próprias leis da Igreja e adaptá-las para permitir a satisfação dos seus ínvios interesses³². Naquele texto, cujo conteúdo analisaremos mais em pormenor mais à frente, é desenvolvido o mitema que fazia dos Jesuítas os construtores de um império secreto à parte no Brasil. As revoltas dos índios contra os oficiais do Estado que cumpriam o mandato de aplicação das novas demarcações fronteiriças eram dadas como prova mais cabal desse poder escondido que se apunha ao poder legítimo dos Estados³³. A acusação patente nesta obra era medonha. Mas era apenas

³² Cf. Cristóvão Teófilo de Murr, *História dos Jesuítas no ministério do Marquês de Pombal*, Nova edição correta, Porto Alegre, 1923, p. 51 e ss.; cf. Kenneth Maxwell, *Conflicts and conspiracies: Brazil and Portugal (1750-1808)*, Cambridge, 1973.

³³ Esta versão bem picante e romanceada do que se passou no Paraguai excitou a curiosidade na opinião pública internacional, fomentando o boato e fez explodir o escândalo e o vitupério. Mais impressionante foi a fábula, desenvolvida a partir destes episódios, de D. Nicolau I, Rei do Paraguai, muito difundida por uma publicação anónima estampada provavelmente na Alemanha ou nos Países Baixos com o título de *Histoire du roi Nicolas I, roi du Paraguay et empereur des Mamelucs*, mas com indicação falsa do lugar de edição (A Saint Paul, 1756). A tese mais corrente é que esta obra teria sido engendrada e promovida no quadro das campanhas antijesuítas em curso, como mais um instrumento de desacreditação da

o princípio da formação da bola de neve que não iria jamais parar de engrossar até esmagar os Padres da Companhia em Portugal e na Europa ³⁴.

A partir de agora os acontecimentos e as medidas em desfavor dos Jesuítas vão-se precipitar e avolumar de forma irreversível. A contagem decrescente para a sua expulsão do Reino vai-se acentuar de forma dramática. Aquela poderosa e desenvolta Ordem, habitualmente célere e inexorável na defesa dos ataques infligidos pelos seus adversários, acabará por se revelar inoperante diante de um processo relâmpago, que em pouquíssimos anos vai conduzir à sua exclusão da sociedade portuguesa.

Uma série de acontecimentos e circunstâncias vão-se suceder, permitindo, no governo josefino cada vez mais liderado por Carvalho e Melo, que um ministro oriundo da baixa nobreza possa decretar uma espécie de

Companhia de Jesus. Este é um autêntico romance que pretendeu passar por história real. O trama da história é simples. Um jesuíta espanhol, que tinha sido irmão coadjutor da Companhia de Jesus, teria instigado e liderado uma rebelião de ameríndios contra as forças aliadas de Portugal e Espanha e conquistado a colónia do Paraguai, auto-intitulando-se Rei do novo estado que funda, vindo depois para São Paulo onde se teria feito intitular imperador dos mamelucos. Uma história fantástica que muitos acreditaram como real. O fundo real desta história era que o famoso rei não era mais do que um cacique indígena que tinha por nome Nicolau Langairu, Corregedor de Concepción, que faleceu em 1756. Esta lenda do rei Nicolau I é um dos episódios mais fantásticos do antijesuitismo internacional do período do iluminismo e o exemplo mais flagrante e grotesco de que a efabulação foi uma das armas que o antijesuitismo de afectação absolutista usou intensivamente para produzir uma imagem deturpada dos Jesuítas e criar uma opinião pública desfavorável e avessa à Ordem de Loyola. Além da primeira edição feita em São Paulo esta obra foi objecto de várias traduções (espanhol, italiano, holandês, etc.) e edições, entre as quais se destacam as seguintes: Lugano, 1756; Buenos Aires, 1761; Leeuwarden, 1758; Madrid, 1891. O estudioso alemão Felix Becker desenvolveu uma tese polémica que atribui a confecção desta história fabulosa aos próprios jesuítas que teriam engendrado esta lenda como manobra de diversão para levar ao ridículo as campanhas que estavam a ser levadas a cabo contra a Companhia de Jesus. No entanto, esta é uma proposta de interpretação que carece de consenso entre os historiadores, bem como de provas documentais satisfatoriamente concludentes. Félix Becker, *Un mito jesuítico. Nicolás I, Rey del Paraguay: aportación al estudio de o caso del período de la Compañía de Jesús en el siglo XVIII*, [Asunción], 1987.

³⁴ Os jesuítas espanhóis reagiram à divulgação destas acusações de forma mais eficaz do que os seus confrades portugueses. Entrepuseram um processo judicial que os viria a ilibar inteiramente das acusações no reino espanhol. Cf. *Recurso de la provincia de la Compañía de Jesús al Tribunal de la Inocencia y de la Verdad en causa de la ejecución y resultados del Tratado de Limites entre España y Portugal*, BNL, *Sección de reservados*, cód. 11381. Esta vitória judicial fez com que a divulgação da *Relação abreviada* fosse interdita no vizinho Estado ibérico. Cf. António Leite, “A expulsão da Companhia de Jesus de Portugal no século XVIII”, in *Brotéria*, Vol. 199, Dezembro, 1999, p. 597.

estado de emergência no país, quer em termos de segurança contra grupos conspiracionistas, quer do ponto de vista da exigência de reformar vários sectores vitais do reino. Este estado de emergência, ou melhor, de vigilância apertada sobre o país é justificado e legitimado em nome da avaliação política pela sua corrupção e corrosão económica, da sua dependência servil do exterior e da necessidade de afirmar o poder do Rei e do Estado como forma de recuperação da prosperidade interna e do seu prestígio internacional.

Em Janeiro de 1757 continuaram a aportar no país outros padres jesuítas expulsos do Maranhão, desta vez os portugueses Aleixo António e Miguel Ribeiro, acusados de se terem rebelado contra as disposições estatais sobre a secularização dos aldeamentos missionários. Razões idênticas são invocadas pelo decreto real de 10 de Junho de mesmo ano, pelo qual os missionários jesuítas são oficialmente expulsos do sertão do Amazonas ³⁵.

No mês de Fevereiro do mesmo ano rebentaram na Cidade Invicta fortes motins, que expressavam o desagrado popular perante a criação de uma companhia monopolista para administrar o comércio do Vinho do Porto. A Companhia Geral da Agricultura do Alto Douro ³⁶ tinha sido oficializada

³⁵ No momento da expulsão pombalina, trabalhavam cerca de 474 jesuítas na Província do Brasil e 155 na Vice-Província do Maranhão. Cf. Serafim Leite, s.j., *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil (1749-1760)*, Lisboa, 1965, Apêndice IV. Sobre o processo de incriminação, aprisionamento e expulsão dos Jesuítas do Brasil pelo governo pombalino ver um relato vivencial no diário do Pe. Anselmo Eckart, s.j., *Memórias de um jesuíta, prisioneiro de Pombal*, Braga, 1987; cf. Luís Gonzaga Jaeger, s.j., *A expulsão da Companhia de Jesus do Brasil em 1760*, Porto Alegre, 1960; e Magnus Möner, *The expulsion of the Jesuits from Latin America*, New York, 1965.

³⁶ Cf. *Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Lisboa, 1756. A esta nova companhia era dado o quase total monopólio do fornecimento de vinhos à cidade do Porto, bem como a faculdade de definir o preço da aquisição dos produtos e do seu comércio. O que conduziu a uma significativa descida de preços, tornando o negócio muito pouco compensador para os pequenos comerciantes que dele viviam. Não obstante, esta fundação e o que ela implicou em termo de estratégia de política económica veio-se a revelar um instrumento de desenvolvimento para região. Como avalia Oliveira Ramos, «desse organismo adveio progresso e riqueza para o Porto e para as regiões que a urbe servia, no plano interno e externo. O florescimento citadino, ao longo da centúria, espelha-se, por exemplo, na arquitectura e na talha barroca desde cedo e traduz-se nos edifícios neoclássicos da época mariana». Luís A. de Oliveira Ramos, «O motim contra a Companhia dos Vinhos do Alto Douro no Porto», in Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, *Memória de Portugal. O milénio português*, Lisboa, 2001, p. 403. Pombal iria ainda criar um conjunto de companhias monopolistas de capitais mistos para colocar sob o controlo do Estado toda a actividade comercial, em que entrega e privilegia o grande mercador

pelo Alvará de 10 de Setembro de 1756. Esta nova organização monopolista vinha por em causa os interesses do pequeno comércio e das classes mais pobres. Os tumultos mais graves, ocorridos no dia 23 de Fevereiro de 1757, foram reprimidos por forças militares estatais com uma brutalidade sem precedentes na história portuguesa³⁷. Os responsáveis julgados como mentores e instigadores desta insurreição foram condenados com as penas mais severas de modo a mostrar de forma «pedagógica» e «exemplar» perante o reino que as decisões emanadas da autoridade régia não podiam ser postas em causa, sob pena de tal rebeldia ser paga com a liberdade ou com a própria vida³⁸.

Apesar de poucos meses depois Carvalho e Melo ter assegurado em audiência concedida ao Provincial da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, o Pe. João Henriques, que o governo não tinha qualquer razão de queixa contra os padres inicianos da metrópole, mas somente contra os missionários do Brasil, brevemente se veria que esta era uma garantia dissimulada. No ano seguinte, no mês de Fevereiro de 1758, o Secretário de Estado Carvalho e Melo implicou alguns jesuítas como mentores da rebelião popular portuense³⁹. Na realidade parece ter sido evidente que estavam

e se tende a associar também a nobreza. Sob a administração de Carvalho e Melo foram criadas, além das já citadas, as seguintes companhias: a Companhia da Ásia em 1753, a Companhia da Pesca do Baleia em 1756, a Companhia de Pernambuco e Paraíba instituída em 1759, e a Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve em 1773. Todas elas foram alvo de descontentamento da parte dos que ficaram de fora. Mas os descontentamentos que provocaram mais perturbações e são mais significativos para o nosso estudo foram os que analisámos de forma particular. Cf. António Carreira, *op. cit.*.

³⁷ Cf. Eugénio de Andrea da Cunha Freitas, “As lembranças de um padre Loio”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Vol. VII, 1944, pp. 66-70. A população nunca manifestou qualquer desrespeito pela pessoa do rei propriamente, nem sequer contra os seus oficiais, mas tão só mostrou o seu desacordo e revolta contra a Companhia criada, como são expressão as quadras populares contra esta nova empresa:

«Viva el Rei de Portugal

E viva o nosso Chanceler

Porém não à Companhia

Porque o povo a não quer». ANTT, *Ministério do Reino*, maço 354. A insurreição contra a Companhia do Vinho do Porto, em que entraram o povo amotinado juntamente com os interessados taberneiros e intermediários da distribuição do vinho, teve como alvo de saque os escritórios desta Companhia. Cf. Fernando Oliveira, *O motim popular de 1757: Uma página na história da época pombalina*, Porto, 1930.

³⁸ Cf. *Sentença da Alçada que El-Rey Nosso Senhor mandou conhecer da rebelião sucedida na Cidade do Porto em 1757*, Porto, 1758.

³⁹ Cf. Domingos Maurício, s.j., “Como foram implicados os Jesuítas no motim do Porto de 1757”, in *Brotéria*, Vol. 97, 1873, pp. 349-364.

implicados outros eclesiásticos que não os jesuítas, entre os quais dois franciscanos e alguns membros do cabido da Sé do Porto, como concluiu Francisco Ribeiro da Silva ⁴⁰. Todavia, à estratégia propagandística pombalina, dominada cada vez mais pelo intento de incriminar os Jesuítas em várias frentes, tornar-se-á mais vantajoso implicar também nas sedições populares os membros da Companhia de Jesus. Numa *Instrução* (já carregada com a força da tonalidade antijesuítica do mito de *complot* que vai caracterizar os documentos produzidos contra a Companhia de Jesus sob a supervisão de Pombal) dirigida pela Coroa portuguesa ao embaixador em Roma, Francisco de Almada de Mendonça, a 10 de Fevereiro de 1758, a rebelião do Porto era imputada exclusivamente às intrigas dos Padres de Santo Inácio, apesar da sentença proferida no ano anterior não ter chegado a essa conclusão:

«Trabalhando naquela cidade os referidos Padres para malquistarem El-Rei nosso senhor e o seu feliz governo e fiel ministério com aqueles vassallos, pela repetição de todas as imputações e imposturas que espalhavam pelo reino e fora dele; fazendo passar à credulidade dos pequenos e pusilânimes a insigne falsidade de que os vinhos da dita Companhia não eram capazes do sacrifício da missa; extraindo do seu arquivo, para passar ao conhecimento dos mal intencionados e pior instruídos, a relação do motim que houvera na dita cidade no ano de 1661 com as vozes de que, tendo principiado por mulheres e rapazes,

⁴⁰ Francisco Ribeiro da Silva, *Absolutismo esclarecido e intervenção popular. Os motins do Porto de 1757*, Lisboa, 1988, p. 67 e ss. O ministro Carvalho de Melo tratou o motim como crime de lesa-majestade. O relatório judicial envolveu 5000 desordeiros que cercaram a casa de Bernardo Duarte de Figueiredo, Juiz Conservador da Companhia real e obrigaram a autorizar a venda dos vinhos em conformidade com o que se praticava antes da criação do monopólio. A seguir a turba enfurecida saqueou a casa de Beleza de Andrade, um dos altos responsáveis da Companhia, tomou posse dos arquivos e pilhou o resto da mansão. João Pacheco Pereira de Vasconcelos, um dos dirigentes da Companhia dos Vinhos e Juiz da Alfândega do Porto, foi incumbido pelo governo central para conduzir o processo judicial com plenos poderes. O julgamento ocorreu entre Abril e Outubro de 1757. Dos 441 condenados, 375 homens e 50 mulheres, alguns fugiram e, por isso, foram apenas enforcados em efígie, 13 homens e uma mulher receberam de facto a pena capital. Os corpos destes foram esquartejados e os pedaços espetados em postes durante quinze dias para exemplo da população. Dez mulheres e 49 homens foram degredados para as colónias. Os restantes foram chicoteados em praça pública, outros condenados às galés, outros degredados por diversas partes do reino, outros encarcerados, além de toda a cidade ter sido toda ela condenada pela via do cerceamento de privilégios reais.

ficaria, como ficou, sem castigo: assinando com as referidas sugestões alguns outros eclesiásticos, em cuja leveza acharam capacidades para as imprimirem»⁴¹.

Esta constituição dos Jesuítas como os mentores de fundo dos motins do Porto deveu-se alegadamente ao facto de constar nos seus arquivos de uma memória de uma outra rebelião ocorrida na mesma cidade no século anterior. Ter-se-ia concluído que os Jesuítas se teriam inspirado nessa relação para fazer despoletar o levantamento popular de 1757 contra a Companhia Real dos Vinhos do Porto, utilizando mulheres e adolescentes para instigarem os motins, esperando que, devido à sua condição, ficassem sem punição severa.

Na mesma instrução diplomática, forneciam-se as orientações ao embaixador português em Roma para apresentar as queixas portuguesas junto da Cúria Romana contra os Jesuítas. Este documento representa o desencadear de uma longa ofensiva diplomática de desacreditação dos Padres da Companhia a nível internacional. Faz-se aqui uma espécie de relatório antijesuítico das obstruções congeminações pelos missionários brasileiros contra a execução do Tratado de Madrid e contra as reformas administrativas ditadas pela administração pombalina para aquela colónia. Dá-se conta pormenorizada dos abusos praticados pelos pregadores jesuítas no exercício do seu múnus parenético para intervir criticamente contra a política real, atitude considerada subversiva. E acrescenta-se:

«por outra parte, oferecendo a calamidade do terramoto um novo e tristíssimo teatro aos ditos religiosos, para representarem neles os papéis que melhor lhes servissem para os seus fins, não inventou a fertilíssima malícia de Nicolau Maquiavel diabrura política, que eles não pusessem por obra; já fingindo profecias e ameaçando subversões e dilúvios de fogos subterrâneos e de águas do mar; já fazendo encher por si e pelos seus sequazes os papéis públicos da Europa de novos desastres, extremas misérias e pavorosos horrores, que nunca haviam existido; já simulando pecados públicos e escandalosos, falsamente supostos no século da mais regulada e exemplar reforma da Corte e do Reino, que Portugal viu desde a primeira época da sua fundação até aos nossos dias; já passando ao incrível das referidas falsidades e de as fazerem pôr sacrilegamente na real presença de Sua Majestade com o objecto de lhe consternarem aquele grande ânimo, cuja serenidade

⁴¹ *Collecção dos Negócios de Roma, op. cit.*, Parte I, Lisboa, 1875, p. 46.

Deus havia criado inflexível e superior a todas aquelas malignas impressões, por incomparável felicidade nossa (...); e já enfim reservando-se a si os referidos Religiosos Jesuítas (...) para confirmarem depois quantas imposturas estes haviam avançado, não só no interior do Paço, mas nos santuários mais recatados e mais sagrados deles; de sorte que, se a compreensão e a constância do dito senhor pudessem ser vencíveis, não só haveria padecido o reino as maiores ruínas, mas entre elas se veria acabado o real e supremo poder, saindo daquela confusão incontestável o premeditado império jesuítico»⁴².

É neste tom requisitório, plasmado com uma adjectivação pesada, que se começa a fazer dos Jesuítas os mais que maquiavélicos perpetradores da ruína do reino e da dignidade do poder real, os maquinadores vindos do lado das trevas para ensombrar Portugal. Toda esta infernal visão superlativizada dos Jesuítas é anteposta de forma contrapolar à benignidade, sabedoria e sacralidade do poder real, apresentado como alvo e vítima do mal jesuítico. Mal que teria intentado penetrar dentro dos próprios espaços sagrados e imaculados da sede do poder monárquico, a corte, apresentada como uma espécie de santuário, a sede terrena do lado luminoso da realidade.

Esta *Instrução* é um documento, ao lado de tantos outros⁴³ que lhe sucederão mandados por via diplomática pela Europa fora, especialmente para Roma, marcados por este contundente tom antijesuítico para justificar as medidas que estavam a ser tomadas pela Coroa portuguesa contra a Companhia de Jesus. Em particular, tinha-se tornado bem significativa da crescente repulsa do governo português em relação aos Jesuítas e da intenção de tirar consequências políticas do seu discurso anti-inaciano: a expulsão dos confessores jesuítas da corte josefina ocorrida na noite de 21 de Setembro de 1757.

⁴² *Ibidem*, pp. 45-46. Nesta Instrução-Relatório também é recordada a iniciativa dos chamados frades barbadinhos, que eram dois influentes capuchinhos italianos, frei Iluminado e frei Clemente, que depois do Terramoto em conluio com o mercador Martinho Nalho Oldemberg tentaram desacreditar Sebastião José perante o Rei e fazê-lo réu da calamidade pública que se tinha abatido sobre Lisboa. Esta iniciativa de dois eclesiásticos e um comerciante de origem estrangeira que terminou na prisão dos conjurados, condenados de conspiração sem qualquer implicação dos jesuítas, é agora incluída nesta Instrução como mais uma das acções maléficas da Companhia de Jesus intentatórias contra o poder do Estado. Cf. *ibidem*, p. 46.

⁴³ Ver o manancial de cartas, ofícios, memoriais, relatórios, instruções que então foram enviados e que estão reunidos na edição citada. *Ibidem*, pp. 41 e ss.; e cf. António Ferrão, *O Marquês de Pombal, op. cit.*, p. 63 e ss.

A demissão dos jesuítas residentes na Corte tinha ocorrido na sequência da tentativa frustrada do confessor do Rei e da Rainha, o Pe. José Moreira, defender pessoalmente perante o monarca a Companhia de Jesus em relação às medidas e campanhas que começavam a avolumar-se de uma forma preocupante contra a sua ordem. Chegavam do Brasil acusações graves por via do Bispo Bulhões, do governador Francisco Xavier de Mendonça, do General Gomes Freire de Andrade, enfatizadas e instrumentalizadas politicamente por Carvalho e Melo que articulava, numa mesma visão conspiracionista, tudo o que de tumultuoso acontecia no país contra a autoridade real ⁴⁴.

A ordem de expulsão da corte, cozinhada naquela noite, foi mandada executar imediatamente pelo capitão da guarda Pedro José da Silveira Botelho. Os confessores jesuítas foram acordados de noite e ouviram ler a decisão real que os coagia a deixar o Paço e a lá não voltarem mais, com ordem estrita de se manterem em clausura nas suas residências de São Roque, Santo Antão e Cotovia ⁴⁵. A equipa de padres extraditados era constituída por José Moreira, confessor de D. José I e de sua esposa, por Timóteo de Oliveira, preceptor dos infantes, pelo Pe. Jacinto da Costa, confessor de D. Pedro, e Manuel de Campos e José Aranquez, o primeiro director espiritual de D. António e o segundo de D. Manuel, tios do Rei ⁴⁶. Embora a razão fundamental alegada eram as obstruções dos jesuítas brasileiros, declarava-se assim guerra aberta à Companhia de Jesus no reino e preludiava-se a sua expulsão próxima.

A medida de demissão dos confessores do Paço é seguida do envio à Santa Sé de uma instrução para o embaixador com data de 8 de Outubro de 1757, juntamente com a *Relação abreviada* e outros documentos incriminatórios dos Jesuítas. Nestes documentos, a estes religiosos é imputada a autoria de uma série de condutas reprováveis do ponto de vista moral, religioso e político, que faziam deles desobedientes e rebeldes inveterados em relação à autoridade real e papal. A instrução colocava em grande contraste a magnanimidade e paciência do poder real para com tais desvios erróneos e intoleráveis:

«A incomparável clemência de Sua Majestade e a piíssima devoção que o mesmo senhor professou sempre aos gloriosos Santo Inácio de Loyola, São Francisco Xavier e São Francisco Borja, suspenderam

⁴⁴ Cf. José Pedro Ferraz Gramoza, *op. cit.*, p. 18 e ss.

⁴⁵ Cf. Dom Miguel Sotto-Mayor, *O Marquês de Pombal: Exame e história crítica da sua administração*, Porto, 1906, p. 196 e ss.

⁴⁶ Cf. José Caeiro, s.j., *op. cit.*, p. 70 e ss.

não só a sua indefectível justiça, mas até a natural defesa dos seus espoliados e aflitos vassalos, enquanto pôde caber na sua real esperança que conseguiria a emenda de tantas e tão extraordinárias desordens, sem prostituir os filhos de tão santa e venerável mãe como a religião da Companhia»⁴⁷.

E assevera a instrução real que «cessou há muitos anos na prática de seus religiosos a obediência às bulas e ordens pontifícias, a observância da paz pública nestes reinos e seus domínios, a fidelidade aos seus augustos monarcas e a pia instrução de seus vassalos»⁴⁸. Além desta substituição dos Jesuítas pelos franciscanos capuchos, o rei inibiu concomitantemente os inacianos do privilégio de pregarem na Capela Real e na Igreja Patriarcal de Lisboa⁴⁹.

Ainda a Francisco de Almada Mendonça é explicada concretamente a dispensa dos confessores jesuítas, em que se destaca o argumento antijesuítico do uso do instrumento sacramental da confissão para que o poder da Ordem fosse aumentado, e completa deste modo:

«E sendo os mais fortes apoios da ousadia que os mesmos padres têm manifestado, assim na Europa, como na América, os confessores desta Corte, e a entrada dos ditos religiosos neste Paço, mandou El-Rei nosso senhor, por uma parte, recolher às respectivas casas das suas filiações todos os confessores das pessoas reais, que eram jesuítas, nomeando para seu confessor o Provincial actual dos Capuchos de Santa Maria da Arrábida, Frei António de Santa Ana»⁵⁰.

Mas o sucedido no âmbito da resistência de alguns jesuítas à aplicação do Tratado dos Limites aparece como o principal mote de acusação à Companhia. É muito significativa a chamada à colação do exemplo da corrupção da Ordem dos Templários⁵¹, apresentada como o caso medieval de uma ordem que alegadamente foi punida com a pena máxima da extinção

⁴⁷ Cf. *Collecção dos negócios de Roma, op. cit.*, p. 41-42.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 42.

⁴⁹ Cf. Frei Cláudio da Conceição, *Gabinete Historico que a sua magestade fidelissima, o senhor rei D. João VI, em o dia de seus felicissimos annos, 18 de Maio de 1818, oferece (...)*, Tomo XIV, Lisboa, 1820, p. 133.

⁵⁰ *Collecção dos negócios de Roma, op. cit.*, p. 42.

⁵¹ Sobre a história e o processo que levou à extinção desta famosa ordem militar medieval ver Piers Paul Read, *Os Templários*, Rio de Janeiro, 2001.

por ter incorrido na desobediência aos ditames dos reis e dos papas. O processo degenerativo que esta ordem sofria e que era objecto de escândalo para a cristandade só pôde ser atalhado com a sua destituição enquanto Ordem. Mais significativa do que a mera comparação que é ensaiada entre o estado de corrupção a que chegaram os Templários com o estado de infidelidade presente da Companhia de Jesus, é a afirmação de que os Jesuítas ultrapassaram em atrevimento os referidos Cavaleiros do Templo:

«Principalmente quando enfim se considera com a madura e séria reflexão que o caso merece, que, tendo escandalizado tanto os cavaleiros templários, que pelas suas culpas foram extintos com severos castigos, que constam da história; ainda assim não se lê nela que se atrevessem (como se têm atrevido os referidos padres) a resistir positivamente a Papas e a Reis; invalidando com prepotência umas vezes directa, e outras indirecta, as bulas pontifícias e leis régias; que ousassem ao mesmo tempo estabelecer repúblicas de vassalos, por eles rebelados aos seus reis e senhores naturais, dentro dos domínios dos mesmos Reis, cujos vassalos rebelavam para com mão armada se oporem a tudo o que podia ser interesse dos mesmos Reis e povos por eles governados; e enfim aspirassem à usurpação de reinos e impérios, como também tinham projectado estes religiosos, e viriam a conseguir em breves anos, se não se houvesse descoberto o seu ambicioso e clandestino plano»⁵².

O paralelismo estabelecido por este mitógrafo da ambição jesuítica com os alegados excessos da Ordem dos Templários, que foi um emblemático caso medieval de mito de *complot* com prolongamentos explorados na modernidade, não deixa de significar que Pombal já engendrava o projecto da extinção dos Jesuítas. Neste passo comparativo, o político tenta manifestamente insinuar que os Padres da Companhia, ultrapassando largamente as perversões dos Religiosos do Templo, já acumulavam razões mais do que suficientes para merecerem o castigo da supressão pela Igreja, à semelhança do que aconteceu no passado com estes.

Embora com este documento diplomático da Coroa portuguesa declarasse o objectivo de solicitar a reforma da Companhia de Jesus, isto é, a sua redução «à sua santa e primitiva obediência», a comparação com o caso dos Templários em que os Jesuítas são superlativamente considerados mais corrompidos, não deixa de perpassar a intenção íntima, neste ano de 1757, de

⁵² *Ibidem*, p. 44.

que a Santa Sé deveria decretar a fim da existência canónica da Ordem de Santo Inácio.

Impressionado com a documentação que lhe chegava de Portugal, o Papa Bento XIV, já na recta final do seu pontificado, decidiu convocar o Geral dos Jesuítas para adverti-lo sobre os desvios morais e religiosos dos seus padres na América e em Portugal. Mas a diplomacia portuguesa, liderada em Roma por Francisco de Almada, parente e homem de confiança de Pombal, exigiu ao Papa mais do que uma simples repreensão oficial dos Jesuítas através da cabeça máxima desta Ordem. O governo pombalino consegue, nesta fase, uma importante vitória traduzida na nomeação do cardeal Francisco Saldanha para o cargo de reformador da Companhia de Jesus em Portugal pelo breve *In specula supremae dignitatis*⁵³ de 1 de Abril de 1758. Ao mesmo tempo o Papa pedia a este Visitador e Reformador externo da Companhia em Portugal, nomeado sob proposta do governo, que actuasse com calma, prudência e benignidade⁵⁴. A tradução do breve de reforma da Companhia ordenada pelo governo português deturpou algumas passagens do conteúdo original consignado em língua latina. Neste processo de deturpação estendeu as acusações feitas aos Jesuítas do Brasil a todos os territórios ultramarinos portugueses e deu à infidelidade dos Padres da Companhia uma dimensão universal, sentidos que não constavam

⁵³ Cf. *ibidem*, p. 48-53. O diplomata português conseguiu persuadir Bento XIV para permitir que o breve de reforma fosse exarado pelo cardeal Passionei em substituição extraordinária do Secretário de Estado, que era então o Cardeal Timoni, o habitual encarregado desta tarefa. O cardeal Passionei tinha sido conquistado pela diplomacia portuguesa para favorecer a causa antijesuítica do governo pombalino. Além da força de persuasão por meio dos documentos incriminatórios dos Jesuítas que lhe eram dados à leitura, também contou muito, para garantir este apoio, o esforço empreendido pela diplomacia portuguesa de corrupção dos altos funcionários e dignitários da Corte Romana. Disto mesmo é significativa a lembrança que o embaixador português faz a Carvalho e Melo na sua carta de remessa do breve de reforma para a Coroa portuguesa: «Não se esqueça V. Ex.^a. de me enviar, para Passionei e Archinto, dois anéis de diamantes e alguma coisa mais que julgar digna de lhes ser oferecida». Carta confidencial de Francisco de Almada, 7 de Abril de 1758, citada por Francisco Luiz Gomes, *Le Marquis de Pombal: Esquisse de sa vie publique*, Lisbonne, 1869, p. 154.

⁵⁴ Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Lisboa, p. 115. As instruções endereçadas pelo Papa ao cardeal para lhe recomendar discrição e benignidade no decurso da sua missão de Visitador de que era investido foram simplesmente obnubiladas e desconsideradas, pois importava que o processo de incriminação da Companhia em que o cardeal também estava comprometido não fosse desacreditado pelas reservas que o pontífice romano tinha em relação a este processo. Ver as referidas instruções papais na BNR, *Ms. ges.*, n.º 1472.

no texto original. Isto de modo a estender as prerrogativas de reforma do Cardeal português a todos os Jesuítas presentes em Portugal e em todos os seus domínios ⁵⁵.

1.4. Criminalização da Companhia de Jesus

O Cardeal Saldanha, desejoso de agradar aos intentos do governo português, fez tudo com a máxima celeridade e sem as exigidas averiguações aprofundadas e exaustivas, apressou-se a exarar, ao fim de passado pouco mais de um mês sobre a sua nomeação papal como reformador dos Jesuítas, uma provisão em que eram dadas como confirmadas as acusações patentes nos libelos pombalinos contra a Companhia de Jesus, concentrando a sua censura no mitema da actividade comercial desenfreada dos seus religiosos. O Cardeal-Reformador apaniguado de Carvalho e Melo, cozinhou um documento erudito em que espraia as determinações e medidas exemplares da Igreja e do seu magistério contra os eclesiásticos que no passado se dedicaram ao comércio, começando por aludir significativamente ao gesto arquétipo de Jesus Cristo da expulsão dos vendilhões do templo. Manifesta a sua indignação pela acção qualificada de torpe e devassa dos religiosos que se dedicavam às transações comerciais, salientando que os missionários deviam ter por «único património a pobreza apostólica e por único objecto o fervoroso zelo de alumiar com a luz do Evangelho aqueles que descansavam na sombra da morte, habitando nas trevas da ignorância do verdadeiro Deus» ⁵⁶.

O objectivo desta provisão é tão-só manifestar a constatação de que os Jesuítas praticavam o comércio para fins que extravasavam os estritamente apostólicos e condenar a mesma Companhia pelo afastamento, por esta via, dos princípios constitucionais em que foi fundada:

«E porquanto somos com certeza informados, não sem gravíssima dor do nosso coração, de que nos colégios, noviciados, casas, residências e outros lugares das províncias e vice-províncias da Religião da Companhia de Jesus nestes reinos e seus domínios, a nós cometido para as reformarmos e reduzirmos à devida observância das suas obrigações,

⁵⁵ Este agravamento, na tradução pombalina do breve papal, da dimensão de tergiversão dos Jesuítas, está bem escalpelizado num dos apêndices da obra de José Caeiro, s.j., *op. cit.*, Vol. II, pp. 143-149.

⁵⁶ *Collecção dos negócios de Roma, op. cit.*, p. 57.

em tudo o que couber nas nossas débeis forças, se acham ainda alguns religiosos tão esquecidos das sobreditas disposições divinas e constituições apostólicas; e tão obstinadamente endurecidos na transgressão delas, que sem temor de Deus e sem pejo do mundo, em grave prejuízo de suas almas e com geral escândalo dos fiéis; uns, imitando os numulários e negociantes que Cristo Senhor Nosso lançou fora do templo repreendidos e flagelados, estão dentro das próprias casas das suas habitações religiosas, e como tais dedicadas as Deus, não só aceitando e expedindo letras de dinheiro a câmbio, como se pratica nos bancos e casas de comércio, mas também vendendo mercadorias, transportadas da Ásia, da América e África, para negociarem nelas, como se os ditos colégios, casas, noviciados, residências e mais lugares fossem armazéns de negócio e as habitações delas lojas de mercadores»⁵⁷.

Este documento eclesiástico que inaugura o princípio da destruição prática dos Jesuítas em Portugal, reproduz de forma bem elaborada as invectivas patentes nos documentos antijesuíticos pombalinos até então já expedidos. Mais do que pretender obrigar, como faz efectivamente, os jesuítas a cessarem toda a actividade mercantil sob qualquer «cor ou pretexto» com a forte ameaça de «penas de excomunhão *latae sententiae*»⁵⁸, é mais significativo ainda, do ponto de vista da construção de imagem, o acento tónico que coloca no escândalo que aquela prática representava para a Igreja. O governo pombalino dispunha agora do esteio dado por um documento emanado por uma das mais importantes figuras da Igreja portuguesa, para justificar e preparar ataques mais consistentes a fim de levar a cabo o projecto de cerceamento da presença dos Jesuítas em Portugal.

Apesar da falta de provas cabais que atestassem satisfatoriamente a gravidade dos crimes apontados neste relatório do Cardeal Saldanha, como notou o núncio papal em Lisboa Filippo Acciaioli, e do facto dos Jesuítas não terem sido ouvidos neste processo, nem muito menos lhes ter sido dada oportunidade de defesa, este erudito documento antijesuítico serviu muito bem para o governo arrancar das mãos do enfermo patriarca D. José Manuel da Câmara, a 7 de Junho de 1758, dois dias antes da sua morte, a assinatura do edital que privava estes padres de um dos meios mais poderosos de influência e actuação social temidos por Pombal. Neste edital imediatamente impresso e espalhado por toda a capital, os Jesuítas são

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 55.

proibidos expressamente de exerceram o múnus sacerdotal da confissão e da pregação ⁵⁹.

Entretanto, tinha falecido, a 3 de Maio daquele ano, o Papa Bento XIV ⁶⁰ e eleito a 6 de Julho um sucessor que se veio a revelar um defensor da Companhia de Jesus, Clemente XIII. A este novo Papa o Geral dos Jesuítas, Lourenço Ricci, apresentou um *Memorial* em defesa das razões dos Jesuítas contra as perseguições do Estado português datado de 31 de Julho de 1758. Ricci contesta o modo como a visitação do cardeal reformador foi executada em Lisboa e a publica o do decreto de incrimina o dos Jesuítas sem que estes fossem ouvidos em sua defesa. Aceitava que os jesuítas culpados com provas evidentes pudessem ser punidos por parte do poder real, mas recusava admitir que os delitos de alguns fossem generalizados e estendidos a toda a ordem, como um lab u global que não merecia que lhe era globalmente desajustado. Alerta para a necessidade de serem nomeadas personalidades id neas e descomprometidas com os interesses do governo para averiguarem o estado da Ordem em Portugal e nos seus territórios ultramarinos antes de se proceder à sua reforma o ⁶¹. O apelo do Superior Geral da Companhia contido no Memorial para que o modo como estava a decorrer a reforma da sua Ordem em Portugal fosse revisto, resultou num pedido especial feito pela Santa S  ao Cardeal Visitador, que, entretanto, tinha sido designado para novo cardeal patriarca de Lisboa, para que actuasse com modera o e cuidado ⁶².

⁵⁹ D. José, Cardeal Patriarca de Lisboa, " dito de suspensão de pregar e confessores dos Padres Jesuítas", BB, *Documentos pombalinos, miscel nea II*, cota 2/27-35, doc. 6.

⁶⁰ Carvalho e Melo soube aproveitar, na primeira década do seu consulado, o magistério favorável de Bento XIV. No seu pontificado, desde a década de quarenta, tinha emanado alguns documentos com fôrça de constitui o apostólica que repreendiam e proibiam as metodologias missionárias utilizadas pelos jesuítas no Oriente, nomeadamente na China, dando razão aos adversários da Companhia de Jesus, que durante mais de um século infestaram a Santa S  com requisitórios e textos pol micos para combater as práticas missionárias adaptacionistas dos inicianos, como vimos na primeira parte. Também relativamente ao Brasil, Bento XIV na *Immensa Pastorum* de 20 de Dezembro de 1741 já fazia graves repreensões   Companhia de Jesus quanto ao seu modo de actuar no Paraguai, ao seu modo de missionar os índios e às práticas escravagistas. É neste contexto de enfraquecimento da posi o dos Jesuítas junto do papado que Pombal alcança da Santa S  o breve para a reforma da Companhia em Portugal. Cf. Eduardo Brazão, *Portugal e a Santa S *, Lisboa, 1976, p. 22.

⁶¹ Cf. *Memorial apresentado pelo padre geral da Companhia de Jesus a Sua Santidade em 31 de Julho de 1758*, Traduzido do idioma italiano em portuguez, Lisboa, 1758.

⁶² Cf. Francisco Luiz Gomes, *op. cit.*, pp. 160-161.

Nesse mesmo ano os acontecimentos precipitaram-se novamente em desfavor dos Jesuítas. Uma ocorrência grave vai ser usada de forma exímia como a gota de água que faltava para incriminar cabalmente os Jesuítas e justificar a tomada das almejadas medidas radicais pela governação pombalina. Na noite de 3 de Setembro de 1758, o rei D. José I sofre um atentado no alto de Belém, quando regressava de sege ao palácio da Ajuda. Foi ferido no braço e numa anca com tiros de bacamarte. Apesar do caso ter sido guardado inicialmente em segredo, não deixaram de circular rumores de que o monarca tinha sido vítima de uma tentativa de assassinio, no qual estariam envolvidos membros da alta nobreza da poderosa família dos Távoras em conluio com os Jesuítas. A ligação amorosa de D. José I com a marquesa nova dos Távoras, com quem o rei estivera antes do atentado, era um bom motivo apontado pelos boatos para explicar o atentado ⁶³.

De forma discreta foi promovida pelo ministro Carvalho e Melo, através da Junta ⁶⁴ da Inconfidência, uma demorada devassa para averiguar responsabilidades. Só no dia 19 de Dezembro diversos membros da alta nobreza dos Távoras acabaram por ser presos, confirmando os anteriores boatos. Já antes, na noite de 12 para 13 do mesmo mês, tinha sido colocada guarda militar às portas das casas dos Jesuítas com a ordem expressa de não deixar entrar ninguém, sem ser interrogado sobre o objectivo da visita. A 23 de Dezembro os colégios e residências da Companhia de Jesus foram devassados por desembargadores escoltados por soldados de armas em riste. O Tribunal da Inconfidência, presidido por Pombal, conduziu um severo interrogatório, onde foram usados processos de tortura ⁶⁵. Este inquérito levou à condenação dos jesuítas como conspiradores e autores morais da tentativa de regicídio. Na noite que precedeu a publicação da sentença, a noite de 11 para 12 de Janeiro, foram encarcerados o Provincial dos Jesuítas João Henriques e os seus padres Gabriel Malagrida, Inácio Soares, João Alexandre, Jacinto Costa, José Perdigão, José Moreira, João de Matos, Timóteo de Oliveira e Francisco Eduardo.

⁶³ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *O Marquês de Pombal, op. cit.*, p. 100 e ss.

⁶⁴ ‘Junta’ na língua portuguesa é um termo muito antigo associado desde os tempos mais primitivos às antigas corporações. Significa um conjunto de pessoas que se organizam sob determinados estatutos e com uma direcção própria para levar a cabo determinados fins.

⁶⁵ O que era prática habitual na Europa do tempo. Recorde-se que no ano anterior de 1757, Robert-François Damiens, depois da sua tentativa frustrada de assassinar o rei Luís V, foi submetido a vários tipos de tortura e depois executado. O que era novo no caso português foi o tratamento igual dado a membros da mais alta nobreza do Reino, dado que a tradição de privilégios nobiliárquicos lhes concedia imunidade especial nestes casos.

A sentença foi brutal. Proferida a 12 de Janeiro de 1759, os juízes condenaram a pena capital o Duque de Aveiro, os marqueses velhos dos Távoras, seus filhos Luís Bernardo e José Maria e o Conde de Atouguia ⁶⁶. À pena de morte foram também condenados os autores considerados materiais do crime, Brás José Romeiro, João Miguel e Manuel Álvares. Os jesuítas foram incriminados com base em confissões extraídas sob tortura ⁶⁷. A sentença ordena a morte dos culpados, mas enfatiza, todavia, a responsabilidade moral dos Jesuítas no processo. Mais do que a alta nobreza, os Padres da Companhia são os grandes visados no processo. O texto da sentença é mais um libelo antijesuítico do que um texto de teor judicial propriamente dito ⁶⁸. A frustrada tentativa de regicídio não teria sido mais do que a concretização

⁶⁶ Para termos em conta a importância destas figuras da nobreza implicadas judicialmente no atentado regicida, basta recordarmos que o Duque de Aveiro, D. José de Mascarenhas, tinha desempenhado funções de presidente do Supremo Tribunal; o General Marquês de Távora era Director-Geral da Cavalaria e tinha exercido o cargo de Vice-Rei da Índia; e o Conde de Atouguia era o Comandante da Guarda do Palácio Real. Para um estudo recente das linhagens nobiliárquicas em Portugal neste período ver Nuno Gonçalo de Freitas Monteiro, *O crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, 1998.

⁶⁷ Cf. Pedro de Azevedo (ed.), *O processo dos Távoras*, Lisboa, 1921, p. 182 e ss.; e Guilherme de Oliveira Santos, *O processo dos Távoras. Importância do processo revisório*, Lisboa, 1979. A razão que esteve na base do atentado parece ter sido de facto os amores adulterinos do D. José I com a marquesa de Távora que a família pretendia vingar com a morte do rei, o que a sentença nunca poderia reconhecer sob pena de atentar contra a dignidade e bom nome da pessoa do monarca. Uma das provas disto é a correspondência entre D. João de Almada Portugal, segundo Marquês de Alorna, para a sua mulher D. Leonor de Lorena, aquando da sua prisão na Junqueira, transcrita por José Casimiro Neves, *Lisboa e a tragédia dos Távoras*, Lisboa, 1957, pp. 22 e ss.

⁶⁸ Esta sentença que implicou fortemente os Jesuítas foi redigida sob a supervisão de Carvalho de Melo e a sua linguagem comunga do estilo dos libelos antijesuíticos que vieram a lume durante o consulado pombalino em Portugal. Ao advogado nomeado para defender os réus, o Desembargador Eugénio Tavares de Sequeira foram dadas apenas 24 horas para consignar por escrito a defesa, sendo-lhe somente facultadas as declarações de culpa e não os textos dos autos. Apesar de ter notado erros e atropelos ao direito neste processo judicial em curso, os seus argumentos acabaram por não constar no processo final, nem sequer as razões que avocava para demonstrar a não culpabilidade dos réus. Parece que esta não poderia mesmo constar, pois Sebastião José de Carvalho preparava já a redacção da sentença condenatória no período de tempo dado ao advogado para redigir a suas alegações. Esta informação é-nos dada no quadro da revisão da sentença já no reinado de D. Maria I, que acabou por absolver os réus, à excepção do Duque de Aveiro e dos lacaios que executaram materialmente o atentado. O advogado Tavares Sequeira neste processo de revisão, voltou a depor sobre o processo passadas duas décadas sobre a sentença pombalina.

da vingança jesuítica pelo afastamento da corte dos confessores e pelo desfavor real em relação à Companhia de Jesus, cuja expressão mais visível tinha sido recentemente a proibição de pregar e confessar:

«Mostra-se mais pelo que pertence aos ditos religiosos jesuítas, que vendo estes que a superioridade das Luzes e o incomparável discernimento do dito senhor, os privava de todas as esperanças de conservarem nesta corte o despotismo que nos negócios dele se tinham arrogado. Vendo que sem aquele seu absoluto despotismo não poderiam de nenhuma sorte cobrir as usurpações que tinham feito na África, América e Ásia Portuguesa, e muito menos paliar declarada guerra que tinham acendido com um forma de rebelião no Norte e no Sul do Estado do Brasil: maquinaram as mais caluniosas e detestáveis sugestões e intrigas contra a Alta reputação de Sua Majestade e contra o sossego público destes Reinos, para assim alienarem do mesmo Senhor os nacionais e estrangeiros, havendo repetidas vezes tentado diferentes projectos execrandos para excitarem sedições dentro da mesma Corte e Reino, e concitarem contra o mesmo Reino e Vassallos dele o flagelo da guerra e concluindo-se por tudo o referido que havendo cometido os sobreditos religiosos todas aquelas iniquidades contra El-Rei Nosso Senhor e contra os seu Reino, se acham por isso nos próprios termos da sobredita Regra, e presunção de Direito; que dela se tiraria sempre quando o mais faltasse, para se entender que eles depois foram os que maquinaram o insulto, de que se trata, enquanto não mostrassem que outros foram os réus dele por modo concludente. (...) Presumindo, por isso, que o que no mesmo delito tem o interesse, foi aquele que cometeu o tal delito, enquanto se não justifica evidentemente que outro foi o autor dele. E tendo os sobreditos religiosos todos os grandes interesses que ficam relatados, e que manifestaram pelos seus próprios factos nesta conjugação; em fazer cessar com a preciosíssima vida de El-Rei nosso senhor o felicíssimo governo de Sua Majestade, esta não só presunção de direito bastaria também para se haver por liquidíssima prova, conforme o Direito, de que tais religiosos foram os réus deste execrando delito; principalmente quando se considera que só a sua ambição de conquistarem os domínios do Reino, poderia ter

Entre outros aspectos interessantes, revelou que no fim da tarde do dia 11 de Janeiro de 1759, véspera da proclamação da sentença, tinha ido entregar a defesa a Carvalho e Melo, verificando que o ministro estava ditando o texto sentencial dos acusados que o advogado tinha sido encarregado de defender, ao Desembargador Inácio Ferreira do Souto, sem considerar previamente a apresentação dos argumentos da defesa. Cf. Guilherme de Oliveira Santos, *O caso dos Távoras*, *op. cit.*, pp. 22-23.

alguma proporção e paridade com o insulto infaustamente cometido na referida noite de três de Setembro do ano próximo precedente»⁶⁹.

Baseando-se mais em presunções do que em provas⁷⁰, o Tribunal da Junta da Inconfidência⁷¹ envolve a Companhia na tentativa de regicídio, articulando criminalmente este acto com o conteúdo dos requisitórios anti-jesuíticos já elaborados anteriormente por Pombal referentes nomeadamente o caso do Brasil. Este seria o culminar de toda uma história que fazia dos Jesuítas sublevadores, instigadores de guerras contra o Estado e atentadores contra a autoridade real. O atentado seria a vingança para abrir caminho à sua ambição de poder que estava a ser sustida pelas medidas antijesuíticas da Coroa.

Neste crime qualificado como sendo de «lesa-majestade de primeira cabeça, de alta traição, rebelião e parricídio», não só é envolvido o grupo referido de jesuítas como mentores do crime em associação com os nobres condenados, mas toda a Companhia de Jesus em Portugal. E ela como um todo sofrerá as consequências do crime alegadamente cometido por uma parte. Contra a Companhia foi determinado pela Junta da Inconfidência que se procedesse ao sequestro dos seus bens, que se intimassem os bispos das diversas dioceses a publicarem pastorais que publicitassem a responsabilidade dos Jesuítas no atentado, que se dissolvessem as suas comunidades religiosas e se encarcerassem os jesuítas que tivessem praticado comércio, assim como se proibisse a sua actividade de ensino e a sua substituição enquanto educadores fosse financiada com o produto do confisco

⁶⁹ “Sentença que em 12 de Janeiro de 1759 se proferiu na Junta da Inconfidência, para castigo dos réus do barbaro e execrando desacato que na noite de 3 de Setembro do ano próximo de 1758 se cometeu contra a real, sagrada e augustissima pessoa de El-Rei nosso senhor”, in *Collecção dos Negócios de Roma*, pp. 66-67. A sentença pretendeu também demonstrar que a marquesa de Távora, a Velha, inspirada pelos seus conselheiros jesuítas, os padres João, Alexandre e Gabriel, foi a congeminadora principal do ponto de vista instrumental do atentado contra o rei. Proferida a sentença sobre os conspiradores do regicídio, foi depois editado um panfleto de 72 páginas em Londres que refutava ponto por ponto este texto judicial pombalino da autoria de William Shirley, que se auto-intitulava como «ex-mercador em Lisboa». *Observations on a pamphlet lately published, entitled the genuine and legal sentence by the high court of judicature of Portugal upon the conspirators against the life of his most faithful majesty (...) William Shirley*, Londres, 1759.

⁷⁰ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *O Marquês de Pombal*, op. cit., p. 101.

⁷¹ Este tribunal julgou primeiro os processos relativos à envolvimento de seculares no atentado regicida e depois tratou do processo que levou à expulsão dos Jesuítas. Cf. Acordam e sentenças proferidas pelo *Conselho e Desembargo de El-Rei D. José I contra os cúmplices do attentado*, Lisboa, 1866.

dos seus bens ⁷². No ano de 1759 tudo será feito de forma gradual até à expulsão da ordem no mês de Setembro, cumprindo-se uma etapa importante daquela que foi, no dizer de Pedro Paiva, «a grande causa pombalina» ⁷³.

2. A “desjesuitização” de Portugal

2.1. O triunfo do pensamento conspiracionista

A partir da leitura da sentença ⁷⁴ que incriminava os Jesuítas no atentado regicida, o governo pombalino deu início a um processo de cerco e de espoliação das instituições da Ordem de Santo Inácio em Portugal que conduziria à sua erradicação do Reino e dos seus territórios ultramarinos. A 19 de Janeiro de 1759 foram emitidas cartas régias para o Regedor da Casa da Suplicação e para o Governador da Relação do Porto, ordenando que se procedesse à confiscação global dos bens móveis e de raiz, das rendas ordinárias e das pensões pertencentes aos religiosos da Companhia na área da sua jurisdição ⁷⁵. Para o efeito, deveriam ser designados desembarcadores de confiança para proceder ao sequestro de todos estes bens. Determinava-se que dos bens confiscados em favor das finanças do

⁷² Cf. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, p. 118 e ss.

⁷³ José Pedro Paiva, “A Igreja e o poder”, in *História Religiosa de Portugal*, Vol. 2, Lisboa, 2000, p. 172.

⁷⁴ No âmbito da Sentença dos Távoras, foram assinadas pelo ministro Carvalho e Melo umas Providências nas quais se sugeria ao Rei que os Religiosos da Companhia fossem todos exilados nas Ilhas de São Tomé e Príncipe, Ano Bom, Cabo Verde e outros territórios preferencialmente africanos onde a dureza do clima, o isolamento e a falta de condições de sobrevivência os punisse lentamente com o desfalecimento das forças físicas. Tal projecto acabou por ser preterido pela opção alternativa do encarceramento de muitos padres nas prisões da Junqueira e de Belém, de Azeitão e de São Julião da Barra, enquanto os restantes seriam deportados para os Estados Pontifícios. Então, a Companhia de Jesus na assistência de Portugal contava cerca de 1700 jesuítas, sendo que 817 trabalhavam em Portugal e os outros estavam dispersos pelas missões do Brasil, da África, da Índia, Indochina, Macau e China. Cf. António Leite, s.j., “A expulsão da Companhia de Jesus de Portugal no século XVIII”, *op. cit.*, pp. 206-211; ver a “Relação das cousas que sucederam aos Padres Jesuítas em Portugal, nas prisões, destierros (...) de 1759 a 1777”, BNL, *Secção de reservados*, cód. 7997; e *Status provinciarum transmarinarum antiquae assistentiae lusitanae Societatis Iesu tempore persecutionis pombalinae*, Olysiopone, 1906.

⁷⁵ Cf. António Delgado da Silva (compil.), *Colecção da legislação portuguesa (1750-1762)*, Suplemento, Lisboa, 1860, pp. 606 e ss.

Estado, se reservasse o suficiente para a celebração do culto litúrgico normal e para atribuir um tostão diário a cada jesuíta mantido sob custódia nos colégios para seu sustento ⁷⁶.

Ao mesmo tempo que estas providências tomadas e alargadas que foram depois a todos os domínios de Portugal onde a Companhia de Jesus estava presente, o governo pombalino informava a Santa Sé do sucedido, acentuando a responsabilidade dos Jesuítas no crime, de modo a obter legitimação eclesiástica para estas violações de imunidades e velhos privilégios eclesiásticos. Este recurso à cúria papal explicado pelo governo, salvaguardando a sua política regalista em curso, era feito «não por via de jurisdição, mas sim tão-somente de indispensável economia e de natural e precisa defesa da real pessoa, do governo e da paz pública do país» ⁷⁷.

Por todo o reino urdia-se uma vaga popular antijesuítica fomentada pelos funcionários do Estado, em que os religiosos da Companhia eram alvo de palavras de ordem e de todo o tipo de acusações ampliadas pelos murmúrios populares. Juízes e soldados cumpriram as ordens de assalto às residências e escolas dos Jesuítas. Os interiores das casas foram vasculhados e examinados de forma minudente na ânsia de encontrar algo suspeito que constituísse matéria de prova para as suspeitas e acusações que se abatiam sobre estes religiosos, de maneira a incriminá-los ainda mais ⁷⁸. Foram feitos leilões públicos para vender toda a espécie de bens retirados da sua posse ⁷⁹.

Procurou-se avidamente encontrar nas casas, em especial esconderijos secretos, armas, tesouros valiosíssimos, em conformidade com as ideias fantásticas de poder e de riquezas fabulosas deduzidas da imagem que se vinha forjando dos Jesuítas e que povoava o imaginário do povo e dos agentes do governo ⁸⁰. Naquele processo de devassa geral e de confisco fazia-se primeiro a arrecadação de todos os haveres dos Jesuítas e depois procedia-se ao isolamento absoluto das suas casas, proibindo-se a sua

⁷⁶ Cf. *Collecção dos negócios de Roma*, op. cit., parte I, pp. 79 e 82.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 82.

⁷⁸ Cf. João Lúcio d'Azevedo, *O Marquês de Pombal*, op. cit., p. 193 e ss.; e Kenneth Maxwell, *O Marquês de Pombal*, op. cit., p. 108 e ss.

⁷⁹ Para um relato pormenorizado do processo de expulsão da Companhia de Jesus ver o *Compendio istorico dell'expulsione dei Gesuiti, dai regni di Portugallo, e da tiutti i suoi domini*, In Nizza, 1791.

⁸⁰ Cf. Fernando Castelo Branco, "Em busca dos tesouros dos Jesuítas (1759-1763)", in *Colectânea de Estudos em honra de Damião Peres*, Lisboa, 1974, pp. 429-434; e Cristóvão Teófilo de Murr, op. cit., cap. III.

comunicação com o exterior. À medida que se encontravam pretextos justificativos os oficiais tinham ordem de prender os religiosos alegadamente suspeitos ou não colaboradores com este processo de devassa. Quanto à grande riqueza que o governo esperava arrecadar do recheio das casas dos Inacianos, a expectativa saiu lograda, de acordo com a avaliação de Lúcio d’Azevedo:

«Foi grande a desilusão. Do alto valor só os utensílios de culto e as livrarias. O resto, a não serem os edifícios e algumas terras, a todos visíveis, presa insignificante. Já o exame efectuado pelo Cardeal reformador havia demonstrado que a riqueza era diminuta. Em algumas casas havia déficit; outras, onde os religiosos se achavam em maior número, como os colégios de Coimbra e Pará, mantinham-se com subsídios das mais prósperas»⁸¹.

O governo esperava encaixar no erário régio⁸², com este confisco, uma boa fatia de capital para equilibrar as contas do Estado. Além das vastas redes de casas e de colégios que os Jesuítas possuíam na metrópole, possuíam ainda vários estabelecimentos de ensino e residências nas ilhas atlânticas, em África, no Oriente e no Brasil⁸³.

⁸¹ João Lúcio d’Azevedo, *O Marquês de Pombal*, *op. cit.*, p. 198. O programa pombalino de desjesuitização do país não poupou sequer o calendário litúrgico. Do calendário religioso português foram mandadas retirar as solenidades dedicadas aos santos jesuítas: Inácio de Loyola, Francisco Xavier e Francisco de Borja.

⁸² Sobre a situação do Erário Régio no consulado pombalino ver o estudo específico de Fernando Tomaz, *op. cit.*, pp. 355-388.

⁸³ Nesta devassa feita às casas dos Jesuítas, povoava o imaginário dos agentes do Estado um dos mitemas mais importantes que davam forma ao mito dos Jesuítas, a ideia da sua descomunal riqueza que guardariam escondida nas suas casas. O tema da riqueza dos Jesuítas é uma constante em todos os países onde o antijesuitismo se desenvolveu, permanecendo até aos nossos dias resquícios dessa crença, como se pode verificar ainda hoje no imaginário de algumas povoações do Brasil onde os jesuítas habitaram. Esta lenda expressa-se na esperança que alguns populares ainda alimentam de um dia encontrarem o tesouro que os Jesuítas deixaram enterrado algures antes da sua expulsão. Por exemplo, na Baía há uma tradição oral que assevera a existência, algures no sertão, de um tesouro fabuloso escondido que pertencera aos Padres da Companhia. Diz esta versão lendária que esse tesouro encontra-se guardado debaixo de uma árvore gigante muito frondosa, mas ciosamente guardado por duas serpentes venenosas que matam quem ousar apoderar-se desta riqueza. No Estado brasileiro do Espírito Santo conta-se uma história semelhante e fala-se da existência de um mapa escondido algures num convento que contém a descrição da situação geográfica do tesouro e do referido trajecto. Estas narrativas orais foram recolhidas por

Os procedimentos e o discurso oficial do governo a seguir à leitura da Sentença dos Távoras, leva-nos a concluir que aquele texto judicial era claramente menos dirigido aos regicidas de sangue nobre do que aos Jesuítas seus presuntivos mentores. Esta sentença verdadeiramente antijesuítica veio dar legitimidade ao processo final de aniquilação da Companhia de Jesus há muito desejado por Pombal. Aliás, desde então, presos e mortos que foram os alegados ordenadores e executores do crime, o discurso sobre o atentado passou a colocar à cabeça das responsabilidades os Jesuítas e as suas doutrinas, e aqueles quase que foram obnubilados ou passaram ao estatuto de meros instrumentos da máquina assassina da Companhia de Jesus.

2.2. Colaboração da Igreja portuguesa

Na mesma data da emissão da ordem real de sequestro dos bens, o governo decidiu envolver as mais altas cúpulas da Igreja portuguesa no isolamento dos Inacianos e no programa de desjesuitização do país que então se encetava. Carvalho e Melo, através da Igreja e dos seus mais altos responsáveis, pretendia socorrer-se de um instrumento massificante, capaz de abranger todo o reino, para formar uma opinião pública antijesuítica generalizada. Numa *Carta Régia* enviada a todos os titulares de dioceses com data de 19 de Janeiro de 1759, os padres de Santo Inácio são apresentados como os mentores do atentado, «cujo relaxado governo se fez não só réu, mas chefe espiritual dos atrocíssimos crimes de lesa-majestade de

nós entre Abril e Agosto de 2002, aquando de uma das nossas viagens de pesquisa ao Brasil. Ainda sobre a lenda da riqueza jesuítica, conta Lúcio d'Azevedo que «ao Geral Ricci, preso, após a extinção da ordem por Clemente XIV, perguntaram pelas grandes somas que devia ter escondidas, ao que o padre em chasco tornava que aquilo era *um sonho, um delírio, uma verdadeira mania* (...)». Em 1891 publicou a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, como burla do primeiro de Abril, a notícia de um grande tesouro achado nas demolições a que andavam procedendo no morro do Castelo, onde fora casa dos Jesuítas. Cento e tantas caixas e sacos, com muitos milhões de cruzados, assim de moeda como de ouro em pó e grande número de importantes documentos. Jornais sisudos da Europa transcreveram a notícia: o *Petit journal* de Paris, que avalia a soma em 60 milhões de francos; o grave *Correio da Bolsa* de Berlim, que chega a cem milhões, e satisfaz a curiosidade dos capitalistas, seus leitores habituais, com o inventário completo do miraculoso achado». *Ibidem*, pp. 197-198. Ver também Guilherme Studart, *Notas para a História do Ceará (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, 1862, cap. IV; e <http://www.escolas.com.br/historiaem-foco/subterraneomorro.htm>.

primeira cabeça, alta traição e parricídio, que se julgaram pela sobredita sentença»⁸⁴.

A sentença de 12 de Janeiro passa a ser a base de legitimação requisitória sistematicamente invocada em toda a correspondência governamental e até na legislação antijesuítica para promover o combate e o saneamento do jesuitismo no país. Na mesma *Carta Régia* citada, intimam-se os prelados de todas as dioceses a colaborarem com as autoridades estatais no processo de isolamento dos Jesuítas e a vedar a sua comunicação com a sociedade secular e eclesiástica em nome da prevenção do «rebanho de Deus» contra o perigo que estes «lobos» representavam. Os Padres da Companhia são gravemente acusados de terem abusado do exercício do seu ministério sacerdotal para

«corromperam as consciências dos delinquentes, que foram justificados por aqueles altíssimos crimes, servindo-se para este abominável fim dos execrands meios, que para o conseguirem haviam repetidas vezes aplicado em outros casos similares; quais foram os de seminare e persuadirem com o referido abuso dos ministérios sagrados o mesmo pestilencial veneno dos maquiavélicos enganos e das antievangélicas doutrinas que, como heréticos, ímpios, sediciosos e destrutivos da sociedade cristã, da sociedade civil e do sossego público dos Estados, haviam sido condenadas, anatematizadas e proscritas da Igreja de Deus»⁸⁵.

À *Carta Régia* foi anexado um opúsculo de 30 páginas em formato grande e letras grossas, em que se elencavam os *Erros ímpios e sediciosos que os religiosos da Companhia de Jesus ensinaram aos réus que foram justificados e pretenderam espalhar nos Povos destes Reino*, para esclarecer os bispos em relação às doutrinas e fundamentos destas que os Jesuítas alegadamente professavam e ensinavam. Estas teriam sido a fonte de inspiração da conspiração regicida. Expõem-se os grandes tópicos doutrinais, pouco ortodoxos do ponto de vista teológico-moral, atribuídos à autoria dos teólogos da Companhia: as teorias do tiranicídio, do probabilismo, as *Instruções Secretas* que regiam a Ordem de Santo Inácio, a somarem a

⁸⁴ *Collecção dos Negócios de Roma, op. cit.*, p. 84.

⁸⁵ *Ibidem*. Este documento régio também conheceu uma publicação autónoma: *Carta régia de D. José I dirigida aos prelados de Portugal*, Lisboa, 1759. Ver também o *Supplemento à Collecção dos breves pontifícios, leys regias, e officios que se passaram entre as cortes de Roma, e Lisboa e sobre os absurdos em que o Reino de Portugal, e seus domínios, se havia precipitado os regulares da Companhia de Jesus*, [Lisboa], 1760.

uma espécie de síntese das invectivas retiradas da tradição antijesuítica nacional e internacional. Aqui Maquiavel é apresentado como um dos áugures mais importantes que inspiravam a teologia política dos Jesuítas. E são convocados os pareceres antijesuítas de críticos célebres que combateram no passado os desvios dos padres inacianos, como é exemplo Árias Montano e Juan Mendonça e Palafox ⁸⁶. O crime intentado contra o rei de Portugal é, portanto, inserido numa tradição de imputação criminológica aos Jesuítas abundantemente denunciada por figuras destacadas da sociedade e da Igreja, que faziam emblematicamente parte do antijesuitismo tradicional. Estas figuras são aqui avocadas para conferirem autoritativamente fundamentos históricos ao denso antijesuitismo pombalino.

O atentado ao Rei D. José I deixa de ser visto apenas como um caso isolado para ser integrado no âmbito mais abrangente de uma conspiração transnacional contra os Estados de que a Companhia de Jesus era a mentora. Faz-se, assim, da Ordem de Santo Inácio, uma instituição estruturalmente degenerada, rebelde, perversa, indigna da confiança dos reinos católicos e da própria Igreja. Deste modo, a Companhia de Jesus passa a ser vista não só como um potencial, mas como um efectivo inimigo da paz pública e traidora dos mais altos responsáveis dos reinos.

No âmbito desta rememoração da tradição criminológica da Companhia de Jesus, são recordados, entre outros, o crime regicida executado contra Henrique IV, no qual esteve longe de ser provada a responsabilidade jesuíta no atentado. Este e outros atentados regicidas levados a cabo em França são lembrados como a expressão mais paradigmática da tradição criminal imputada aos Jesuítas e do modo ínvio como eles conspiravam. Os casos franceses são avocados exemplificativamente para dar mais força persuasiva à alegada implicação sentenciada dos jesuítas no atentado ao Rei português. Segundo este documento oficial mandado aos bispos de Portugal pelo governo pombalino, teriam actuado

«nos sediciosos e sanguinários discursos, conselhos e conspirações, cujos funestíssimos efeitos foram o primeiro assassinato intentado contra Henrique IV, Rei de França, no ano de 1593, por Pedro Barrier; o segundo principiado a executar em 27 de Dezembro do ano próximo seguinte por João Chatel, que deu motivo a serem expulsos os ditos Religiosos daquele reino, e a ser o Padre Guignard condenado à morte, e outros metidos a tormento e proscritos, e o último golpe infame, que privou da sua útil e gloriosa vida aquele monarca, pela mão do infame Francisco Ravaillac, em 14 de Maio de 1610; depois de haver sido

⁸⁶ Cf. *Collecção dos Negócios de Roma, op. cit.*, pp. 85-99.

anunciada muito antes a morte do mesmo príncipe em Nápoles pelo Padre Lagona, e na Quaresma próxima precedente em São Severino pelo padre Hardi, ambos religiosos da Companhia de Jesus; havendo-se também prognosticado em Bruxelas e Praga a morte do mesmo Monarca, quinze dias antes de suceder aquele detestável insulto»⁸⁷.

Há aqui um claro esforço de vincar a ideia de rede criminal bem coordenada associada aos Jesuítas, que como um todo preparam, anunciam e executam friamente os seus crimes decididos previamente pelas suas mais altas instâncias directivas.

O que nos parece, portanto, mais relevante nesta correspondência enviada para os prelados do reino, é a ardilosa universalização do *modus procedendi* e respectivas doutrinas directoras como uma característica de toda a Companhia de Jesus. Deixam de ser, pois, três ou quatro jesuítas os responsáveis pelo atentado a um rei de determinado país, para ser uma ordem inteira a conspirar coesamente não só contra um monarca, mas a ser apresentada como a grande conspiradora potencial em cuja mira se encontram os soberanos de todo o mundo, demonstrando-se esta asserção à luz da tradição criminológica dita reincidente dos Jesuítas. Deste modo a argumentação oficial do Estado português ganha mais peso e imprime uma força persuasiva maior ao pedido que era dirigido aos bispos. Além do mais, as medidas profilácticas para combater o jesuitismo, que os prelados eram intimados a tomar, deixavam de ser uma mera punição de um crime realizado contra a figura do rei, para serem enquadradas numa autêntica guerra que deveria ser travada com urgência contra um inimigo interno para salvaguarda da sociedade e da Igreja.

Solicitava-se aos bispos para cumprirem uma das prerrogativas da sua missão que era o combate contra as doutrinas heréticas e antievangélicas que infectavam a Igreja de Deus. Cumpria-se, assim, um dos aspectos mais característicos da campanha pombalina contra os Jesuítas. Primeiro foi assegurada a sua condenação através de instâncias judiciais e políticas. A seguir passou-se à justificação e fundamentação por todos dessa tão terrível incriminação, pela reunião das mais variadas provas e argumentos imputados à Companhia, quer do passado, quer do presente, sendo a maioria deles distorcidos, descontextualizados e acomodados.

Quase todos os bispos diocesanos⁸⁸ que tinham nas suas dioceses comunidades religiosas da Companhia de Jesus cumpriram a obrigação

⁸⁷ *Ibidem*, p. 98.

⁸⁸ Os poucos bispos que ousaram manifestar o seu desacordo com a política antijesuítica

que lhe era imposta pelo rei de publicar pastorais e editais para reproduzir as acusações oficiais contra os jesuítas e prevenir os fiéis contra as suas perigosas doutrinas, desconhecidas até então, mas que a *Carta Régia* agora desenterrava para conhecimento público. Uns por adulação, outros por obediência temerosa cumpriram a ordem do governo, tanto mais que tinha ficado claro que os prelados que não cumprissem a ordem real seriam punidos⁸⁹. Os bispos impuseram as medidas extremas de proibição de qualquer

do Marquês de Pombal foram obrigados a renunciar ao cargo. Um caso emblemático foi o do arcebispo da Baía, D. José Botelho de Matos. Este arcebispo tinha sido nomeado Visiador-Delegado do Brasil para proceder a uma inquirição sobre o estado da Companhia de Jesus. Este inquérito deveria avaliar o estado da Ordem na linha do que tinha feito Saldanha e preparar as medidas reformistas ou, como se pretendia no fundo, expulsórias. Só que em resultado D. José Botelho de Matos enviou um memorial para o governo muito favorável à acção missionária dos jesuítas actuaes na colónia brasileira. Este relatório que elogiava os Jesuítas não agradou ao governo. O bispo sofreu logo as consequências da sua discordância com a política vigente. Foi deposto do palácio arquiepiscopal e as suas funções suspensas, sendo obrigado a pedir oficialmente a exoneração do seu cargo. Logo a seguir foi substituído pelo carmelita descalço, Manuel de Santa Inês, de plena confiança de Carvalho e Melo. ASV, *Processus consistoriales*, Vol. 159, fl. 297.

⁸⁹ A atitude de subserviência do episcopado português em geral perante a política antijesuítica pombalina, atingiu frequentemente foros de adulação dos Bispos em relação ao líder da equipa governativa josefina, atitude que se tornou uma constante ao longo do seu governo. Este comportamento adulator por parte dos bispos era uma forma de mostrar fidelização à Coroa de quem dependia a sua permanência naqueles cargos cimeiros da Igreja. Esta postura de sujeição perante o poder despótico é bem visível na correspondência entre os bispos e a administração central do Estado. Sobre o assunto ver o estudo esclarecedor de João Pedro Paiva, “Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino”, in *Actas do Congresso sobre o Marquês de Pombal e a sua época*, Oeiras-Pombal, 2001, pp. 251-267. Podemos aqui avocar o caso bem emblemático deste comportamento que foi o do Bispo sucessor de D. Cosme à frente dos destinos da diocese de Leiria, D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa, que entretanto tinha regressado do Brasil e sido promovido para o bispado leiriense, escreve para o ministro Mendonça Furtado a 24 de Abril de 1767, após ter tido conhecimento da expulsão dos Jesuítas de Espanha. Salientando o agrado que esta medida tomada por Carlos III lhe fazia, louva o pioneirismo neste processo expulsório do ex-governador do Maranhão e do seu irmão Conde de Oeiras: «(...) a expulsão dos Jesuítas dos domínios de Espanha é uma das maiores novidades que podia vir à nossa imaginação. Ela é um justo castigo do orgulho e da infidelidade daquela corrupta e abominável corporação e ao mesmo tempo imortaliza o acertadíssimo governo do nosso Augusto Monarca conseguindo o Exmo. Senhor Conde de Oeiras e V. Exa. a glória de serem os primeiros que os chegaram a conhecer e praticaram a resolução de os exterminar (...). Eu gratificou a V. Exa. assim esta notícia que por todas as circunstâncias me é sumamente agradável». Miguel de Bulhões e Sousa, Bispo de Leiria, “Carta para Francisco Xavier de Mendonça Furtado”, ANTT, *Ministério do Reino, Papéis vários relativos a negócios*

contacto entre os seus diocesanos e os religiosos de Santo Inácio, ameaçando com a pena espiritual mais grave da excomunhão os que não respeitassem a proibição⁹⁰.

Imediatamente a seguir à intimação régia, são de destacar, como exemplo bem paradigmático de colaboração concertada entre o poder eclesiástico e político no combate aos Jesuítas, as medidas tomadas pelos titulares das dioceses de Miranda e de Leiria. O dominicano D. Frei Aleixo de Miranda Henriques acabava de ser então nomeado, pelo governo, Bispo da diocese de Miranda⁹¹. Este novo prelado em perfeita convivência com os interesses programáticos da política antijesuítica vigente, estando ainda em Lisboa, enviou uma procuração ao Provisor do Bispado para assumir o governo da diocese até à sua entronização como bispo. Ao mesmo tempo ordenava ao dito Provisor que procedesse com a maior urgência à anulação das faculdades e prerrogativas concedidas aos jesuítas presentes na diocese que tinham como sede o seu colégio em Bragança. Fazia-o à imitação do que já tinha realizado o decreto do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José Manuel da Câmara em 1758. Mas estas disposições eram tomadas contra

eclesiásticos, maço 596, caixa 197, foliação não numerada. Sobre a vida e obra deste bispo antijesuítico ver João Abel da Fonseca, *D. Frei Miguel de Bulhões, Bispo do Pará e Governador do Estado e Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão: 1752-1756*, Separata das Actas do Congresso Internacional de História da Missionação, Braga, 1993.

⁹⁰ Sobre o assunto ver o estudo de A. Antunes Borges, “El-rei D. José I e o Marquês de Pombal vistos de Roma à luz de dois séculos”, in *Resistência. Revista de Cultura e Crítica*, Vol. X, Nos. 157/160, 1977, pp. 6-25. No Oriente, o Bispo de Cochim e o Bispo de Cranganor receberam também eles pena de desnaturalização e destituição dos seus cargos episcopais por não terem acatado as antijesuíticas ordens régias. Cf. António da Silva Rego, *O Padroado Português do Oriente*, *op. cit.*, p. 84.

⁹¹ Este bispo nomeado para a Diocese de Miranda é um daqueles prelados, cuja nomeação para o cargo episcopal se deve em tudo ao favor real e em muito pouco ao mérito, à competência e à vocação pessoal para exercer tais funções. D. Frei Aleixo de Miranda tinha nascido em Lisboa a 12 de Agosto de 1692, tendo por pais Henrique de Miranda e D. Maria Leandro, irmão da mãe de D. Gaspar de Bragança, Arcebispo de Braga, que era filho ilegítimo de D. João V. No ano de 1710 ingressou na Ordem dos Dominicanos, donde foi mandado para Goa devido a ter reincidido em vários comportamentos de indisciplina. Na Índia, todavia, chegou a ensinar Teologia. O seu regresso à metrópole foi conseguido em pouco anos, onde desempenhou vários cargos, chegando a ser nomeado Vigário Capitular de Braga na sequência da morte do Arcebispo D. José de Bragança. A 16 de Maio de 1757 foi proposto pelo Rei de Portugal para que fosse confirmado Bispo de Miranda, sendo recebido a sagração no ano seguinte. A sua cooperação subserviente com a política religiosa do governo pombalino valeu-lhe em 1770 a sua tão ambicionada nomeação para Bispo do Porto, onde veio a falecer no ano seguinte com 79 anos de idade. José Caeiro, s.j., *op. cit.*, Vol. II, p. 140 e ss.

o que estava estatuído pela Santa Sé, que imunizava os Padres da Companhia da jurisdição diocesana. Com efeito, a constituição apostólica *Superna* (21/6/1670) do Papa Clemente X, proibia os Bispos diocesanos de retirar os poderes de confessar e pregar à totalidade dos membros de uma comunidade religiosa, sem o necessário consentimento da Cúria Romana ⁹².

E ainda antes de receber a *Carta Régia* que o governo em nome do Rei estava a enviar a todos os bispos, o referido Bispo de Miranda apressou-se a publicar uma pastoral em que reproduz o conteúdo essencial da Sentença dos Távoras, no que respeita à incriminação dos jesuítas no atentado regicida. Chamando à colação a figura tropológica do lobo, como símbolo evangélico do predador do rebanho de Deus e do desestabilizador da sua harmonia, põe em relevo a sua missão episcopal de

«acautelar as nossas inocentes ovelhas de tão vorazes e sanguinolentos lobos, enquanto dos nossos pecados forem vistos, e não forem lançados, como seus sofridos traidores e destruidores destes reinos; mandamos a todos, sobre que exercemos a nossa pastoral jurisdição, de qualquer estado que seja, assim eclesiásticos como seculares, a nós tão-somente reservada, que nenhum, por palavra, escrito ou recado, tenha trato ou comércio com religioso algum da Companhia, tão-somente aqueles servidores que lhes foram permitidos pelos Magistrados e Ministros de Sua Majestade que Deus guarde. E posto que, logo que tomarmos posse deste nosso Bispado, proibimos os ditos Padres da Companhia, de confessar e pregar nele, pelo pleno conhecimento que sempre tivemos, em todas as quatro partes do mundo descoberto por onde andámos, das suas falsas e erróneas doutrinas; porque até nos mesmos padres não sem fundamento desconfiámos do sincero exercício do seu sacerdócio: defendemos e proibimos a todos os nossos súbditos de ouvirem missa nas suas igrejas, em que já antes tínhamos proibido aos clérigos seculares de ouvirem de confissão, informados que os Padres sobreditos os chamavam para esse ministério, discorrendo em seus perniciosos ditames com irreparável detrimento das almas de que devemos dar conta» ⁹³.

Pouco tempo depois de ter sido tornada pública esta pastoral, o bispo de Miranda recebeu a *Carta Régia* e os *Erros ímpios e sediciosos*, em que o Rei intimava todos os bispos a tomarem medidas contra os religiosos da Companhia e suas doutrinas. Este bispo apaniguado de Carvalho e Melo e desejoso de mostrar fidelidade e subserviência ao governo, redigiu a 26 de

⁹² Cf. José de Castro, *O cardeal nacional*, Lisboa, 1943, p. 273.

⁹³ Citado por António Leite, s.j., “A expulsão, *op. cit.*, p. 602.

Fevereiro de 1759 uma nova pastoral para divulgar as instruções reais na sua diocese. Reverbera e condena ainda de forma mais contundente a Companhia de Jesus e publica de forma apensa um conjunto de 20 disposições extraídas e sintetizadas dos apêndices da Carta Real e de outras obras antijesuíticas clássicas bem conhecidas na corte, donde se calibrava a propaganda anti-inaciana em curso. Além de constituírem uma boa síntese, estas 20 proposição apresentam de forma esquemática as doutrinas erróneas então imputadas aos Jesuítas, condensando-as em forma de mandamentos antimorais e anticatólicos. Foi este o apêndice publicado na segunda pastoral antijesuítica do Bispo de Bragança:

«Número das proposições condenadas, erróneas, ímpias e sediciosas:

1. Podes lícitamente infamar o que te infamou, se de outra sorte não podes recuperar a tua fama.
2. Lícitamente podes ofender, quando fores ofendido.
3. Podes sem pecado não obedecer a Jesus Cristo, quando o mesmo Senhor te manda fazer bem a quem te fizer mal.
4. Podes também sem culpa tomar vingança do teu inimigo a quem o Senhor te ordena que perdoes.
5. Podes na mesma forma ser cristão inocente, opondo-te ao primeiro preceito da Divina Lei ou Decálogo, que te manda como a ti mesmo amar o teu próximo.
6. A utilidade do interesse próprio pode ser motivo para se maquinar e executar a morte alheia.
7. Os sacerdotes, ou seculares ou regulares, podem com moderação da inculpável defesa matar a quem os infama, e denigra a honra.
8. Os regulares não só podem, mas devem por lei da própria caridade, matar ao que infamar alguns, se daqui se seguir a infâmia de toda a sua religião e ordem.
9. Os clérigos e os regulares podem matar para recuperar os bens temporais.
10. Podes matar o injusto agressor, ainda quando este se acha em perigo de salvação, porque este perigo não procede de ti como causa, mas sim da sua malícia.
11. Em defesa da própria vida, ou da mutilação de alguma das partes do seu corpo, pode o filho matar o pai, o súbdito matar o Prelado e (o que é mais) pode o vassalo matar o Rei, contando que, da morte do mesmo Rei não se sigam guerras ou iguais detrimientos à república.
12. Podes matar o que sabes que, sem dúvida, se prepara para tirar-te a vida cavilosamente.
13. Podes negar o teu delito, que sabes está provado, ao confidente juiz, que de ti legitimamente o inquire, assistido com a prova e autoridade do direito.

14. Muito mais o pode fazer jurando com anfibiologia mental.
 15. Da mesma anfibiologia podes usar sem perigo de mentira, nem de perjúrio quando te for preciso ocultar a verdade para defenderes a conservação da saúde, honra ou fazenda, da tua pessoa, ou das teus aderentes.
 16. Podes preferir o interesse particular ao bem e necessidade públicos.
 17. É lícito nas comunidades religiosas o governo de secretos conventículos proibidos por todo o direito, ainda nas casas e famílias particulares.
 18. É lícito opor-se à expressa doutrina dos SS. Padres, e insultá-los em escritos impressos e públicos, depois de ter declarado o Supremo Oráculo do Vaticano, que escrevem sem erro.
 19. É lícito contradizer a Sé Apostólica e as suas determinações e bulas por uma continuada série de anos e de factos.
 20. Enfim pode-se destruir um reino todo e tirar-se violentamente a vida de um Rei Católico, pio, generoso e benfeitor maior dos seus mesmos assassinos, sem que venialmente se peque.
- Nestas proposições condenadas, erróneas, iníquas e sediciosas e em todas as mais, que das mesmas sucessivamente se inferem, se contrai a nossa Pastoral, que assinámos e promulgámos»⁹⁴.

O conteúdo desta pastoral não poderia ser mais desfavorável aos Jesuítas, apresentando, assim, como que a sùmula da doutrina conspiracionista alegadamente professada por estes religiosos.

As doutrinas atribuídas aos Jesuítas e aqui condensadas em forma de proposições formam uma imagem destes religiosos absolutamente imoral e mesmo ímpia, e até *in extremis* autênticos inversores da doutrina mais genuína do cristianismo. Eles são apresentados como os criadores de uma teoria imoral do homicídio que autoriza qualquer pessoa e com o mais fácil pretexto a cometer toda a sorte de assassínios. Os Jesuítas são apresentados assim como capazes dos mais reprováveis e medonhos crimes contra os cidadãos em geral, mas em especial contra os que detêm autoridade, desde que baste para tal a simples defesa da sua ordem contra o mínimo ataque. Portanto, os Jesuítas apresentam-se neste tempo do reforço ilimitado do

⁹⁴ “Apêndice da Pastoral do Bispo de Bragança” transcrito por José Caeiro, s.j., *op. cit.*, Vol. III, apêndice III, p. 203. Ver na mesma linha outras pastorais antijesuíticas que foram publicada na sequência da recepção da Carta Régia: BNL, *Colecção pombalina*, cód. 477; ANTT, *Ministério do Reino, Papéis diversos relativos a negócios eclesiásticos*, caixa 698, maço 596, foliação não numerada; ANTT, *Impressos – série preta*, Nos. 3547 e 3560; e *Documentos pombalinos, Miscelânea I e II*, BB, cotas 2/65-50 e 2/27-35.

poder do Estado, símbolo do interesse e do bem público, como o reverso da política do despotismo iluminado, isto é, aqueles que defendem o primado do interesse particular em detrimento do interesse público nacional. Em nome das doutrinas probablistas e laxistas que lhes são imputadas, os jesuítas são vistos como os «sacerdotes» da desculpabilização do crime, os «profissionais» do fazer passar o bem pelo mal.

A autoridade de um bispo e o uso de um instrumento tão poderoso em termos de vinculação e de formação de opinião como era uma pastoral, que devia ter fins espirituais, pedagógicos e orientativos, a qual os párocos das diferentes paróquias diocesanas e casas religiosas tinham a obrigação de afixar nas suas igrejas e ler nas missas dominicais aos seus paroquianos, certamente não deixou de surtir enorme impressão pública, gerando, de uma forma geral, uma opinião muito desfavorável e adversa em relação à Companhia de Jesus.

O Bispo de Leiria, D. João Cosme da Cunha, antigo cónego regente de Santa Cruz de Coimbra, que usava o nome religioso de D. Frei João de Nossa Senhora da Porta, e que pertencia à família dos Távoras⁹⁵, também se antecipou a expedir uma violenta pastoral contra os Jesuítas em conformidade com

⁹⁵ Na sequência da incriminação da poderosa família dos Távoras na tentativa de regicídio, em que alguns também quiseram ver manobras ínvias concertadas com os interesses de Espanha na corte portuguesa, o apelido Távora passou a ser classificado oficialmente de oprobrioso. Diversas figuras ligadas por laços de sangue ou de parentesco de vários graus a esta família foram intimadas a fazer cair o apelido Távora e a substituí-lo por Sousa, como aconteceu com D. Miguel de Távora, Arcebispo de Évora e com o seu irmão D. António Távora, Bispo do Porto, em virtude do governo ter decretado a extinção oficial da família Távora. Eliminar o nome era uma medida típica dos reis absolutistas para justificar um crime grave, expurgando mediante a denominação da família dos condenados a memória e o prestígio que lhes eram associados. No “Acórdão do Conselho e Desembargo de El-Rei” de 12 de Janeiro de 1759 estatui-se rigorosamente, neste sentido: «(...) Que nenhuma pessoa de qualquer estado ou condição que seja possa, da publicação desta em diante, usar do apelido de Távora sob pena de perdimento de todos os seus bens para o fisco e câmara real e desnaturalização destes reinos e senhorios de Portugal e perdimento de todos os privilégios que lhe pertencerem como naturais dele». BPE, CIX/2-10, fl. 65. Este tipo de medida depuratória dos apelidos dos criminosos ajuda-nos a compreender porque é que a partir da expulsão dos religiosos jesuítas a sua ordem passa a ser designada na literatura pombalina como «Companhia denominada de Jesus», ou ainda os «denominados jesuítas», operando assim um distanciamento desvinculativo em relação à nomeação directa do nome, como se algo de repugnante se tratasse. Neste caso, repudiava-se o facto dos Padres da Companhia se terem apropriado do nome sagrado de Jesus, associando-o usurpatoriamente à sua Ordem, que não sendo santa, de acordo com o juízo antijesuítico pombalino, teve o atrevimento de arrogar-se denominar com um nome santo.

o querer do governo, também ainda antes de receber o mandato real para o efeito. D. Cosme, enquanto membro da família incriminada, sentiu a necessidade de manifestar um redobrado empenho em aderir à política antijesuítica pombalina a fim de demarcar-se da conspiração regicida e não ser corresponsabilizado pelo atentado de 1758, como tinha acontecido com a maior parte dos seus parentes mais próximos.

Dado que o Bispo de Leiria não era dotado de grandes talentos intelectuais, encarregou com urgência para o efeito o religioso agostinho há pouco tempo doutorado em Teologia com nota brilhante, Frei José de Santa Rita Durão, que estava preparando uma candidatura a uma cátedra na Universidade de Coimbra. A pastoral não deixou quaisquer dúvidas de que lado estava o Bispo de Leiria ⁹⁶. Censura o acto regicida mandado executar pelos Távoras, e acima de tudo exprobra os Padres da Companhia como os autores morais da iniciativa criminosa dos seus familiares, manifestando a sua alegria por Deus ter poupado a vida de Sua Majestade. Ao mesmo tempo ordenou a celebração de uma festa e de um *Te Deum* de acção de graças para agradecer solenemente a preservação da vida do Rei ⁹⁷.

Estas celebrações foram pontuadas com sermões antijesuíticos encomendados para a ocasião. Para condimentar deste modo tão momentosa solenidade, foi também incumbido o teólogo e orador proficiente Santa Rita Durão. Mais tarde, retractando-se do seu conluio neste processo, que aceitou para conseguir mais facilmente a promoção académica por que labutava, relata o que aceitou fazer para livrar o Bispo de Leiria da desconfiança do governo em relação à sua fidelidade à Coroa e ao Rei. O que era preciso sobremaneira provar por todos os meios era a adesão à orientação antijesuítica do governo que implicava os jesuítas no atentado. Escreve Santa Rita Durão, falando da sua chegada de Coimbra a Leiria para oferecer os seus préstimos eruditos para satisfazer a inquietação do seu Bispo:

«O Sr. Bispo recebeu-me com extraordinárias demonstrações de alegria, mas ao cabo de poucas palavras esquivando-se ocultamente para os seus aposentos mal podia conter as lágrimas. Descobriu-se em seguida a pudentíssima aflição de seu espírito, lamentando a iminência do perigo que o ameaçava. Dizia ele (e era voz corrente) que alguma grande desgraça cairia em breve sobre a sua casa; que até já mais de uma vez por falsos rebates lhe chegara a notícia da prisão de

⁹⁶ Cf. “Pastoral de D. João de Nossa Senhora da Porta, Bispo de Leiria”, ANTT, *Impressos – série preta*, 3575⁵⁸.

⁹⁷ Cf. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, p. 121.

seus parentes; que todas estas razões o resolveram a celebrar com toda a pompa uma festa pela incolumidade de el-rei (festa que depois ficou sendo anual), e que eu pregaria em sua presença o sermão que me encarregara a vereação da cidade, no qual me cumpriria incriminar acerrimamente os Távoras, seus parentes, como os Jesuítas; que finalmente era vontade sua que eu fizesse imprimir esse sermão e lho dedicasse a ele. Aprovei o desígnio e apliquei-me de alma e coração a salvar o homem. Escrevi o sermão em casa dele tomando por tema estas palavras do 2º *Livro dos Reis*: ‘Bendito seja o Senhor, teu Deus, que destróçou os homens que se tinham sublevado contra o Rei, meu senhor’. Preguei-o no dia nove de Fevereiro de 1759, com enorme assistência do povo, pontificando o próprio Sr. Bispo. O sermão foi um desfiar de rudes invectivas e caluniosas acusações sobretudo contra os Jesuítas; vindo depois a falar dos Távoras, principiei uma acerbíssima objurgatória que logo interrompi, usando de reticências, para poupar a dor do prelado, se bem que ele me tivesse ordenado insistentemente o contrário. Também preguei de tarde, quase de improviso, sobre aquele texto: ‘Basta-me saber que ainda é vivo o meu José’»⁹⁸.

Todo este espectáculo antijesuítico foi reforçado com a publicação de uma nova pastoral reforçando os argumentos da anterior, escrita pelo mesmo teólogo de serviço, que na sua retractação relata que esta segunda como a primeira pastoral foi tornada pública contra o parecer da maioria dos membros do clero que constituía o Conselho Diocesano e que o Bispo devia ouvir⁹⁹.

⁹⁸ Artur Viegas, *O poeta Santa Rita Durão. Revelações históricas de sua vida e do seu século*, Bruxelles-Paris, 1914, pp. 17-18.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 19. Ver o estudo desta sermonologia antijesuítica por Manuel Lopes de Almeida, “Um sermão de Fr. José de Santa Rita Durão”, in *Biblos*, Vol. 25, 1949, pp. 161-180. O teólogo Santa Rita Durão caiu mais tarde no desfavor do governo. Fugiu, então, para Roma, onde se retractou dos textos e sermões antijesuíticos da sua pena que considerou como sendo meras calúnias que concebeu pressionado pelas circunstâncias contra a Companhia de Jesus. Foi recebido pelo Papa, ao qual ofereceu um memorial de retractação dos seus escritos antijesuíticos. Pediu também perdão ao Geral dos Jesuítas pelas infâmias que proferiu contra a sua Ordem. Embora tivesse consciência de que não era possível remediar o mal espalhado, escreveu ainda uma segunda retractação mais extensa e pormenorizada em que relata de forma minudente o contributo que teria dado para a orquestração da política de saneamento dos Jesuítas levada a cabo em Portugal. É esta retractação extensa que ficou como um dos testemunhos deste processo deixado por um dos seus protagonistas arrependido e que foi publicado neste livro citado por Artur Viegas. Cf. Joseph de S. Rita Duram, *Epitome rerum in Lusitania gestarum adversus venerabilem Jesus Societatum; tum de conspiratione in Regem Fidelissimum per sumum icebus a viris principibus insentata*, APPCJ, pasta 613, nº 12.

A actuação manifestamente mesuratória em relação ao poder real assumida pelo Bispo de Leiria para evitar sanções que o destituíssem do cargo e pusessem em perigo a sua vida ou a sua liberdade, mereceu o elogio de Carvalho e Melo que o considerou o mais ilustre e exemplar dos Bispos, conquistando a partir daí as boas graças do governo. De tal modo, que a recompensa superou as suas expectativas. O Bispo de Leiria foi promovido a Arcebispo de Évora, retomando o seu antigo nome de D. João Cosme da Cunha, mas deixando cair o apelido Távora que lhe foi dado pelo nascimento. Pombal, todavia, preferiu mantê-lo na corte, dispensando-o de residir na sua nova arquidiocese e prodigalizando-o com vários cargos em acumulação: Conselheiro de Estado, Regedor das Justiças, Presidente da Junta de Providência Literária, Presidente da Mesa Censória, e depois Inquisidor-Geral, cargos para os quais a sua competência era muito duvidosa. Mantendo-se sempre servil da política regalista de Pombal, este até o recompensou com a obtenção para a sua pessoa de um chapéu cardinalício.

Com efeito, o ministro de D. José I tanto recompensava bem os que colaboravam incondicionalmente com a orientação política do governo, como despromovia e castigava severamente os que lhe faziam oposição ¹⁰⁰.

Mesmo as dioceses vacantes, aquelas que não estavam no momento providas de Bispo, não deixaram de ver publicadas pastorais antijesuítas através dos seus cabidos, como aconteceu com a pastoral emanada pelos Principais (nome por que eram chamados os cônegos) da Sé Patriarcal de Lisboa ¹⁰¹, a 19 de Fevereiro de 1759. Mas esta última referida pastoral

¹⁰⁰ O ambiente de sujeição dos prelados ao governo pombalino é bem expresso na poesia satírica da época, muito difundida depois da queda de Carvalho e Melo em 1777, como é exemplo bem sugestivo esta estrofe que visava a afigura do bispo Frei Manuel do Cenáculo, em que Pombal é cognominado de outro Nero:

«Tudo quanto o Marquês quis intentar,
A sua Teologia autorizou,
Não sabendo a este Nero impugnar,
Tudo quanto contra o clero ideou:
Ele quis por si próprio derrogar
Tudo quanto o direito ensinou,
Mas enfim o seu Deus foi o Marquês,

Que só quis e aprovou o que ele fez». BNL, *Secção de reservados*, cód. 10567, cl. 25., e cf. José Pedro Paiva, “Os novos prelados, *op. cit.*”, p. 260.

¹⁰¹ O novo Cardeal Patriarca, D. Francisco Saldanha, embora já estivesse designado pelo governo para a Sé da capital do reino, ainda não tinha recebido a instituição canónica para esta função que deveria ser dada pelo Papa, pelo que ainda não tinha tomado posse do

destoa nitidamente da matriz fortemente antijesuíta que perfilava a maioria dos documentos episcopais e cabidais então emitidos. Destoa pela sua moderação e precaução em apontar culpados ou os ditos autores das doutrinas perversas que teriam inspirado o atentado contra o monarca, evitando identificar de *per si* os Jesuítas como os protagonistas evidentes do crime praticado no ano anterior. Os cónegos de Lisboa (que mostram, no documento emanado, não aderir entusiasticamente ao antijesuitismo pombalino) procuram deixar claro que os desvios doutrinários elencados foram determinados pela *Carta Régia*, e que este mandato real era o responsável pela presente vaga de pastorais antijesuítas, donde resultou uma devassa geral entre a população para averiguar sobre a existência de tais doutrinais e para impor a obrigação estrita de denúncia de quem as professasse ou parecesse seguir de algum modo ¹⁰². Na verdade, perante as doutrinas erróneas atribuídas aos Jesuítas, que pareciam a encarnação mesma da inspiração satânica em toda a extensão possível, qualquer crime praticado por quem quer que fosse poderia ser justificado como sendo devido à influência jesuítica.

Mas a promoção de uma devassa a todo o reino para limpar a influência doutrinal dos Jesuítas tornou-se mais coactiva ainda com o envolvimento nesta campanha do temível Tribunal da Inquisição. O Santo Ofício, por indicação do governo, publicou um edital, a 2 de Maio de 1759, onde impunha a obrigação a todos os vassalos do Rei de Portugal de denunciarem ao sobre-dito tribunal quem soubessem professar as chamadas doutrinas jesuíticas ¹⁰³. Mas esta medida não teve o sucesso esperado pelos seus promotores.

Aliás, estas medidas episcopais e inquisitoriais que visavam sobremaneira coarctar a comunicação com os religiosos de Santo Inácio tiveram

governo do Patriarcado. Neste tempo de vacância efectiva, o direito canónico dava ao Cabido a incumbência de garantir a gestão da diocese e exercer as funções que eram próprias do Bispo, como neste caso, a prerrogativa de exarar pastorais se surgissem razões urgentes que o justificassem. O Cabido tinha então como membros os cónegos, chamados Principais que se distribuíam em três ordens: primários, presbíteros e diáconos. A promoção do cardeal Saldanha para presidir ao Patriarcado lisbonense teve como requisito determinante o facto de se ter revelado um fiel colaborador da política antijesuítica do governo, no âmbito do processo de recomposição em curso das chefias das diferentes dioceses por homens da confiança do Estado.

¹⁰² Cf. “Pastoral do Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa, que governava o Patriarcado durante a vacância da Sé, 19 de Fevereiro de 1759”, transcrita por José Caeiro, s.j., *op. cit.*, Vol. III, pp. 199-200.

¹⁰³ D. José, Inquisidor-Geral, *Carta em forma de Edicto dirigida a todos os fiéis destes Reynos, e Senhorios de Portugal*, Lisboa, 1759.

mais um efeito psicológico e constituíram uma medida preventiva para inibir um eventual levantamento, que o governo dizia temer, de uma rebelião por eles orquestrada. Tanto mais que as casas dos Jesuítas já tinham sido cercadas de forma permanente pelas tropas reais, isolando-se os Jesuítas e impedindo-os de contactar com o exterior. Em nome de um receio mais imaginário do que real, muito fecundado pela propaganda governamental, as residências e os colégios foram devassados à busca de tesouros, mas também de armas e esconderijos barricados para operar a guerrilha anties-tatal. Divulgou-se que estes inimigos do Rei deveriam estar bem armados, preparando-se para desencadear uma resistência prolongada contra as determinações do governo ou mesmo para desencadear uma verdadeira guerra civil contra o Estado. O receio da influência dos Jesuítas e a obsessão de garantir o seu isolamento absoluto resultaram na medida extrema de tapar as janelas externas das casas e colégios para evitar um eventual contacto com os transeuntes ¹⁰⁴.

2.3. Justificação diplomática e reacção da Santa Sé

A seguir ao atentado, primeira notícia que ainda circulou foi que o rei dera uma queda e se tinha ferido no braço. Mas na correspondência dos embaixadores estrangeiros registou-se logo que o acidente foi provocado por um atentado, apontando-se claramente como motivo o adultério do rei com a Marquesa nova dos Távoras, D. Teresa Tomásia de Lorena e Távora, que era casada com o marquês Luís Bernardo de Távora ¹⁰⁵. Paralelamente, na correspondência diplomática dos homens fiéis a Pombal já se vai inoculando a ideia de que os Jesuítas e as doutrinas regicidas que lhes eram associadas teriam estado na base inspiracional do atentado contra a vida do

¹⁰⁴ Cf. José Caeiro, *op. cit.*, passim.

¹⁰⁵ Contrariamente à correspondência embaixatorial, a epistolografia e outros escritos dos Jesuítas fizeram transparecer dominantemente uma imagem altamente positiva, e até mesmo beatífica, do carácter, vida e costumes do Rei D. José I, no plano internacional, resistindo sempre em apontar-lhes sinais de mancha e de depravação moral, concentrando as responsabilidades da deriva política portuguesa no seu poderoso ministro. Ver os escritos dos jesuítas relativos ao processo de incriminação da Companhia em Portugal apensos a uma obra antijesuítica divulgada em Italiano no quadro da propaganda pombalina: *I lupi smascherati nella confutazione, e traduzione del libro intitolato: Monita Secreta Societatis Iesu in virtute quali Giunsero I gesuiti; all'orrido, ed esegrabile assassinio di sua sagra reale maesta fedelissima Don Giuseppe I Re di Portogallo, etc., con un appendice di documenti rari, ed inediti*, Ortignano, 1760.

rei, como é bem reveladora a carta de 11 de Janeiro de 1759 escrita por D. António Saldanha a Martinho de Melo: «Da mesma sentença se prova a ambição e a soberba do dito duque e o louco génio da Távora e seus parentes, movidos todos pelas escandalosas doutrinas dos Jesuítas, a saber, o célebre missionário, o Pe. Gabriel Malagrida, o Pe. João de Matos, o Pe. Alexandre e outros fomentaram esta escandalosa conjuração contra a preciosa vida do nosso Augustíssimo amo» ¹⁰⁶.

A visão dos Jesuítas que é aqui patenteada está plenamente identificada com o tom do discurso antijesuítico oficial que começava a ser modelado desde a *Relação abreviada* e definitivamente consolidado a partir da Sentença dos Távoras. Continua, neste sentido, o mesmo correspondente:

«É certo que estes homens sempre seguiram umas doutrinas ‘pearum aurum’ ofensivas, pois quando lhes convém dizem que os vícios são virtudes e as virtudes são vícios, o que se prova bem da mesma sentença pela qual evidentemente consta que eles prometiam indemnizar ao Duque de Aveiro, dizendo-lhe que matando El-Rei tudo o mais se comporia logo (...). Quem haverá, meu amigo, que à vista de tão infernais conselhos deixe de se persuadir o quanto perniciosa será a todos a comunicação com semelhantes homens e se a nossa Corte à vista de tão bárbaro sucesso não toma uma forte resolução nesta matéria é, sem dúvida, que será escandalosa se houver piedade neste caso» ¹⁰⁷.

Depois de explicar a tentativa de regicídio à luz da influência conspirativa das doutrinas político-morais dos jesuítas, apela para a necessidade imperiosa de se tomar medidas drásticas contra estes mentores e a sua instituição, fazendo transparecer as medidas de erradicação que o governo estava preparar, a fim de reduzir a cinzas o tão execrando monstro aqui figurado.

O governo português só em Abril de 1759 é que tratou de dar a conhecer ao Papa Clemente XIII a versão oficial das razões que presidiram às medidas que estavam a ser tomadas em Portugal contra a Companhia de Jesus. Em três documentos foi reproduzida e enfatizada a mesma argumentação contida na sentença e desenvolvida nos documentos régios emitidos para ordenar o confisco de bens, a prisão e o isolamento domiciliários dos jesuítas em suas casas e inibi-los de exercer qualquer ministério sacerdotal em benefício público. Uma *Carta Régia* dirigida ao Sumo Pontífice,

¹⁰⁶ D. António Saldanha, “Carta para D. Martinho de Melo”, Madrid, 11 de Janeiro de 1759, transcrita por Luís Texeira de Sampaio, *Em volta do processo dos Távoras. Documentos do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Coimbra, 1929, p. 43.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

uma *Súplica* do Procurador da Coroa e uma *Dedução pró-memória* responsabiliza e acusa até à exaustão os Jesuítas, num estilo prolixo marcado por uma adjectivação pesada e superlativizante, das desobediências, extorções e rebeliões alegadamente congeminadas e praticadas por estes regulares nas missões brasileiras e na metrópole portuguesa, culminando essas ofensas à autoridade real com a conspiração regicida contra a pessoa da cabeça do Estado português¹⁰⁸. Tudo isto para solicitar ao Papa o levantamento da imunidade eclesiástica de que gozavam os religiosos da Companhia para que pudessem ser julgados pelo Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, para, após condenação por este tribunal régio, serem entregues à justiça secular.

Clemente XIII não cedeu facilmente às exigências do embaixador português em Roma. Todavia, por mais que achasse exagerados os terríveis requisitórios de que os Jesuítas eram alvo em Portugal, acabou por emanar um breve intitulado *Dilecti filii*, tendo por destinatário o Presidente da Mesa da Consciência e Ordens, em que autoriza aquela instância judicial a julgar os Jesuítas alegadamente implicados no atentado contra a pessoa do rei. O texto pontifício é, porém, muito cauteloso e restritivo, não concedendo tal permissão de forma perpétua como pretendia o governo português, nem dava azo a que esta concessão se estendesse a outros eclesiásticos. Além disso, o Papa pedia encarecidamente ao Tribunal para que usasse de clemência para com os padres jesuítas e lhes poupasse a vida. Ao mesmo tempo escrevia ao Rei português para lhe solicitar de forma sentida que reconsiderasse a sua decisão de expulsar os Jesuítas e permitisse que se desse continuidade ao processo de reforma da Ordem encetada por ordem do seu antecessor¹⁰⁹.

Ao governo pombalino não agradou a benignidade da resposta papal em relação ao tratamento a dar aos jesuítas, de tal modo que o Conde de Oeiras não permitiu que o referido documento pontifício chegasse à leitura do Rei, sendo remetido antes para o Ministério dos Negócios Estrangeiros presidido por D. Luís da Cunha. Isto apesar das insistências do Núncio papal em Lisboa para que o Rei tivesse conhecimento directo da correspondência que lhe era dirigida de Roma. Carvalho e Melo, vendo frustradas as suas pretensões da parte da Santa Sé e convencendo-se de que o Papa protegia os Jesuítas, desencadeou um braço de ferro diplomático entre a Coroa Portuguesa e a Cúria Romana que durou até ao término do pontificado de

¹⁰⁸ Cf. *Collecção dos Negócios de Roma, op. cit.*, pp. 84-102.

¹⁰⁹ Cf. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, pp. 123-124.

Clemente XIII. E sem hesitação dá curso rigoroso à sua planeada política de exautoração dos Jesuítas dos reinos de Portugal ¹¹⁰.

A condenação oficial dos Jesuítas, no decurso da qual estes não tiveram oportunidade de se defenderem, antes foram severamente calados, estava longe de reunir o consenso da opinião pública do reino, apesar da intensa propaganda que se empreendia contra a fama da Companhia de Jesus e do aparatoso cerco militar com que as comunidades eram vigiadas. O que não deixava de transmitir a impressiva ideia de que os inacianos eram os mais perigosos inimigos do país e que, temendo-se a sua reacção bélica, tinha-se instaurado uma espécie de lei marcial antijesuítica no reino. O agente dos negócios de França em Lisboa, Saint-Julien, no dia 1 de Maio de 1759 testemunha, em correspondência para o governo francês, esta discordância de boa parte da opinião pública portuguesa que, embora surdamente, criticava o modo como os Jesuítas estavam a ser tratados, numa carta emitida para o governo francês. O diplomata gaulês salientava que muita gente condenava em voz baixa a actuação governativa e judicial

¹¹⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal, op. cit.*, Vol. VI, pp. 48-51. O governo pombalino travou durante mais de uma década uma batalha diplomática para justificar as medidas radicais tomadas contra a Companhia de Jesus, desejando levar o processo mais longe: a obtenção de uma decisão papal que extinguisse a Ordem de Santo Inácio. Mas ao lado da força dos argumentos, Pombal sabia que era preciso caucionar essa batalha com a força mais poderosa do ouro, isto é, do suborno dos dignitários da Corte Romana. E não foi pouco o investimento feito nesse sentido. Neste ano de 1759 uma carta, entre tantas outras de teor diplomático, escrita por Carvalho e Melo ao embaixador português em Roma, é bem ilustrativa deste investimento na diplomacia venal: «Aqui se acham mais de cem mil cruzados empregados em prata nobremente curada em Paris, em porcelana de Saxónia, etc. Duvido, porém, o modo com que se possa fazer a passagem destas peças de Lisboa a Roma, sem que se perceba quem as manda, e sem que se saiba aí quem recebe. Sempre contudo irei mandando algumas comissões para Génova, debaixo do nome de um mercador a outro da sua confiança, dizendo-lhe que indo de França para aquele porto de Génova vieram a este arribadas, e que as guarde até segundo aviso seu (...). Também poderia, com aviso de V. II^{ma}. Mandar algumas porções de diamantes brutos, para os mandar lapidar quem aí os receber, mandando-me V. II^{ma}. dizer se hão-de servir para cruces peitorais, anéis, ou para outras obras. Por agora lhe remeto quatro anéis capazes de se poderem oferecer para ganhar, ou principiar a fazer boca doce a alguns bons amigos. São estes das maiores e melhores pedras, que se acharam nas partidas que vieram no ano passado, e todas foram lapidadas nesta corte. É, porém, obra que leva muito tempo, e o melhor é dá-los brutos, como amostras dos frutos que produzem as terras do Brasil devoção destes Jesuítas». “Cópia de uma carta do Marquez de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, para Francisco d’Almada e Mendonça, Ministro de Sua Majestade Fidelíssima em Roma, Lisboa, 3 de Maio de 1759”, in *Revista universal lisbonense*, 2^a Série, Tomo II, 1850, pp. 565-566. Sobre o assunto ver também Fortunato de Almeida, *op. cit.*, p. 124.

contra os nobres e contra os inacianos, a forma secreta como o julgamento decorreu e a falta de categoria e prestígio dos juízes que proferiram a sentença condenatória. Acrescentou significativamente que o ódio nutrido por Carvalho e Melo contra os Jesuítas se devia ao receio que tinha da ascendência que estes religiosos exerciam sobre o Rei e a família real, os quais poderiam fazer perigar a sua posição ministerial de relevo no governo. Explica que os acontecimentos relativos às dificuldades de aplicação do Tratado de Madrid nas fronteiras brasileiras, em que os Jesuítas foram fortemente envolvidos pela propaganda governamental, deram ao Ministro o pretexto para iniciar a destruição da Companhia de Jesus ¹¹¹.

O Conde de Merle, outro diplomata francês presente na Corte de Lisboa, escrevia três semanas mais tarde para o Duque de Choiseul, asseverando que não existia qualquer indício credível de que os Jesuítas fossem verdadeiramente os mentores da conspiração contra a vida do Rei de Portugal. O que, na sua opinião, conduziu a esta implicação da Companhia de Jesus, foi mais a ousadia com que alguns dos seus pregadores criticaram a política do governo pombalino, bem como a influência que exerciam no Brasil, constituindo um obstáculo à livre aplicação das reformas comerciais e administrativas que o governo estava a empreender naquela colónia ¹¹². Por seu lado, o facto do governo ter interceptado alguma correspondência que os jesuítas portugueses tinham com o Geral da sua Ordem em Roma, em que se falava criticamente do procedimento do governo para com os Jesuítas foi utilizado como pretexto para que estes pudessem ser incriminados por desobediência e por alegadamente mancharem o bom-nome do Estado português. Devido esta postura crítica e oposicionista desenvolvida contra a política do governo pombalino, o ministro Carvalho e Melo alimentou, como testemunha o embaixador francês, um ódio mortal à Companhia de Jesus, utilizando todos os métodos e pretextos para obter a sua ruína ¹¹³.

¹¹¹ Cf. Visconde de Santarém (compil.), *op. cit.*, Tomo VI, p. 152-154.

¹¹² Estas afirmações dos representantes do Reino de França em Portugal vão de encontro ao que concluiu um dos autores que mais aprofundadamente estudaram o atentado e o processo de condenação dos implicados pelo governo josefino: «Não há indício que qualquer jesuíta interviesse na conjuração e muito menos a Companhia de Jesus». Pedro de Azevedo, *O processo dos Távoras*, *op. cit.*, Prefácio.

¹¹³ Cf. Visconde de Santarém (compil.), *op. cit.*, pp. 156-157. Ver outros testemunhos embaixatoriais compilados pelo Visconde de Santarém neste mesmo volume sobre o processo pombalino contra os Jesuítas.

2.4. Expulsão dos Jesuítas

Entretanto, o governo prosseguiu implacavelmente com a implantação de medidas legislativas para remover e substituir oficialmente os Jesuítas das suas áreas de actuação. A 29 de Junho de 1759 um alvará régio põe oficialmente fim a duzentos anos de intensa actividade pedagógica da Companhia de Jesus em Portugal. O Ministro do Reino oficializa o que já se tinha implantado na prática pelo cerco militar feito aos colégios. Em consonância com a praxe legislativa de então, o documento legal é escrito na primeira pessoa e assinado pelo rei e, em segundo lugar, pelo Conde de Oeiras. O Rei declara: «sou servido privar inteira e absolutamente os mesmos religiosos em todos os meus Reinos e Domínios, dos Estudos de que os tinha mandado suspender. Para que do dia da publicação deste em diante se hajam, como efectivamente hei, por extintas todas as classes e escolas, como se nunca houvessem existido nos meus reinos e Domínios, onde têm causado tão enormes lesões e tão graves escândalos» ¹¹⁴.

Com esta medida legislativa que consuma a suspensão do ensino dos Jesuítas, pretendia-se não só proibir a sua prática educativa, revogando os seus conteúdos pedagógicos, mas também apagar a sua memória do reino, como se de um pesadelo se tivesse tratado e que, para bem da harmonia da memória dos vassallos, devia ser esquecido. Nas instruções que foram promulgadas juntamente com o alvará, ordenava-se uma depuração das escolas públicas e particulares do Reino de todos os livros pedagógicos e doutrinários da autoria, da pertença ou do uso dos Jesuítas. Para que os livros jesuíticos fossem de facto efectivamente banidos intimava-se as pessoas singulares e colectivas e aos livreiros a depositarem todas os exemplares que possuísssem a fim de serem devidamente destruídos. Os livros, veículos de ideias e doutrinas, de modos de pensar e de fazer, foram objecto, com efeito, de uma parte importante da devassa cultural antijesuítica de que o país foi alvo a partir de 1759. As ordens foram cumpridas minuciosamente pelos juizes acompanhados de escolta militar, e com uma vigilância que se estendeu por quase todo o período da governação de Pombal ¹¹⁵.

¹¹⁴ Cf. António Delgado da Silva (comp.), *op. cit.*, p. 650 e 658.

¹¹⁵ A grande severidade com que estas medidas reais exaradas contra a cultura jesuítica foram executadas durante a governação pombalina depreende-se dos relatórios feitos pelo Director Geral de Estudos, como é o caso daquele que se refere ao ano lectivo de 1764-65 com data de 4 de Setembro de 1765. O relatório do inspector Tomás de Almeida começa por salientar que se tinha praticado uma inspecção rigorosa em relação aos livros

Esta legislação que retirava das mãos dos Jesuítas um dos mais prestigiados instrumentos de ascendência sobre a sociedade portuguesa e que tinha contribuído de forma marcante para moldar a cultura portuguesa dos últimos 200 anos, foi seguida da já anunciada lei fatal que expulsou do reino os membros da Companhia de Jesus. A Lei de Expulsão dos Jesuítas foi expedida na data simbólica comemorativa do primeiro aniversário do atentado contra o Rei, a 3 de Setembro de 1759. Neste documento assinado pelo Rei e pelo Conde de Oeiras, o monarca, na primeira pessoa, acusa os Jesuítas de rebelião qualificada e declara-os «desnaturalizados, proscritos e exterminados de todo o território de Portugal e seus domínios», depois de ter «ouvido os pareceres de muitos ministros doutos, religiosos e cheios de zelo da honra de Deus»¹¹⁶. Apresentando este instrumento legal como o fruto de uma resolução ponderada, bem aconselhada erudita e religiosamente com o parecer abonatório alegadamente das mais conceituadas figuras do Reino, o Rei declara que os Jesuítas foram considerados indignos da sua confiança. Os inicianos são avaliados como irremediavelmente corrompidos, «deploravelmente alienados do seu santo instituto, e manifestamente indispostos com tantos, tão abomináveis, tão inveterados e tão incorrigíveis vícios para voltarem à obediência deles, que têm sido e são actualmente, contra a minha real pessoa e Estados, contra a paz pública

a adoptar no ensino, em consonância com a legislação régia sobre o assunto. Entre outros, apresenta este caso bem significativo do desejo de mostrar ao governo o seu zelo em aplicar a legislação antijesuítica em vigor: «Em Pernes [Santarém, onde tinha funcionado um colégio da Companhia de Jesus], mandei oficiais da Justiça à aula de um Mestre que, entrando sem serem pressentidos, foram achados nas mãos dos estudantes os livros que tinham e de que usavam os denominados Jesuítas. Suspendi o Mestre e o privei para sempre de ensinar, e lhe mandei queimar à porta todos os referidos livros, a horas que todos vissem, e se fizesse bem manifesto a todos aquele precioso procedimento. Da mesma forma procedi nesta corte, em a Rua Formosa, em casa de um Mestre que ensinava com grande aceitação das gentes. Mandei o Reitor fazer busca por casa de livreiros e em o Porto, Coimbra e Santarém, foram achados livros daquela qualidade. Foram queimados às suas portas, a horas de dia, que a todos se fizesse público aquele castigo, e aos donos das lojas obriguei a fazer termo de nunca mais terem semelhantes livros, sujeitando-se às mais severas penas, se reincidissem». O relatório chama ainda a atenção para o facto de em Braga ainda se continuar a ensinar pelos manuais antigos dos Jesuítas, o que se devia, segundo o documento citado, ao facto de ainda não ter sido nomeado um Comissário Régio para os Estudos de Braga. Mas logo a seguir o Rei no despacho que deu, na sequência do recebimento deste relatório, promete prover a arquidiocese bracarense de um comissário de Estudos. Cf. António Alberto Banha de Andrade, *A reforma pombalina dos estudos secundários*, Vol. II (Documentação), Coimbra, 1981, p. 505.

¹¹⁶ BNL, *Secção de reservados*, cód. 1601, fl. 68.

dos reinos e domínios, e contra o bem comum dos meus fiéis vassalos»¹¹⁷. As acusações consideradas provadas não poderiam ser pintadas com mais negra gravidade.

Ao tão esperado decreto real alcançado depois de exauridas todas as tentativas diplomáticas para obter o aval da Santa Sé para legitimar, pela chancela da autoridade papal, este processo de incriminação e expulsão dos regulares da Companhia no seu conjunto, Carvalho e Melo deu imediatamente execução com medidas especiais de escolta militar. Uma boa parte dos religiosos, cerca de duas centenas, considerados criminosos de maior monta¹¹⁸ foram encarcerados nas prisões do Estado em condições sub-humanas¹¹⁹. Os restantes, cerca de quatro centenas, foram deportados para os Estados Pontifícios. Os Jesuítas embarcados para Roma, quando chegaram

¹¹⁷ *Ibidem*. Este Alvará de 13 de Setembro de 1759 vinha dar extensão ao decreto real emanado a 21 de Julho do mesmo ano, no qual se ordenava a expulsão e embarcação de todos os Jesuítas do Brasil para Portugal.

¹¹⁸ Carvalho e Melo, por ocasião da expulsão dos Jesuítas, determinou que fossem retidos nas prisões portuguesas aqueles religiosos que avaliou como sendo os mais culpados dos crimes imputados à sua Ordem. Além dos padres implicados no atentado regicida e muitos missionários do Brasil, seleccionou também os superiores das diferentes comunidades para serem recolhidos ao cárcere, assim como alguns professores de Teologia que alegadamente tinham ensinado os conteúdos referidos na súmula dos *Erros ímpios e sediciosos*, pelos quais corromperam os vassalos e prejudicaram o «felicíssimo governo» do monarca absoluto português.

¹¹⁹ Cf. *Catálogo dos religiosos da Companhia de Jesus que foram encerrados nas prisões de Pombal ou que morreram na viagem das colónias ultramarinas para Portugal*, APPCJ, pasta 614, nº 24. Este precioso catálogo indica por ordem alfabética o nome, naturalidade, actividade, data de morte e duração do cativeiro dos religiosos que foram encarcerados, na sua maioria missionários, que pertenciam a várias nacionalidades. Apesar da maioria serem de origem portuguesa, também havia franceses, alemães, italianos, espanhóis e três chineses. Alguns destes estrangeiros acabaram por ser libertados e repatriados a instâncias dos embaixadores dos seus países de origem. Grande parte dos religiosos acabou por falecer nas prisões, pois as suas condições eram muito precárias e não permitiam longos períodos de sobrevivência, a não ser para os mais resistentes física e psicologicamente. Recorde-se que as prisões pombalinas ficaram conhecidas pelas suas péssimas condições, as quais eram altamente nefastas para a saúde dos seus presidiários. Ser condenado à prisão equivalia para muitos a condenação à morte a breve trecho. À problemática das condições degradantes dos presídios portugueses, Ribeiro Sanches reportou-se de forma significativamente crítica no final da governação pombalina, defendendo a urgência da intervenção do governo no sentido de repará-los e humanizá-los. Cf. António Nunes Ribeiro Sanches, “Sobre as prisões (não falo do Santo Ofício) e cadeias do reino (...), os danos, e mortes que causam; o embaraço que tem a justiça para julgar processos de crime, e do civil”, in António Nunes Ribeiro Sanches, *op. cit.*, p. 303 e ss.

à costa de Civitavecchia, receberam inicialmente a recusa de autorização do Papa Clemente XIII para entrarem em Roma, pois o pontífice estava indignado com o tratamento dado pelo Rei de Portugal a estes religiosos. Mas depois, vendo que tal atitude não resolveria o problema, antes o agravaria, acabou por acolhê-los ¹²⁰.

O governo enviou cópia da lei expulsória para todas as autoridades e instituições do país que foram concomitantemente intimadas a dar conhecimento público da referida Lei. Boa parte dos prelados diocesanos apressou-se a publicar pastorais para informar os seus diocesanos desta medida radical e corroborar de forma encomiástica a política antijesuítica do Estado ¹²¹. Esta constituiu mais uma oportunidade para se difundir sob a chancela das mais altas autoridades da Igreja Portuguesa a propaganda denegridora da imagem da Companhia de Jesus. Reafirma-se a ideia de que os Jesuítas são religiosos corrompidos e irremissíveis, fabricantes e difusores de doutrinas perigosas, subversivas da ordem estabelecida do Estado e da Religião e, neste sentido, era reforçada a proibição do contacto oral o escrito com os referidos religiosos.

Bem ilustrativa desta aliança entre os mais altos pastores das dioceses e o governo para combater o jesuitismo é a carta pastoral do Cardeal Patriarca Francisco Saldanha (1758-1776), publicada a 5 de Outubro, na qual se dirige aos seus diocesanos nestes termos: «Exortamos a todos os nossos súbditos seculares, e mandamos a todos os eclesiásticos, que não tenham comunicação alguma com os ditos religiosos desnaturalizados, nem verbal nem por escrito, para que se não perturbe outra vez a paz e sossego públicos, que todos devemos procurar efectivamente, não só como verdadeiros católicos, mas também como fiéis vassalos» ¹²². Nesta linha se exprime a generalidade das cartas pastorais que os Bispos publicaram, obrigando no plano retórico-pastoral, sob ameaça de penas espirituais, aquilo que na prática os soldados de Sua Majestade faziam aplicar ¹²³.

¹²⁰ Sobre o assunto ver A. Antunes Borges, *op. cit.* pp. 22-25.

¹²¹ Cf. José Pedro Paiva, "Os novos prelados, *op. cit.*

¹²² *Collecção dos Negócios de Roma, op. cit.*, pp. 121-122.

¹²³ Cf. *Ibidem*, passim. Ver também entre outras as pastorais antijesuíticas como a do arcebispo de Braga, D. Gaspar de Bragança, publicada a 31 de Outubro de 1759. Cf. ANTT, *Ministério do Reino - papéis sobre assuntos eclesiásticos*, maço 596, caixa 698. Ao mesmo tempo, promoveram-se por todo o país festividades públicas para agradecer esta medida régia, pontuadas com sermões fortemente antijesuíticos, tendo merecido alguns deles honras de impressão tipográfica. V.g. Thomaz Caetano Bem, *Sermão de acção de graças pela expulsão dos Jesuítas*, Lisboa, 1759. Como recordação e acção de graças pelo facto de o Rei

Os jesuítas que residiam nas diferentes partes do reino foram retirados das suas casas e encaminhados para Lisboa sob aparatosas medidas de segurança, donde seguiram para os seus diferentes destinos: para o exílio ou para as prisões. A mesma directriz de procedimento foi enviada para as diferentes colónias portuguesas. Nos territórios ultramarinos a medida foi concluída, em razão das demoras normais das viagens marítimas, só dois anos depois. Esta exclusão dos Jesuítas representou, de facto, como concluiu Luís Filipe Thomaz, «um duro golpe para as missões católicas, para o ensino tradicional e para a influência da Igreja na sociedade»¹²⁴.

2.5. Obsessão antijesuítica na ausência dos Jesuítas

Ao longo da década de 60, a década da afirmação plena do ultra-regalismo português, a prática política de inibição de todas as entidades e instituições que se atrevessem a dessintonizar-se com o programa do governo confundiu-se com a política de desjesuitização do país em curso. Os desvios ou tomadas de posição que pusessem em causa a autoridade do poder do rei eram vistos como uma usurpação inspirada ou marcada pela filosofia do jesuitismo. O jesuitismo e a classificação de jesuíta era uma verbalização instrumental, um fantasma que se erguia para catalogar comportamentos, atitudes ou práticas condenáveis aos olhos do governo por pessoas individuais ou colectivas¹²⁵. Tudo o que de mal ou de reprovável no juízo político do momento acontecia era atribuído ainda a uma resistente influência jesuítica que era preciso extirpar de forma implacável e vigilante.

D. José I ter sido salvo do atentado regicida, o governo mandou erigir, perto do Palácio de Nossa Senhora da Ajuda em Lisboa, um monumento religioso que ficou conhecido pelo nome de *Igreja da Memória*. Esta Igreja, cujo nome canónico é Igreja de Nossa Senhora do Livramento e de São José, foi começada a construir com a bênção simbólica da primeira pedra dois anos depois da ocorrência do atentado, a 3 de Setembro de 1760. Mas a conclusão da sua construção só se verificou no reinado de D. Maria. Ver a monografia de Joaquim Caetano de Oliveira, *A Igreja da Memória*, Lisboa, 1991.

¹²⁴ Luís Filipe F. R. Thomaz, *De Ceuta a Timor*, 2ª ed., Lisboa, 1998, p. 262. Só do Estado português da Índia tiveram que deixar de exercer as suas funções missionárias, pedagógicas e de administração pastoral, duzentos e vinte padres e dois bispos. Sobre a expulsão dos Padres da Companhia da Índia e do Brasil ver José Caeiro, s.j., *Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marquês de Pombal, século XVIII, primeira publicação após 160 do manuscrito inédito*, Bahia, 1936.

¹²⁵ Para uma teorização do carácter fantasmático e obsessivo que assumiu em casos semelhantes a mitificação antijesuítica ver Michel Leroy, “Mythe religion et politique: La ‘Légende noire’ des Jésuites”, in *Lusitania sacra*, Tomo XII, 2000, pp. 267-376.

O que aconteceu com a Congregação dos Oratorianos na década de 60 é bem o exemplo da visão unilateral decorrente daquela verdadeira obsessão política. A Congregação do Oratório que tinha sido desde os anos 40 a Ordem que protagonizou o afrontamento crítico da Companhia de Jesus na sociedade portuguesa, à qual Carvalho e Melo foi buscar alguns dos seus melhores ideólogos e propostas de reforma para dar caução intelectual à sua política, começou a ser olhada de forma suspicaz a partir do início desta década, como já aludimos anteriormente. Este *volte-face* do olhar pombalino deveu-se ao facto de alguns dos seus membros, como foi o caso do oratoriano Teodoro de Almeida, terem ousado emitir pareceres e produzir pensamento dissonante com relação a alguns aspectos sensíveis aos interesses programáticos do regime vigente ¹²⁶.

A situação foi azedando de tal modo que atingiu o seu auge em 1768. Neste ano, Carvalho e Melo decretou o encerramento das escolas da congregação oratoriana, aquela que tinha ambicionado substituir-se em prestígio e influência ao papel educativo e cultural da Companhia de Jesus em Portugal. A decisão pombalina justificava esta medida «não só pela falta de método e regulamento que até agora não tiveram, mas também pelo abuso prejudicial que faziam dos Estudos» ¹²⁷.

O que conduziu na realidade à tomada desta medida extrema foram várias divergências ocorridas com o governo no que concerne à orientação imposta pelo Estado, nomeadamente a desobediência aos critérios definidos para a regulação da vida desta Ordem no país. Os Oratorianos, em conformidade com o que a Coroa tinha definido, podiam viver em comunidade, mas não com o estatuto de religiosos regulares, mas apenas com o de padres seculares. Isto no quadro da valorização pela política regalista pombalina do estatuto do clero secular em detrimento do clero religioso, cujo número era considerado muito excessivo.

Ora, os Padres do Oratório quiseram alcançar o estatuto de regulares, tendo chegado a redigir uma regra própria para o efeito. E mais grave do que isso, conforme afirma o decreto de extinção das suas aulas, os Oratorianos ousaram incorporar elementos de vida regular que se assemelhavam aos da Companhia de Jesus. Acusa o decreto pombalino que os

¹²⁶ Cf. Eugénio dos Santos, “Pombal e os oratorianos”, in *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, Nos. 15-16, 2003, pp. 74-86; Francisco Contento Domingues, *Ilustração e catolicismo*, *op. cit.*, p. 87 e ss.

¹²⁷ Citado por António Alberto Banha de Andrade, *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*, Lisboa, 1982, p. 428.

Padres do Oratório começaram a «usar hábitos quase uniforme com os regulares denominados Jesuítas»¹²⁸.

Antes da assunção legislativa desta determinação pombalina, tinha verificado neste ano um facto que constitui uma outra causa próxima não menos significativa da reacção pombalina. O padre congregado Valentim de Bulhões foi encarcerado a 8 de Agosto por ordem do Conselho Geral do Santo Ofício, na qual ordem se interditava rigorosamente o seu contacto com qualquer pessoa. O Pe. Bulhões era condenado por ter ensinado uma moral eivada de probabilismo, na linha da teorização desenvolvida por Luís de Molina da Companhia de Jesus. Principalmente em nome desta alegada infestação jesuítica, os congregados sofreram por imposição deste decreto a sua redução à mera condição de padres seculares¹²⁹. A sua ordem foi desmembrada e foi-lhes interdito o uso do seu hábito religioso e outros distintivos que os identificassem como uma ordem religiosa, tudo em nome da depuração de qualquer traço de jesuitismo existente entre estes padres¹³⁰. Foram também proibidos de confessar, pregar e de abrir as suas igrejas ao público por decreto do Cardeal Patriarca de Lisboa, a não ser de manhã, como aconteceu de igual modo em outros bispados no ano de 1769, à excepção do Bispado de Viseu¹³¹. O Conde de Oeiras projectou mesmo extinguir os Oratorianos enquanto instituto eclesiástico como tinha feito com os Jesuítas. Para o efeito teria chegado a elaborar um alvará de extinção que acabou por ficar na gaveta¹³².

¹²⁸ Citado por *Ibidem*, p. 426. Carvalho e Melo também não gostou que os Oratorianos tivessem murmurado contra o governo por nenhum membro da sua Congregação ter sido escolhido para o cargo de confessor régio em substituição dos jesuítas expulsos.

¹²⁹ O próprio Pe. António Pereira de Figueiredo, assessor do governo, foi constrangido a deixar os Oratorianos por ordem real expedida a 3 de Janeiro de 1769. Alegadamente, Pereira de Figueiredo teria sido vítima de perseguição por parte de alguns membros da sua congregação por discordarem das suas teorias regalistas e da sua convivência servil com a política do governo pombalino. Figueiredo, porém, viria a reingressar mais tarde no Oratório, já no reinado de D. Maria I, no ano de 1785, onde faleceu. Cf. Jean Giron (ed.), *Lettres du Père Bartolomeu de Quental*, Paris, 1973, p. XXI e ss.

¹³⁰ Cf. *ibidem*, p. 425. E cf. Orlando Romano, “A difusão do pensamento de Luís Molina na primeira metade do século XVIII”, in *Cultura, História e Filosofia*, Vol. I, 1982, pp. 261-287; e ver a obra de Luís A. de Oliveira Ramos, *Sob o signo das ‘Luzes’*, Lisboa, 1987.

¹³¹ Cf. Miguel de Oliveira, *op. cit.*, p. 203. Só no reinado de D. Maria esta dura proibição será suspensa, a 5 de Abril de 1777.

¹³² Para um estudo monográfico sobre o assunto ver António Alberto Banha de Andrade, *Processo pombalino contra os oratorianos*, Paris, 1969.

Os Oratorianos que tanto tinham labutado para concorrer com os Jesuítas e logrado tomar o lugar deixado por estes na sociedade portuguesa, acabaram por trilhar um caminho de sujeição ao poder regalista que não queria a reconstituição de uma nova ordem religiosa forte que ocupasse o lugar dos Inacianos e ousasse também afrontar novamente o poder do Estado. O que é certo é que depois deste duro golpe pombalino quase mortal nunca mais voltaram a recobrar o antigo prestígio que tinham conquistado até à primeira década do reinado de D. José, tirando, então, vantagem da perda de terreno dos Jesuítas. E ficava bem claro da parte da política regalista e antijesuítica da Coroa, que a extinta Companhia de Jesus não era para ser substituída por ninguém, mas simplesmente a sua memória apagada. Nenhuma instituição deveria ter a pretensão de tomar o seu lugar, ou imitá-la a que título fosse, sob pena de incorrer em destino semelhante. Também não devemos deixar de ver subjacentemente a esta actuação governamental para com a Congregação de São Filipe de Neri, a presença de um vector mais geral que caracterizou o regalismo pombalino, que foi o seu ideário de valorização do clero secular em detrimento da restrição da hegemonia do clero regular. Esta política eclesiástica não deixa, por isso, de prenunciar um ideário que será plenamente assumido teórica e programaticamente como tal pelo regime que sairá da Revolução Liberal de 1820 e que será um dos aspectos caracterizadores do pensamento liberal do século XIX ¹³³.

Este ambiente forçado de corte de relações com Roma, pese embora o facto de não agradar à sensibilidade católica romana de D. José I, que desejava que fossem restabelecidas a breve trecho, criou as condições propícias a que Pombal pudesse pôr em marcha a sua filosofia política do regalismo, isto é, a restrição da esfera larga dos privilégios eclesiásticos em favor da afirmação do poder do Estado, de acordo com o que era paralelamente teorizado por Pereira de Figueiredo na sua *Doutrina Veteris Ecclesiae* em 1765 à semelhança do que fez nas suas outras obras já aludidas analiticamente por nós. Entre as medidas regalistas, além de outras já referidas, podemos elencar ainda o levantamento da isenção eclesiástica

¹³³ Recorde-se que outros regulares, além dos já referidos por nós, sofreram a perseguição do governo pombalino. Em 1758, com base no parecer negativo do Governador Mendonça Furtado, o governo josefino ordenou a expulsão dos missionários capuchinhos e dos regulares da Conceição da Beira e do Minho, em virtude da sua não cooperação com o projecto político-colonial em aplicação. Cf. Dauril Alden, "Economic aspects of the expulsion of the Jesuits from Brazil: A Preliminary Report", in Henry H-Keith; S.F. Edwards (coord.), *Conflict and continuity in Brazilian History*, Carolina do Sul, 1969, p. 65.

do pagamento da décima em Setembro de 1762. Foram desviados, no ano seguinte, os rendimentos da *Bula da Cruzada* para os cofres da Coroa. Em Maio de 1764 o Estado apropriou-se do poder de excomungar os membros dos seus tribunais e seus ministros. No dia 18 de Janeiro de 1765 retirou aos prelados e núncios a prerrogativa da execução de sentenças judiciais nas suas áreas de jurisdição religiosa sem cooptação das autoridades seculares ¹³⁴.

Naturalmente que neste clima antijesuítico e anticurial instaurado pelo governo pombalino foi interdita a circulação no país do Breve *Apostolicum Pascendi* que o Papa Clemente XIII tinha promulgado a 7 de Janeiro daquele ano de 1765. Este documento pontifício reagia contra as pressões de algumas monarquias europeias sobre a Santa Sé, especialmente as de Portugal e de França, para que a Companhia de Jesus fosse supressa. O Papa não só rejeita aceder a estas pressões como defende a Ordem de Santo Inácio e louva a sua grande utilidade e os inestimáveis serviços que tinham prestado à Igreja Católica. Numa clara atitude de marcação de uma posição de força, na sequência de consumação da expulsão desta Ordem de França seguindo a peugada de Portugal, o Papa confirma novamente o instituto dos Jesuítas e refuta os ataques, que circulavam por toda a Europa, contra estes religiosos promovidos pelo movimento antijesuítico que tinha ganho naquela década uma força triunfal com o apoio teórico e prático de figuras cimeiras do despotismo esclarecido Europeu e com a exclusão da Companhia de Jesus do território de duas poderosas monarquias católicas europeias. Este breve defensor dos jesuítas foi visto pelo governo português, que o proibiu terminantemente, como o fruto do domínio destes religiosos sobre o Santo Padre ¹³⁵.

Na medida régia que oficializa a recusa do beneplácito régio à circulação deste documento em Portugal, as declarações filojesuíticas do breve papal é qualificado com um rol de alarmantes adjectivos antijesuíticos: «ob-reptícias, sub-reptícias, sediciosas, dolosas, perturbadoras da paz e sossego público e ofensivas da liberdade e independência do meu Real Trono». Declara-se ainda que são «incompatíveis com o apostólico espírito do Santíssimo Padre Clemente XIII e diametralmente opostas às suas paternais e pias intenções e à sua santíssima vontade» ¹³⁶.

Mas devido ao enfurecimento que o breve pontifício provocou no movimento antijesuítico europeu que via neste acto a prova do domínio do Geral dos Jesuítas sobre a cabeça da Igreja Católica, Clemente XIII voltou

¹³⁴ Cf. José Pedro Paiva, “A Igreja e o poder...”, *op. cit.*, p. 174.

¹³⁵ Cf. António Leite, “Ideologia pombalina”, *op. cit.*, p. 47.

¹³⁶ António Delgado da Silva (compil.), *op. cit. (1763-1774)*, pp. 166-167.

a publicar um novo breve a 10 de Setembro do ano seguinte com o título *Animarum Saluti*, para reafirmar o seu apoio aos Jesuítas quando se avizinhava a sua expulsão também da católica Espanha ¹³⁷.

Na sequência desta reiteração papal do apoio aos Jesuítas, o Procurador da Coroa José de Seabra da Silva ao serviço da política propagandística de Pombal, contra-ataca apresentando a Sua Majestade uma *Petição de recurso*, onde atribui à acção maquinadora e destrutiva dos jesuítas o estado a que chegou a monarquia portuguesa. Tece um longo texto onde expõe a Companhia de Jesus como instigadora de motins, convulsões sociais, desobediência ao Rei e a todas as outras acusações pombalinas, de que Seabra da Silva era um propagandista fiel, aproveitando para acrescentar a recente implicação dos Jesuítas espanhóis nos motins civis que conduziram também à sua expulsão daquele país. Tudo isto para demonstrar que as bulas filojesuíticas de Clemente XIII não seriam mais do que o resultado do jugo que a Companhia exercia sobre o sucessor de São Pedro, levando-o a emanar documentos contrários ao bem da Igreja e dos reinos católicos ¹³⁸.

¹³⁷ Cf. Visconde de Santarém (compil.), *op. cit.*, Vol. VII, p. 243 e ss.

¹³⁸ Cf. Joseph de Seabra da Sylva, *Petição de Recurso do Procurador da Coroa a S. Magestade Fidelissima, sobre a clandestina Instrução do Breve Apostolicam Pascendi*, Lisboa, 1765; e ver Idem, *Petição de Recurso apresentada em audiência pública à Magestade de Elrey Nosso Senhor (...) sobre o último, e crítico estado desta monarquia depois que a Sociedade de Jesus foi desnaturalizada, e proscripta dos domínios de França e Hespanha*, Em Lisboa, 1768. Estas petições não são mais do que a reverberação desenvolvida no panfletarismo antijesuítico do governo para que o rei tomasse novamente uma medida enérgica contra a dita calamidade jesuítica que tinha deixado Portugal num estado difícil. Esta suplicação que pretendia interpretar o sentimento geral dos vassalos do monarca, não foi mais do que um pró-forma para que o Rei publicasse novamente uma lei que reiterasse a lei de banimento da Companhia de Jesus expedida em 1759 para reagir assim contra a posição de força pró-jesuítica assumida por Roma. A nova lei antijesuítica foi publicada com o título sugestivo de *Ley del rey Nosso Senhor de 28 de Agosto de 1767 com que proíbe nos seus Reynos, e Domínios a introdução, retenção, e uso das cartas de confraternidade com os Jesuítas; as Profissões e Associações com eles, e a retenção, ou uso da bula Animarum Saluti de 10 de Setembro de 1766. E manda saber fora dos mesmos seus reynos, e Domínios todos os indivíduos da chamada Companhia de Jesus, que haviam ficado ainda tolerados, e conservados pelo beneficio da Ley de 3 de Setembro de 1759, e das ordens a ella posteriores*. Cf. António Delgado da Silva (compil.), *op. cit.*, pp. 309-315. Este texto legal é mais um panfleto antijesuítico que dá a imagem da Cristandade sob o jugo despótico dos Jesuítas. Afirma que o Papa Clemente XIII estava a ser uma espécie de marioneta nas mãos do Geral dos Jesuítas, tendo este extorquido o referido breve abonatório da Companhia de Jesus. Ordena-se, por meio desta Lei, uma espécie de segunda expulsão dos

O bom nome do Papa não é beliscado pelo decreto régio nem pela *Petição de recurso*, antes é apresentado de forma a que a sua pessoa não seja posta em questão para não ferir a sensibilidade católica do Rei e de muitos destinatários da medida, querendo o governo demonstrar que a *guerra* que se travava não era contra o Santo Padre, mas contra os Jesuítas e o poder internacionalista da Igreja. Por isso a atitude papal foi de certo modo desculpada, sendo Clemente XIII visto como uma espécie de vítima das manobras dos Jesuítas, embora a Coroa Portuguesa tivesse perdido a esperança de conciliação com Roma durante este pontificado.

A Coroa Portuguesa de facto não estava interessada em romper definitiva e cismaticamente com a Santa Sé como chegou a ameaçar. Tão-só pretendia prosseguir a sua política regalista de restrição dos poderes eclesiásticos em benefício do reforço do poder do Estado a que aqueles se deviam subjugar, política que se articulava com a campanha propagandística antijesuítica que também foi reforçada na segunda metade da década de 60.

Nesta esteira regalista, a 4 de Julho de 1768 assiste-se à promulgação de uma lei de amortização que restringe fortemente o acesso à propriedade por parte das ordens religiosas e outras instituições eclesiásticas¹³⁹. No mesmo ano tinha sido criada uma nova instituição judicial chamada a Real Mesa Censória, a 5 de Abril de 1768, que fazia depender deste tribunal do Estado a autorização da circulação e publicação de livros. Este tribunal passa a abranger na esfera das suas atribuições fiscalizadoras a totalidade da indústria e comércio livreiro, tanto no que dizia respeito a matérias civis como religiosas. Retirava-se assim ao Tribunal da Inquisição e aos Bispos uma antiga prerrogativa sua e colocava-se nas mãos da administração judicial civil a missão de ajuizar sobre matérias de fé e de moral¹⁴⁰. Toda esta concretização programática de um ideário político ultra-regalista era explicada como uma forma de desjesuitizar a Igreja e libertar o país das peias do jesuitismo¹⁴¹.

Jesuítas que por alguma razão tenham sido tolerados no país, ou nela se tenham disfarçadamente introduzido. Proíbe-se a comunicação por qualquer via com os Jesuítas que estejam no estrangeiro ou com membros das suas associações ou confrarias. Os portugueses ficavam interditos de se coligar, ou muito menos de erigir qualquer grupo deste género que se organizasse em torno da espiritualidade inaciana ou para promover os seus fins.

¹³⁹ Cf. Zília Osório de Castro, “Pombalismo”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *op. cit.*, Vol. J-P, pp. 463-464.

¹⁴⁰ Cf. Maria Adelaide Salvador Marques, *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional: Aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*, Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra (Vol. XXVI) Coimbra, 1963; e António Ferrão, *A censura literária durante o Governo Pombalino*, Coimbra, 1927.

¹⁴¹ O instrumento régio de instituição deste Tribunal justifica esta nova criação para

A estatização da censura religiosa vai despoletar nesse mesmo ano um conflito grave entre a Coroa e o bispo-conde de Coimbra D. Miguel da Anunciação. Este bispo aparentado com o movimento de espiritualidade rigorista denominado Jacobeia¹⁴², movimento suspeito de sigilismo, tinha-se recusado a transigir com a política regalista do governo, não aceitando, por exemplo, a prerrogativa que lhes concediam os teóricos do episcopalismo na emissão de dispensas matrimoniais. Para cúmulo das

reparar os «terríveis estragos» feitos pelo Tribunal da Inquisição inspirado pelos Jesuítas. Cf. António Delgado da Silva (Compil.), *op. cit.*, pp. 333-337.

¹⁴² A Jacobeia era um movimento religioso ascético que tinha surgido em Portugal nos inícios do século XVIII no Colégio da Graça da Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho em Coimbra, tendo como fundador Frei Francisco da Anunciação. Este movimento defendia a reforma da vida cristã, avaliada como estando ao tempo muito mundanizada. Esta renovação da vivência da doutrina de Cristo, propugnava o movimento que só poderia ser conseguida pelo investimento intenso em práticas assíduas de oração e de piedade. No plano moral, propunha um caminho ascético exigente em que os costumes mundanos deveriam ser rejeitados como forma de lutar decisivamente contra o pecado e contra a sua fonte, o mal, que impedia o homem de atingir a salvação eterna. O bem é visto como uma conquista dramática que os cristãos deveriam empreender com todas as suas forças numa atitude de rejeição do mundo para lograrem atingir a plenitude da santidade ou a «vida beata». No plano do rigorismo moral e da supervalorização do problema do mal como obstáculo difícil de contornar para a conquista da salvação, a Jacobeia aparenta-se com alguns axiomas do jansenismo, do pietismo e do metodismo. A Jacobeia assumiu um pendor de algum modo elitista, pois a este movimento aderiram algumas das figuras eclesiásticas de relevo, mormente do alto clero secular e regular. Cf. Luís Cabral Moncada, “Jacobemus e sigilistas. Uma página de História religiosa portuguesa”, in *O Instituto*, Vol. 115, 1951; Zília Osório de Castro, “Jacobéia”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário*, *op. cit.*, Vol. J-P., pp. 5-7; e ver um interessante peça da polémica sigilista: *Carta de hum curioso da Universidade de Evora escripta a outro curioso da Universidade de Coimbra, que pela sua resposta mostra as consequências terríveis que nasceram de alguns confessores não guardarem o sigillo da confissão sacramental*, Madrid, 1746. A campanha persecutória do governo pombalista contra o movimento, que durante o reinado de D. João V tinha sido tolerado, apesar da oposição marcada dos Jesuítas e dos Oratorianos, compreende-se no âmbito da crítica da Jacobeia ao mundanismo, tendo-se sentido visadas algumas figuras do Estado. Por seu lado, o desacordo público manifestado por alguns membros filiados neste movimento, como D. Miguel da Anunciação, à política religiosa do governo instigou o ministro de D. José I a ver, bem de acordo com a sua mitomania conspiracionista, nestes críticos um perigo para o Estado, perigo esse que só seria banido com uma proibição geral deste movimento e castigo dos seus principais mentores. A prática pombalina de eliminação de todas as forças opositoras à sua política não se limitava a medidas parciais de eliminação de focos de resistência, mas sim medidas totais de eliminação das instituições donde advinham esses focos ditos perigosos, como aconteceu paradigmaticamente com a Companhia de Jesus.

suas afrontas à orientação da política religiosa pombalina, decidiu divulgar na sua diocese uma pastoral manuscrita assinada do seu punho a 8 de Novembro de 1768, sem a exigida autorização real para o efeito. Nesta pastoral proíbe a leitura de várias obras que circulavam no reino da autoria de teóricos inspiradores do regalismo e do episcopalismo, como as de Justino Febrônio e de Dupin ¹⁴³, por julgá-las opostas aos ensinamentos do magistério da Igreja, classificando outras obras de ímpias e ofensivas à moral cristã, como era o caso das de Voltaire ¹⁴⁴.

A ousadia do prelado que ousou publicar uma carta pastoral sem prévia solicitação do beneplácito régio para o efeito, chamando a si competências que tinham sido recentemente reservadas ao Estado através da Real Mesa Censória, custou-lhe a prisão efectuada um mês depois ¹⁴⁵. A atitude deste prelado foi considerada sumariamente como tendo sido atentatória contra a autoridade régia, e por isso incorreu em crime de lesa-majestade. A sua pastoral foi condenada imediatamente pelos deputados da Mesa Censória e D. Miguel foi substituído por um novo bispo da confiança do governo, D. Francisco de Lemos.

Mas o mais interessante para nós foi o facto de a pastoral de D. Miguel da Anunciação, que tinha a agravante de ser aparentado com a família regicida dos Távoras ¹⁴⁶, ter sido imputada à influência do espírito jesuítico que ainda resistia em alguns ambientes sócio-religiosos e culturais do reino.

¹⁴³ Louis Elies Dupin (1657-1719) tinha sido um historiador e teólogo francês de renome, que se destacara como um militante e um ideólogo do galicanismo. Combateu a primazia do papado sobre o concílio e concebeu um projecto ecuménico de unidade entre as Igrejas Católica, Ortodoxa e Anglicana.

¹⁴⁴ Cf. *Pastoral do Bispo-Conde de Coimbra, D. Miguel da Anunciação*, 8 de Novembro de 1768. Conhecemos diferentes exemplares deste documento chancelado por D. Miguel da Anunciação com variantes de somenos importância: BGUC, cód. 1604; BPE, cód. CX/2-1-, fls. 34-37. Este último apógrafo traz apenso alguns comentários da pena de um dos comentadores regalista que eventualmente terá sido um dos designados pelo governo para emitir opinião censória sobre esta mesma pastoral.

¹⁴⁵ Cf. Fortunato de Almeida, “D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra”, in *Revista de História*, Vol. I, 1912, pp. 20-22.

¹⁴⁶ O Bispo-Conde de Coimbra, de seu nome secular Miguel Carlos da Cunha, pertencia à família dos Távoras pelo lado materno. Aquando da recepção da Carta Régia que mandava precaver os seus diocesanos contra os erros dos Jesuítas, este prelado obedeceu e mandou proibir estes religiosos de exercerem actividades pastorais na sua diocese, à semelhança do que fez a maioria dos seus colegas de episcopado. Sobre a vida e obra desta figura polémica do episcopado português ver João Evangelista Lavrador, *Pensamento teológico de D. Miguel da Anunciação: Bispo de Coimbra (1741-1779) e renovador da Diocese*, Coimbra, 1995.

O tribunal régio julgou o antistite da política real como se o seu comportamento tivesse sido um golpe do jesuitismo e do curialismo romano contra a suprema autoridade do Estado e das instituições que o representavam ¹⁴⁷. Os deputados da Mesa declararam, em sintonia plena com o estilo antijesuítico pombalino, a pastoral do Bispo-Conde de Coimbra como intolerável no «presente século iluminado», que se apresenta como totalmente oposto ao «outro século escuro, em que os embustadores (...) denominados jesuítas fizeram tantos e tão horrorosos estragos». As afirmações da pastoral são julgadas como sendo «expressões manifestamente falsas e afectas ao mesmo espírito jesuítico para enganarem os pequenos que não passam da superfície à substância das coisas». E continua esta exprobração do documento episcopal imputando a sua inspiração conceptual aos Jesuítas e a sua difusão aos seus apaniguados clandestinos que ainda penetravam e permaneciam no reino: «(...) a dita pastoral foi nascida em Roma e adoptada e espalhada por ofício dos seus emissários [dos Jesuítas] pelo temerário fanatismo do desgraçado bispo» ¹⁴⁸.

Na sequência do processo que levou à condenação do Bispo-Conde de Coimbra ¹⁴⁹, seguiu-se a condenação, no ano seguinte, da chamada prática do sigilismo e do movimento da Jacobeia considerados inconformes com a ortodoxia católica ¹⁵⁰. Nos textos condenatórios destas correntes religiosas, os Jesuítas, que tradicionalmente de destacaram como os seus grandes contraditores e adversários activos, são aqui associados a estes como os seus mais responsáveis cúmplices e inspiradores. No *Memorial sobre o cisma do sigilismo* assinado por José de Seabra da Silva ¹⁵¹ e destinado a

¹⁴⁷ Ver peças do processo e da polémica que gerou na BNL, *Colecção pombalina*, códcs. 454, 457 e 678.

¹⁴⁸ “Sentença da Real Meza Censoria contra a pastoral manuscrita, e datada de 8 de Novembro próximo passado, que o Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação espalhou clandestinamente pelos Parocos da sua Diocese, proferida no dia 3 de Dezembro de 1768”, Lisboa, 1768. E ver também a *Collecção das leis promulgadas e sentenças proferidas nos casos da infame pastoral do bispo de Coimbra (...) e das seitas dos Jacobeus e sigislistas (...)*, Lisboa, 1769, 5-28. A sentença foi assinada pelo arcebispo regedor D. Cosme da Cunha, pelo Procurador da Cora José de Seabra da Silva e pelos dezoito deputados que constituíam os quadros da Mesa.

¹⁴⁹ D. José I cheio de escrúpulos por ter autorizado a prisão deste Bispo de Coimbra e lhe ter mandado queimar a carta pastoral, três dias antes de morrer mandou soltá-lo, fazendo-lhe saber que perdoava a afronta tanto do prelado como dos seus cúmplices.

¹⁵⁰ Sobre estas correntes ver a obra clássica fundamental de António Pereira da Silva, o.f.m., *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e de D. José I*, Braga, 1964.

¹⁵¹ Este advogado e Procurador da Coroa era um dos principais «pontas de lança» da

fazer a apologia da condenação, este colaborador de Pombal liga o sigilismo aos Jacobeus e faz emergir os Jesuítas como os promotores destes desvios doutrinários e disciplinares da prática sacramental da Igreja. Afirma peremptoriamente que havia uma «coligação diabólica entre o movimento da Jacobeia e os Jesuítas»¹⁵². E quanto à prática do sigilismo, isto é, a prática da indagação dos cúmplices dos pecados pelo processo de coacção psicológica dos penitentes pelos confessores¹⁵³, os Jesuítas são identificados como os especialistas por excelência desta infracção canónica:

«Finalmente o quinto e último exemplo da sacrílega infracção do sigilo é o dos regulares da Companhia denominada de Jesus, os quais é notório que dele abusaram sempre para os seus fins não só políticos, mas também económicos. E este é provavelmente o que mais atraiu e precipitou os Jacobeus no mesmo abominável sacrilégio pelo muito que ele tem frutificado aos seus autores; pelo muito que eles, por meio deste subsídio, têm governado há mais de dois séculos; e pela grande destreza e fortuna com que o têm manejado, tendo sabido sempre encobrir e disfarçar o seu pernicioso veneno e tendo conseguido tirar dele as grandes utilidades que os mesmos regulares se propuseram sem terem até agora padecido os infelizes fins dos precedentes profanadores

política e da propaganda antijesuítica ao serviço do governo pombalino. Mas, entretanto, este homem da máxima confiança de Pombal e um dos redactores do seu panfletarismo antijesuítico, cairia na desgraça do mesmo ministro em razão de intrigas cortesãs em que se teria envolvido. Seabra da Silva teria informado a rainha, esposa de D. José I, acerca do plano do rei e do seu ministro de vedar a sucessão ao trono pela linha feminina da princesa primogénita D. Maria, mas antes na pessoa do neto do rei para cuja educação Pombal teria designado preceptores da sua confiança. Devido à alegada denúncia desta plano secreto, o Procurador foi preso a 24 de Abril de 1774 e a seguir foi sujeito a degredo primeiro para o Brasil e depois para Angola, sem que, todavia, o Marquês de Pombal tivesse declarado o motivo. De qualquer modo, esta aventada causa da expulsão de Seabra da Silva ainda continua a ser uma hipótese que carece de prova cabal. Cf. António Coutinho Pereira de Seabra e Sousa, *Resposta ao senhor Simão José da Luz Soriano acerca de José de Seabra da Silva*, Lisboa, 1868.

¹⁵² Cf. *Do sigilismo que os denominados Jacobeus e beatos levantaram neste reino de Portugal (...), apresentado à Real Mesa Censória (...)*, Lisboa, 1769, parágrafo 27.

¹⁵³ O sigilismo associado em Portugal ao movimento da Jacobeia, consiste por negação do sentido do nome em termos simples na violação do segredo sacramental. Este abuso foi condenado pela Santa Sé através do Breve *Suprema* (7/7/1745) como escandaloso e difamador dos fiéis. Esta prática afastava muitos fiéis da frequência do sacramento da penitência, podendo através do dito abuso o sacramento ser usado para atingir outros fins que não o da reconciliação e da conversão. Apesar de denunciada em Portugal nunca chegou a ser na realidade provada cabalmente a ocorrência deste abuso, aliás, também muito difícil de provar.

do mesmo sigilo sacramental. O empenho que sempre tiveram os ditos intitulados Jesuítas de conhecerem os pecados alheios e de se aproveitarem destes conhecimentos para melhor estabelecerem e mais segurarem o despótico império que exercitam sobre os seus súbditos, e o grande influxo de que em todo o tempo gozaram no governo particular das famílias é tão antigo e constante em todo o corpo desta sociedade que quem lhe seguir os passos se não chegar ao seu berço não há-de parar muito longe»¹⁵⁴.

Na lógica doutrinária que estrutura o mito da conspiração jesuíta desenvolvido triunfalmente nas obras pombalinas dedicadas especificamente ao tema, Seabra da Silva contorna assim a tradição de antagonismo dos Padres da Companhia em relação à prática do sigilismo. Os Jesuítas, afinal, foram segundo o autor os peritos do exercício desta prática desviante da disciplina sacramental católica, mas teriam sabido muito bem dissimulá-la, acusando outros, a fim de passarem incólumes à censura, servindo-se desta prática ilícita para satisfazer as ambições políticas e económicas da sua Ordem de modo a exercerem o seu poder despótico e opressor sobre o país. Obviamente que com base no argumento da simulação e das acções crípticas, argumento tão antigo como difícil de provar, tudo se podia imaginar e imputar aos Padres da Companhia, mesmo aquelas acusações que pareciam um contra-senso do ponto de vista histórico. E de facto o argumento operatório do secretismo e da prática dissimulada da Companhia de Jesus é um dos aspectos mais relevantes do mito do *complot* jesuítico. A Ordem inaciana figurada como uma instituição conspiradora, era vista como tendo tentáculos em toda a parte, tudo conjurando e forçando para combater os poderes legítimos e soberanos que pugnavam pela felicidade dos povos.

O movimento de espiritualidade da Jacobeia foi condenado pela lei de 19 de Janeiro de 1769 em nome da defesa da ortodoxia católica e da unidade do reino. Em nome dos mesmos fins o sigilismo foi condenado a 12 de Junho do mesmo ano com a determinação de penas duras para os recalitrantes. A obsessão antijesuítica que atravessava diametralmente a política pombalina mesmo depois da expulsão dos Jesuítas conduziu a que o governo perseguisse todos aqueles que estorvavam a sua acção de iluminar o reino, sempre com a justificação legitimadora de serem os alegados depositários e seguidores das ideias e das práticas jesuíticas classificadas de obscurantistas e fanatizadoras.

¹⁵⁴ Joseph de Seabra da Sylva, *O memorial sobre o cisma*, op. cit.

Mas este programa de desjesuitização total do país não se fez sentir apenas no plano eclesiástico, pedagógico, cultural e intelectual. O fantasma do jesuitismo foi habitualmente erguido pela administração central para justificar as mais diferentes reformas, sendo sempre alegado como o grande pretexto operatório para a desinfestação das leis antigas da influência jesuítica, e, assim, promover a modernização do país. Encontramos frequentemente nos preâmbulos das leis josefinas esta referência introdutória, identificadora da causalidade maior dos males que se queriam corrigir: o jesuitismo. A título de ilustração podemos aludir ainda ao Alvará de El-Rei D. José I datado de 2 de Abril de 1761 destinado à reforma sócio-administrativa do Estado da Índia. O intróito começa por assacar aos religiosos da Companhia os problemas que enfermavam aquela colónia portuguesa e que a tinham conduzido a uma decadência extrema (aliás, recuperando um dos ramos da tradição antijesuítica ultramarina pré-pombalina), antes de apresentar as novas medidas que visavam acabar com as velhas distinções entre os vassalos de origem portuguesa e os de origem indiana, dando a todos indistintamente os mesmos direitos e, nomeadamente, entre estes, a possibilidade de todos eles poderem aceder a cargos administrativos do Estado ¹⁵⁵.

O mesmo fito ideológico-programático de expurgar o jesuitismo está patente nos documentos legislativos que promoveram as reformas económicas do governo. É disto boa testemunha o Regimento da Alfândega de Goa posto em vigor pela Coroa em 1774. Foi assim mandado aplicar sob o signo reformista da política antijesuítica para, como justifica, «evitar os abusos cometidos pelos Padres da Companhia no comércio da Índia» ¹⁵⁶.

3. Conclusões

O recurso explicativo e justificativo da nefasta causalidade jesuítica foi uma constante que marcou de forma característica e indelével a política de Carvalho de Melo até ao fim do seu governo. O combate ao jesuitismo foi uma obsessão que perpassa muitos dos seus textos legislativos e das suas decisões políticas. Uma obsessão que era ao mesmo tempo um instrumento

¹⁵⁵ Cf. António Delgado da Silva (compil.), *op. cit.*, pp. 793-795.

¹⁵⁶ “Regimento da Alfândega de Goa de 1774”; BNL, *Secção de reservados*, cód. 10758; ver também C.L. Monteiro (ed.), *Instruções com que El-Rei D. José mandou passar ao Estado da Índia, ao Governo e Capitão Geral e ao Arcebispo Primaz do Oriente no anno de 1774*, Pangin, 1841; e *Collecção das Leys, decretos, e alvarás del Rei Fidelissimo D. José o I Nosso Senhor*, 3 Tomos, Lisboa, 1797, *passim*.

explicativo e justificativo simplificador para concentrar numa só origem, numa só instituição e nos seus valores as causas das dificuldades que afectavam o país, que o impediam de avançar e de libertar-se de um passado que se queria revogar por ser sombrio e retrógrado. Sempre com o contrapolar fito utópico de fundo, também ele instrumental e mobilizador: a abertura do reino para o futuro, para uma nova idade fundada na utopia do progresso sob o signo das luzes e do poder paternalista de um monarca iluminado e dos seus esclarecidos ministros. Assim a desjesuitização do país apresenta-se como a condição propedêutica necessária para possibilitar a sua «iluminação».

Em suma, para o Marquês de Pombal ¹⁵⁷ desjesuitizar significava antes de mais iluminar, isto é, infundir as luzes da razão e do progresso no reino em ordem a dar-lhe a oportunidade de recuperar o prestígio e a idade de ouro perdida. É nesta dinâmica política marcada pelo paradigma iluminista-reformista, que sob diferentes contextos e pretextos e com base em leituras acomodadas dos acontecimentos, de generalizações e efabulações, triunfou o pensamento conspiracionista que perpassou a política antijesuítica pombalina. Os Padres da Companhia foram, deste modo, envolvidos num manto mortal, e erguidos como uma esfinge mitificada do mal do Estado, como o grande alibi, donde o líder do governo despótico soube extrair, com habilidade, força mobilizadora e eficácia para realizar o seu ideário de transformação de Portugal ¹⁵⁸.

¹⁵⁷ Ao tempo foram aventadas explicações populares, apelando para o maravilhoso, que corriam de boca em boca sobre o ódio prático de Pombal aos Jesuítas e do seu investimento em perseguir a sua memória. Uma dessas explicações de sabor supersticioso que vogavam, afirmava que o Ministro ter-se-ia deixado inspirar por Satã, ou mesmo que o Diabo se tinha apoderado dele para lutar contra os Jesuítas e contra a sua obra de conversão e contra os seus instrumentos que eram os exercícios espirituais. Aliás, também se atribuía a ascensão política de Carvalho e Melo e o poder hegemónico que conquistou no seu governo a artes de feitiçaria. Corria, então, que Carvalho e Melo tinha admitido em sua casa uma feiticeira de muita fama em Portugal pelos seus artifícios maléficos, filha de um escravo, a quem o ministro consultava e por quem era orientado. Assim se explicava a sujeição de D. José I às directrizes políticas do Marquês. O próprio historiador jesuíta coevo José Caeiro afirmou que recolheu estes boatos das bocas do povo, acrescentando que o Ministro protegeu sempre a dita bruxa em sua casa para não cair nas garras da Inquisição. Cf. José Caeiro, s.j., *op. cit.*, Vol. I, pp. 65-66.

¹⁵⁸ Em vez de afirmar de *per si* o valor das medidas reformistas através de uma propaganda marcadamente positiva, o governo liderado por Carvalho e Melo, entendeu ser mais eficaz afirmá-las por meio de uma campanha negativa, isto é, pela eleição de um inimigo em que fosse concentrada toda a responsabilidade do mal do país e para ele se dirigisse toda a execração, de modo a abrir caminho livre à implantação das políticas que não deveriam ser sujeitas a qualquer crítica.